

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ
FERNANDA DOS SANTOS CARVALHO

A DISLEXIA NA MÍDIA IMPRESSA JORNALÍSTICA:
Análise de matérias publicadas nos jornais Gazeta do Povo e Folha de S. Paulo
(2005-2010)

CURITIBA
2013

FERNANDA DOS SANTOS CARVALHO

A DISLEXIA NA MÍDIA IMPRESSA JORNALÍSTICA:

*Análise de matérias publicadas nos jornais Gazeta do Povo e Folha de S. Paulo
(2005-2010)*

Dissertação apresentada à banca examinadora de defesa da Universidade Tuiuti do Paraná, como exigência para a obtenção de título de Mestre em Distúrbios da Comunicação, no Programa de mestrado e doutorado de distúrbios da comunicação da Universidade Tuiuti do Paraná, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Ana Paula Berberian Viera da Silva.

CURITIBA

2013

EPÍGRAFE

As palavras me antecedem e ultrapassam, elas me tentam e me modificam, e se não tomo cuidado será tarde demais: as coisas serão ditas sem eu as ter dito. Ou pelo menos não era apenas isso. Meu enleio vem de que um tapete é feito de tantos fios que eu não posso me resignar a seguir um fio só; meu enredamento vem de que uma história é feita de muitas histórias. E nem todas posso contar.

Clarice Lispector, 1977

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me concedido força e sabedoria.

A minha “guerreira” mãe Neide, por ter me dado tudo. Por acreditar que eu realmente sou capaz.

Ao meu querido esposo Felipe Vanhoni, amor da minha vida. Agradeço o carinho, compreensão e amor durante o processo deste trabalho.

Aos meus avós (*in memoriam*) vô Samuel e vó Quitéria, amores mais que especiais. Durante a construção deste trabalho, foram levados para morar ao lado de Deus. Saudades.

As minhas queridas irmãs Everlli e Carla, presente de Deus em minha vida.

A professora, orientadora e amiga Dra. Ana Paula Berberian pelo incentivo e apoio à pesquisa que foram imprescindíveis para a conclusão deste trabalho. Sentirei saudades das nossas conversas.

As professoras Dra. Giselle Massi e Dra. Luciana Carnevale, pelas contribuições dadas neste trabalho na qualificação e na defesa, pela disponibilidade e carinho com que aceitaram o convite para fazerem parte da minha vida.

Ao professor Dr. Jair Marques por me ajudar na construção dos dados estatísticos deste trabalho.

Aos amigos e professores do Programa de Mestrado em Distúrbios da Comunicação, pelas conversas e amizades construídas ao longo desses anos.

RESUMO

Posições acerca da dislexia e dos chamados distúrbios de leitura e escrita vêm sendo constituídas e divulgadas em diferentes esferas e contextos sociais, interferindo nas distintas perspectivas a partir das quais tal problemática é concebida e abordada nos âmbitos familiar, educacional e da saúde. Interessa neste estudo focar os conhecimentos sobre a dislexia e os chamados distúrbios de leitura e escrita disseminados por jornais de circulação nacional, tendo em vista o importante papel que esses veículos de comunicação exercem na formação da opinião pública. O objetivo do presente trabalho é analisar as matérias publicadas acerca da dislexia e dos distúrbios de leitura e escrita, entre os anos de 2005 e 2010, nos jornais Folha de S.Paulo e Gazeta do Povo. Para a seleção dos jornais, o critério considerado foi o número expressivo de tiragens. As matérias estão organizadas a partir dos seguintes aspectos: ano de publicação, mês, autor, seção em que foi publicada, tema principal e subtemas abordados, consonância entre o texto publicado e leitor a que se destina. Foram analisadas, quantitativa e qualitativamente, 115 matérias. Os temas mais abordados foram os problemas de leitura e escrita no âmbito escolar. Como principais subtemas destacam-se: apropriação da leitura e da escrita, sintomas e diagnóstico da dislexia, relatos de casos e histórias de sujeitos diagnosticados como disléxicos e intervenções para tratar o problema. Observa-se que as matérias jornalísticas tendem a caracterizar a dislexia como uma doença/problema decorrente de fatores organicistas. Este estudo evidencia a necessidade do implemento de pesquisa sobre o assunto, além de possibilitar a interpretação das formas como a mídia impressa ressalta o tema em questão.

Palavras chave: Dislexia, jornal impresso, Dialogia.

SUMMARY

Positions about dyslexia and called disorders of reading and writing have been made and published in different spheres and social contexts , interfering in the different perspectives from which this issue is addressed in the designed and within the family , education and health . Interest in this study focus on the knowledge about dyslexia and so called disorders of reading and writing disseminated by national newspapers , in view of the important role that these media outlets play in shaping public opinion . The objective of this study is to analyze the articles published about dyslexia and disorders of reading and writing , between the years 2005 and 2010 , the newspaper Folha de S. Paulo and Gazeta do Povo . For the selection of newspapers , the criterion considered was the large number of runs. The materials are arranged from the following aspects : publication year , month , author , section in which it was published , the main theme and subthemes addressed line between the reader and the text published intended. Were analyzed quantitatively and qualitatively , 115 subjects . The themes discussed were problems reading and writing at school . Main subtopics are: appropriation of reading and writing , symptoms and diagnosis of dyslexia, case reports and stories of subjects diagnosed as dyslexic and interventions to address the problem . We observe that news stories tend to characterize dyslexia as a disease / problem due to factors organicists . This study highlights the need to implement research on the subject , in addition to enabling the interpretation of the ways print media highlights the issue at hand.

Keywords : Dyslexia , printed newspaper , Dialogy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A DIALOGIA E O DISCURSO JORNALÍSTICO.....	15
2 DIFERENTES VERTENTES TEÓRICAS PARA OS CHAMADOS DISTÚRBIOS DE LEITURA E ESCRITA E (OU) DISLEXIA	22
2.1 PRESSUPOSTOS DA PERSPECTIVA ORGANICISTA PARA A COMPREENSÃO DOS DITOS DISTÚRBIOS DE LINGUAGEM ESCRITA.....	22
2.2 CRÍTICA À VISÃO ORGANICISTA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA.....	26
3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	31
3.1 MODELO DE PESQUISA.....	31
3.2 COLETA DE DADOS	31
3.2.1 Corpus de análise	31
3.2.2 Procedimento para coleta dos dados	35
3.3 ORGANIZAÇÃO DOS DADOS	37
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	39
4.1 MARCAS DOS SUJEITOS PRESENTES NOS DISCURSOS JORNALÍSTICOS	40
4.2 POSIÇÕES VALORATIVAS NO CONTEXTO JORNALÍSTICO SOBRE O TEMA DISLEXIA	50
ANEXO A - MATÉRIAS PUBLICADAS NO JORNAL FOLHA DE S.PAULO	69
ANEXO B - MATÉRIAS PUBLICADAS NO JORNAL GAZETA DO POVO	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição quantitativa das matérias publicadas em ambos os jornais por termos.	36
Tabela 2 – Distribuição das matérias publicadas nos Jornais Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo segundo autoria e coautoria	40
Tabela 3 – Distribuição das matérias publicadas nos jornais da Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo referente ao público alvo	45
Tabela 4 – Distribuição das matérias publicadas nos jornais Folha de S. Paulo e Gazeta do povo por autoria e coautoria e publico alvo	45
Tabela 5 – Distribuição de matérias publicadas nos jornais Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo referente seção do jornal	48
Tabela 6 - Distribuição das matérias publicadas nos jornais da Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo referente a correlação entre a seção do jornal e a público alvo	49
Tabela 7 – Distribuição das matérias publicadas nos jornais da Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo referente às dimensões contempladas	51
Tabela 8 - Distribuição das matérias publicadas nos jornais da Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo referente ao tema da matéria.....	55
Tabela 9 - Distribuição das matérias publicadas nos jornais da Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo referente a correlação entre as dimensões explicativas e o tema das matérias.....	59
Tabela 10 - Distribuição das matérias publicadas nos jornais da Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo referente a correlação entre a dimensão explicativa e seção das matérias.....	60
Tabela 11 – Distribuição das matérias publicadas nos jornais da Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo referente a correlação entre dimensões contempladas e autoria e coautoria.....	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição de matérias organizadas por ano, data e título publicadas no jornal Folha de S. Paulo (2005 a 2010).....	31
Quadro 2– Distribuição de matérias organizadas por ano, data e título publicadas no jornal Gazeta do Povo (2005 a 2010).....	33
Quadro 3 – Protocolo utilizado para organização dos dados	37
Quadro 4 – Distribuição anual de matérias especificadas pelos jornais Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo (2005-2010)	39
Quadro 5- Organização de cadernos jornalísticos por títulos e áreas correspondentes.....	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição do número de matérias publicadas anualmente pelos jornais Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo (2005 a 2010)	36
--	----

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, pretendemos analisar de que forma a temática dislexia vem sendo constituída e abordada na e pela mídia jornalística, considerando esta uma das esferas sociais que influenciam a formação de opinião pública.

As matérias veiculadas nos jornais são produzidas por gêneros discursivos que, diferentemente do texto acadêmico, não têm o compromisso de apresentar, explicitamente, concepções e argumentos teóricos que embasam seus conteúdos, posições e sentidos.

Os discursos jornalísticos tendem a transmitir visões hegemônicas predominantes e remetem a posições, ideias e conceitos como se fossem consensuais, como se correspondessem ao pensamento de toda a população. Assim, difundem formas de pensar que participam da formação do senso comum (PINTO, 2002).

O reconhecimento da importância de tais discursos nos leva a vários questionamentos, os quais motivaram o desenvolvimento desta pesquisa e a delimitação de seu objetivo:

- De que forma a mídia jornalística tem participado na construção de visões acerca do tema dislexia e dos chamados distúrbios de leitura e escrita?
- Quais visões e posições a respeito da referida temática são produzidas e veiculadas na mídia jornalística?
- As matérias em torno da temática em questão promovem relações dialógicas entre quais sujeitos sociais? Enfim, quem fala (escreve) e para quem fala (escreve)?

As formulações de tais perguntas e as buscas por respostas a elas se justificam, dentre outros motivos, pelo fato da pesquisadora deste trabalho ser professora das séries iniciais do ensino fundamental público e estar inserida no âmbito escolar acompanhando diariamente alunos que, por serem considerados supostamente disléxicos, são encaminhados ao atendimento especializado educacional (AEE¹), psicólogos, médicos e fonoaudiólogos.

¹ Art. 1º Para a implementação do Decreto n.º 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Tal suposição é compartilhada, em geral, por educadores e estendida aos familiares de tais alunos, uma vez que podemos apreender, circulando no contexto educacional, diversos enunciados de pais e professores, como: “meu filho não aprende”, “eu também sou assim”, “ele não tem jeito, nasceu assim”, “ele é o pior aluno da sala”, “deve ter algum problema na cabeça”, “ele é lento/lerdo, não acompanha a turma”. Chama-nos atenção a hegemonia de tais discursos e o fato de serem tratados como inquestionáveis e assumirem uma posição de senso comum.

A recorrência e a importância dos efeitos de tais posições motivaram o desenvolvimento deste estudo, cuja temática está relacionada à participação da mídia jornalística na constituição e difusão dos chamados distúrbios de leitura e escrita e, em especial, da chamada dislexia.

Ressalta-se, ainda, que a importância de analisar essa temática nos discursos jornalísticos se justifica pelo desejo de aprofundarmos nossas reflexões em torno do fato de a chamada dislexia estar, predominantemente, embasada em uma perspectiva organicista, fruto de uma classificação pautada numa condição biológica e inerente ao sujeito aprendiz. Podemos notar que, geralmente, tal classificação é utilizada para caracterizar crianças das séries iniciais do ensino fundamental, como justificativa do fracasso escolar e de suas precárias condições de letramento (MASSI, 2007).

O acesso a estudos produzidos nas áreas da saúde e educação, em torno de tal problemática, nos permite entender como a tomada de posição sobre a dislexia é complexa e pressupõe lidar com uma série de posições e contradições envolvidas com diferentes pontos de vista para conceituação e tratamento dos ditos distúrbios de linguagem.

A título de evidenciar as limitações relativas a justificativas que atribuem ao sujeito os sucessos ou insucessos escolares, cabe enfatizar dados que evidenciam as restritas condições de letramento e que recaem sobre a parcela significativa da população brasileira, e não apenas sobre crianças em processo de apropriação da linguagem escrita.

Nesse sentido, de acordo com os dados fornecidos pelo Inaf², divulgados em 2011, somente 26% da população brasileira consegue ler e compreender os

² O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) revela os níveis de alfabetismo funcional da população brasileira adulta, ano referido 2011 (acesso: www.ipm.org.br).

conteúdos de textos longos, fazendo inferências. Outro dado importante: 45% dos brasileiros que estudaram até a 4ª série atingiram, no máximo, o grau rudimentar de alfabetismo. Dos que chegaram ao ensino superior, 96% são considerados alfabetizados funcionais.

Para indicador de analfabetismo funcional, o percentual na faixa etária entre 15 a 64 anos é de 27%. Torna-se mais grave pelo fato de que 6% desses podem ser considerados analfabetos absolutos, apesar de terem cursado de um a quatro anos de ensino fundamental (INAF³, 2011).

Historicamente, determinantes econômicos, culturais e, portanto, políticos envolvidos com o fracasso escolar vêm sendo estudados em nosso país. No bojo de tais estudos, são questionados fundamentos que têm sustentado classificações e diagnósticos de crianças como portadoras de supostos distúrbios. Esses fundamentos, oriundos de uma perspectiva biologizante, desconsideram a dimensão social constitutiva das relações de ensino e aprendizagem e, portanto, do sistema educacional brasileiro.

Contudo, podemos acompanhar como, de forma recorrente, os ditos distúrbios de leitura e escrita têm sido utilizados por educadores envolvidos no processo de escolarização para caracterizar crianças que não correspondem às expectativas em relação ao seu desempenho com a leitura e a escrita, encaminhando-as para a realização de um tratamento fonoaudiológico e (ou) psicopedagógico.

Feitas considerações que justificam a relevância de análises críticas sobre a dislexia, a partir das quais os processos de apropriação e uso da leitura e escrita estão circunscritos, ressaltamos que o objetivo desta pesquisa é analisar, quantitativa e qualitativamente, matérias publicadas nos jornais Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo (Paraná), acerca da dislexia⁴ e dos chamados distúrbios de leitura e escrita, entre os anos de 2005 e 2010.

Para dar conta de tal objetivo, este estudo está estruturado em cinco capítulos.

³ INAF- Indicador de alfabetismo funcional

⁴ Utilizamos o termo dislexia quando estamos nos referindo ao que os discursos pautados em uma visão organicista denominam para caracterizar alunos que enfrentam dificuldades relativas no processo de aquisição da linguagem escrita. Também é o termo com maior recorrência nas matérias jornalísticas, conforme será demonstrado na metodologia deste trabalho.

No primeiro, abordaremos a relação dialógica do discurso jornalístico e sua influência na formação de opinião pública. Para tanto, recorreremos a autores do campo da comunicação social que partem dos pressupostos teóricos bakhtinianos e a outros do campo da linguagem que também discutem a relação dialógica do discurso e as posições valorativas que o jornal produz e veicula.

Buscamos investigar nesse capítulo por que o discurso jornalístico não se configura como neutro e como as vozes que o perpassam estão sempre ligadas a determinadas esferas culturais, políticas e ideológicas. Da mesma forma, os enunciados que o constituem são configurados de modo a modificar ou endossar outros já situados sócio-historicamente.

No segundo capítulo, propomos uma revisão da literatura por meio da qual buscaremos analisar de que forma uma visão organicista da linguagem participa da conceituação da dislexia e dos chamados distúrbios de leitura e escrita e, posteriormente, realizaremos uma crítica a essa perspectiva, à luz dos princípios de uma visão sócio-histórica, que define a constituição do sujeito na e pela linguagem.

Levantamos uma discussão teórica referente à perspectiva sócio-histórica, que tem suas origens nas teorias da enunciação e na análise do discurso. Contribuem para a discussão os construtos teóricos sobre a constituição social da consciência pela linguagem, explicitados principalmente por Bakhtin.

O terceiro capítulo deste trabalho trata do procedimento metodológico, o qual explanará os princípios teórico-metodológicos norteadores da pesquisa de campo.

Já, no quarto capítulo, apresentamos a descrição e análise do *corpus*, discutindo trechos de matérias selecionadas na pesquisa documental, bem como dos dados organizados quantitativamente em forma de tabelas, gráficos e análises estatísticas. Tecemos considerações em torno de dois eixos temáticos. São eles: eixo 1 - envolve quais sujeitos sociais estão presentes no texto da matéria, e eixo 2 - abarca aspectos relevantes das dimensões contempladas e as posições valorativas dos processos e uso da leitura e escrita.

No quinto e último capítulo, apresentamos as considerações finais, enfatizando aspectos que puderam ser analisados, bem como a colaboração deste estudo para posteriores discussões e pesquisas científicas.

1 A DIALOGIA E O DISCURSO JORNALÍSTICO

Ao longo da história, a mídia jornalística veio se tornando uma poderosa ferramenta de comunicação, composta por várias teorias e intenções de sujeitos que constroem os discursos da matéria (HALL, 1997). Nesse meio, o jornal, por exemplo, é concebido como um veículo que agrega discursos hegemônicos, de autoridade e de poder. Tais discursos influenciam na constituição de pensamentos, significados, valores e crenças dos leitores do texto.

Estudos produzidos no campo do jornalismo e da comunicação social consideram o jornal uma fonte de informações (BORGES, ASSADRA e ALDA, 2010). Esses estudos estão, prioritariamente, embasados em uma perspectiva teórica que considera a língua um código, além de haver um emissor e um receptor de mensagens neutras.

No entanto, o discurso jornalístico não objetiva a simples transmissão de informação, antes, visa persuadir e convencer o leitor a partir de um discurso intencionado.

Recorremos então, neste trabalho a um referencial teórico que nos possibilitou encontrar, ainda que em número reduzido, autores do campo do jornalismo que discutem a relação dialógica do discurso e as posições valorativas que o jornal propicia aos leitores.

Esses autores da área da comunicação social assentam-se no enfoque teórico e metodológico da análise do discurso, embasados em uma perspectiva sócio-histórico-cultural da linguagem, cujos fundamentos foram delineados por Bakhtin (2001), Orlandi (2007) e Pêcheux (1997).

Nesta perspectiva a análise do discurso, partindo da materialidade do enunciado, identifica as formações discursivas, mapeando, em seguida, as suas respectivas formações ideológicas, para então, a partir delas, chegar aos enunciadores (sujeito/autor), aqueles que realmente definem o discurso.

Assim analisar os discursos jornalísticos possibilita reconhecer marcas dos sujeitos que direcionam a construção do texto, guiando, conseqüentemente, sua interpretação. Permite, ainda, contrastar as diferentes vozes presentes no discurso e também as que nele não têm lugar.

Buscando analisar as diferentes significações e formas como as matérias dos jornais chegam ao leitor, discutiremos, a seguir, a formação de opinião mediada pela

mídia jornalística, trazendo aspectos da linguagem adotada no jornal e abordando a relação dialógica promovida a partir do gênero notícia.

Adotamos a perspectiva sócio-histórica, a qual nos permite compreender que, os autores e os leitores dos textos das matérias, realizam ao mesmo tempo, um processo de significação em diálogo. Ou seja, os sentidos e significados construídos nas e a partir das matérias veiculadas nos jornais são construídos nas relações dialógicas e produzem efeitos múltiplos e variados no leitor. É um jogo de negociações e trocas de sentidos e significados com o texto, no qual a leitura corresponde a uma interação envolvendo autor, leitor e texto produzido (CASTRO, 2003).

Subsidiando tal análise, cabe ressaltarmos os pressupostos de Bakhtin (2003), para quem o diálogo é o princípio constitutivo da linguagem e a condição do sentido. Nessa direção, o discurso não é individual e sim coletivo, pois se constrói a partir de vozes produzidas por e entre dois ou mais sujeitos sociais. Para compor esta idéia, Faraco aponta: “Os discursos estão envolvidos por várias vozes, que cruzam, entrecruzam, se completam, respondem umas às outras ou polemizam entre si no interior do texto” (FARACO *et al.*, 1996, p. 34).

Para os autores, o diálogo consiste em uma arena de vozes e posições ideológicas, nesse sentido os discursos veiculam ideias, interesses e visões de mundo diferentes, conflitantes e contraditórias sobre aspectos relacionados a valores e formas de organização social.

Nesses discursos, as palavras estão sempre carregadas de valores sociais. Segundo Pecheux (1995, p. 17), “(...) não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, e é assim que a língua faz sentido”. Nessa passagem, Pêcheux defende a noção que o discurso é o efeito de sentidos entre interlocutores, um processo de significação em que estão presentes a língua e a historicidade do sujeito.

A partir dessas considerações, entendemos que, nas matérias jornalísticas, o autor do discurso não é um indivíduo isolado de um contexto, mas um sujeito/autor que, assume uma posição discursiva e ideológica. Em outras palavras, podemos compreender que nos textos jornalísticos, a linguagem, como interação e produção social, não é neutra, inocente e nem natural, pois comporta um contexto privilegiado de manifestações subjetivas/ideológicas (CASTRO, 2000).

O texto, nesse sentido, é resultado de um diálogo do escritor com outros textos, conhecimentos e ideias que estão presentes constituindo os sujeitos e suas relações (ORLANDI, 2007). Desse modo, a leitura não é um procedimento, não é estável nem literal, mas uma prática de diálogo tanto com o texto quanto com os outros textos que constituem o histórico pessoal e social de leitura.

Isso significa que o discurso reflete visões de mundo diretamente vinculadas às do seu autor, a do grupo que participa, bem como de outros grupos com quem estabelece diálogos. Assim sendo, o campo do jornalismo é perpassado por vários discursos que se entrelaçam, e as enunciações tornam-se complexas.

De acordo com essa posição, cabe destacar a contribuição de Benetti (2006), do campo de jornalismo, sobre a interação dialógica, as marcas do sujeito e a análise no discurso midiático.

[...] Essas posições de sujeitos são lugares que os indivíduos metaforicamente “vêm ocupar”. São lugares construídos fora do discurso em questão, segundo determinações culturais, sociais e históricas. As instâncias de enunciação - e, lembremos, também as de interpretação, onde o discurso também se constitui - são compreendidas como lugares dialógicos.(...) Consideramos que a análise do discurso é especialmente produtiva para dois tipos de estudo no jornalismo: mapeamento das vozes e identificação dos sentidos. [...] **O fato de o discurso ser construído de forma intersubjetiva exige compreendê-lo como histórico e subordinado aos enquadramentos sociais e culturais.** Se o vemos deste modo, necessariamente somos obrigados a abandonar uma outra visão ingênua, a de que o discurso poderia ser analisado sem considerar o contexto de produção de sentidos. **Sabemos que a relação entre a linguagem e exterioridade é constitutiva do discurso. O dizer do homem é afetado pelo sistema de significação em que o indivíduo se inscreve.** Esse sistema é formado pela língua, pela cultura, pela ideologia e pelo imaginário (BENETTI, 2006b, p. 7- 35. Grifo nosso).

Para a autora, o sujeito é constitutivamente heterogêneo, da mesma forma que o discurso. A partir do trecho grifado, podemos inferir que o jornal atua em um campo de interação dialógica, no qual se pode identificar a presença das marcas do sujeito.

Para avançarmos neste estudo, cabe entendermos que no processo de construção de um texto jornalístico, os autores partem de uma série de suposições motivadas pelas seguintes questões: O que o público quer ler? Será que o leitor vai entender? Quem é o leitor? Como provocar efeitos de sentido no público leitor? Como convencer, fazer valer a posição defendida pelo autor da matéria entre os seus leitores? (MEDINA, 2007).

Essas indagações evidenciam que os discursos veiculados nos jornais impressos são uma prática social e, portanto, uma construção coletiva que influencia na formação de opinião do consenso social. Assim, ele só pode ser analisado caso se considerem aspectos relativos ao contexto histórico-social que define suas condições de produção.

Nessa direção, a construção do discurso jornalístico compreende vários autores e leitores: “A multiplicidade de vozes depende da enunciação, das posições dos locutores ou do locutor em relação ao tema em questão. O indivíduo, ao falar, ocupa uma posição determinada, de onde deve falar naquele contexto da produção” (STRELOW, 2012, p. 14).

As notícias são sempre construídas, ou seja, “(...) os jornalistas não produzem simplesmente artigos, reportagens ou documentários para jornais, revistas, rádio, televisão e *internet*, eles narram histórias que possuem estrutura, ordem, ponto de vista e valores” (PINTO, 2002, p. 87), desse modo um dos principais objetivos dos discursos jornalísticos, além de divulgar fatos e acontecimentos, é direcionar a opinião pública para servir a um sistema político.

Podemos compreender que a mídia jornalística atua no sentido de propagar ideologias, as quais são disseminadas a um grande número de sujeitos de classes sociais e de condições de vida diferentes.

No entender de Noblat (2002), o jornal impresso assume uma função de discursar os fatos de maneira que pareçam verdadeiros e imparciais. Para o autor, o discurso jornalístico é constituído a partir de estratégias para fazer os textos parecerem seguros, confiáveis e fiéis à realidade, como se transmitissem a única verdade e o único modo de dizer.

Entre tais estratégias, podemos acompanhar que reportagens e matérias são produzidas sem que sejam reveladas suas autorias. A ausência de um nome, de um responsável pelo dito, pretende causar um impacto na relação subjetiva do leitor, ou seja, fazer acreditar que não se trata de uma mera opinião pessoal, mas de um posicionamento consensual e hegemônico.

De acordo com Medina (2007), o jornal impresso, como produto simbólico, concebe a notícia como uma mercadoria colocada à venda e que atende à lógica e às exigências do mercado. Sua mensagem é um produto de consumo dessa indústria cultural. A autora defende a ideia de que a matéria jornalística é o conjunto de formas, condições e atuações para fazer públicos os elementos do saber, de

fatos, acontecimentos, especulações, ações e projetos. Este conjunto de formas geralmente está provido de estratégias linguísticas utilizadas no discurso do jornal impresso.

Outros aspectos a serem mencionados são os apelos verbais e visuais que fazem parte da composição da mensagem jornalística. Os títulos, legendas, subtítulos e o próprio começo da notícia são aliados a apelos visuais (fotos e imagens), usados para atrair o leitor a fim de que leia a matéria.

Para evidenciar o caráter ideológico do discurso, vale recorrer às posições de Bakhtin ao afirmar “ (...) que os sujeitos não encontram nos discursos palavras isentas de aspirações e de avaliações feitas por outro, inabitadas pela voz de outro. Não, eles recebem sempre a palavra pela voz do outro e essa palavra está sempre preenchida pela voz do outro” (BAKHTIN, 2005, p. 77).

Consequentemente, o discurso é o lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por e para os sujeitos. Os discursos do nosso dia a dia já chegam até nós carregados de sentidos os quais não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós.

A partir de tal posição, podemos reiterar que o discurso jornalístico é perpassado pelas marcas dos sujeitos as quais estão sempre carregadas de significados e de sentidos. Ao encontro dessa ideia, Bakhtin (2001) afirma que o sentido de uma palavra é a soma de todos os fatos ideológicos que ela desperta em nossa consciência. A respeito do sentido, o autor ainda ressalta:

O sentido é sempre uma formação dinâmica, fluida, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variada. O significado é apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, uma zona mais estável, uniforme e exata. Como se sabe, em contextos diferentes, a palavra muda facilmente de sentido **Aquilo que não responde a nenhuma pergunta não tem sentido para nós.** Índole responsiva do sentido, aquilo que a nada responde se afigura sem sentido para nós, afastado do diálogo. O significado está excluído do diálogo, mas abstraído dele de modo deliberado e convencional. Nele existe uma potência de sentido [...] Não pode haver um sentido único (um) (BAKHTIN, 2001, p. 464, 463).

De acordo com Bakhtin, não pode haver o princípio e o fim do sentido, “(...) o discurso está sempre situado entre os sentidos, é um elo na cadeia dos sentidos, a única que pode existir realmente em sua totalidade” (BAKHTIN, 2001, p.465). Na visão do autor, essa cadeia (sentidos) cresce infinitamente na vida histórica, e, por

essa razão, cada parte do discurso se renova num contínuo incessante, ou seja, em um diálogo, a palavra aparece com um sentido, em outro, adquire outro e assim por diante, pois o sentido de uma palavra é inconstante, sendo o discurso uma troca de sentidos manifestados no discurso alheio (BAKHTIN, 2001). Além disso, ressaltamos a seguinte frase: “Aquilo que não responde a nenhuma pergunta não têm sentido para nós”, a partir dela entendemos que as pessoas buscam informações e conhecimentos sobre diversos assuntos que só serão apreendidos se despertarem o interesse por parte do leitor do texto, aliás se contemplarem um sentido e um significado.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o discurso é heterogêneo, pois é interpelado pelas palavras dos outros, e todo pensamento que se materializa no discurso é resultante de outras falas, outros posicionamentos, outros pensamentos, outras ideologias: não há discurso original ou homogêneo, ele é heterogêneo por natureza. Ou seja, um discurso é heterogêneo porque sempre comporta, constitutivamente, em seu interior, outros discursos.

Para a linguista Authier-Revuz (2004), essa relação dialógica é a condição de existência de todo discurso. A autora explica que é da natureza do discurso ser heterogêneo, por isso a heterogeneidade é constitutiva. Pela heterogeneidade, pode-se perceber como os discursos constituem suas identidades, como estabelecem seus limites e pontes.

Em contrapartida, nos discursos jornalísticos o autor da matéria busca anular a alteridade do outro e suas posições valorativas sobre o assunto. Em muitas matérias jornalísticas os autores do texto se valem de dados estatísticos e (ou) estratégias linguísticas, com a pretensão de tornar seus discursos como únicos e verdadeiros, sem considerar a posição que o leitor assume perante o texto, como se fosse um sujeito alienado e não crítico, com uma identidade velada.

Vale notar que a alteridade é um dos principais elos que constrói um diálogo, em outras palavras, significa dizer que o leitor é um sujeito singular constituído por ideias, pensamentos e valores.

Geraldi *et al.*, ao abordarem a questão da alteridade no discurso, reiteram:

O processo social de produção de língua é sempre um processo que demanda alteridade. E essas ‘alteridades’ não são sujeitos ou individualidades soltas no mundo, mas individualidades e subjetividades que se constroem no processo mesmo de uso de linguagem, no contexto de

uma organização social e seus modos de relações, também estas historicamente mutáveis (GERALDI *et al.*, 2005, p. 78).

Segundo os autores, a alteridade define o ser humano, pois o outro é indispensável para sua concepção: é impossível pensar no homem fora das relações que o ligam ao outro. Em outras palavras, os autores explicam que Ser significa comunicar-se, pois a vida é dialógica por natureza. O “eu” e o “outro” se encontram em uma relação interacional dispersa, já que cada um deles desempenha um papel diferente: um, o da produção do sentido do ato da linguagem; o outro, o da interpretação do sentido desse ato.

Podemos afirmar que o discurso jornalístico é um objeto histórico e social que, por meio da linguagem, marca a atividade transformadora e o trabalho simbólico exercido pelo sujeito.

Em suma, neste capítulo, procuramos compreender as possibilidades de significação do discurso jornalístico, discutindo aspectos relativos à formação de opinião mediada pela mídia de comunicação, abordando a relação dialógica promovida pela notícia. Compreendemos que o discurso jornalístico não é neutro, pois está interligado a aspectos culturais, políticos e ideológicos que participam na formação de opinião do leitor sobre a notícia.

Para fechar este diálogo, vale ressaltar a afirmação de Masini (2011) que considera que as reportagens veiculadas pela mídia, em especial as que abordam o tema dislexia, ganham grande espaço, sem que haja, no entanto, o cuidado adequado com os conhecimentos veiculados. *“É regra conhecida da imprensa que toda reportagem deve conter, em igual medida, as muitas facetas que compõem o quadro de determinado tema, sobretudo quando se trata de saúde e de qualidade de vida das pessoas”* (MASINI, 2011). Este entendimento será discutido no próximo capítulo, bem como na análise dos resultados desta pesquisa, em que trataremos das matérias jornalísticas que compreendem o tema em questão.

2 DIFERENTES VERTENTES TEÓRICAS PARA OS CHAMADOS DISTÚRBIOS DE LEITURA E ESCRITA E (OU) DISLEXIA

Atualmente, acompanhamos um número significativo de profissionais da área da saúde e da educação que debatem acerca dos chamados distúrbios de linguagem escrita. Nesse movimento, notamos que a chamada dislexia tem estado no centro das atenções no contexto educacional e clínico.

Neste capítulo analisaremos duas vertentes teóricas que abordam formulações em torno da dislexia, uma embasada na visão organicista e outra em uma perspectiva sócio-histórica da linguagem. Apoiamo-nos em estudos nacionais realizados de Massi (2007), Moysés e Collares (2010) e Félix (2011) dentre outros autores. Ressaltamos que o estudo de tais autoras oferece elementos para análise crítica e reflexiva dos pressupostos que fundam, historicamente, o conceito da dislexia.

2.1 PRESSUPOSTOS DA PERSPECTIVA ORGANICISTA PARA A COMPREENSÃO DOS DITOS DISTÚRBIOS DE LINGUAGEM ESCRITA

Para compreensão de como a visão organicista vem sendo formulada e veiculada no e pelo âmbito educacional e clínico, consideramos fundamental discutir aspectos históricos que participaram da constituição do conceito da dislexia.

As primeiras referências de caráter científico, veiculadas na literatura, foram produzidas no campo da medicina envolvidas com estudos afasiológicos. Foi em função da descrição de sintomas afásicos em adultos que surgiu o conceito de dislexia (MASSI, 2007).

A primeira descrição relacionada às queixas de linguagem escrita aparece em 1878. Na época, o médico alemão Kussmaul afirmou que adultos com danos cerebrais e perdas afásicas portavam “cegueira para a leitura”. Essa denominação foi usada no diagnóstico de alguém que se mostrava incapaz de ler depois de ter sofrido um hemorragia cerebral (FREIRE, 1997).

Influenciado pelos estudos realizados em adultos que apresentavam transtornos na escrita após sofrer uma lesão no córtex cerebral, em 1896, o médico Pringle Morgan atendeu a um menino que estava com a mesma dificuldade em ler e

escrever. Diante dessa queixa, o médico diagnosticou uma “cegueira verbal”, resultante, hipoteticamente, de uma lesão cortical (MASSI, 2007).

Hinshelwood, tendo como base o estudo de Pingle Morgan, em 1917, propôs que dificuldades relativas à aprendizagem da escrita, em crianças, poderiam ser explicadas em função de um suposto dano congênito do giro angular, localizado na zona póstero-inferior do lóbulo temporal (FÉLIX, 2011).

Segundo Massi (2007) o entendimento clínico localizacionista foi questionado pelo neurologista Orton após oito anos, defendendo que os distúrbios de aprendizagem apresentados por uma criança em processo de apropriação da linguagem deveriam ser compreendidos de forma diferente dos transtornos adquiridos e manifestados em adultos. Orton, ao examinar cerca de três mil crianças, percebeu que elas apresentavam dificuldades relativas à leitura e escrita. De acordo com esse profissional, os distúrbios de leitura e escrita estariam relacionados a um defeito no reconhecimento das letras e de sua sequência nas palavras. Assim, buscou substituir a denominação anteriormente utilizada, “cegueira verbal”, pelo termo “estrefossimbolia”, que significava simbolização distorcida, ou seja, a produção de letras invertidas resultado de uma anomalia de predomínio hemisférico e não de uma lesão focal (MASSI, 2007).

Ao resgatarmos aspectos que fizeram parte do percurso histórico da definição da dislexia, notamos que profissionais de diferentes áreas, influenciados por uma perspectiva organicista, com base em modos de ler e escrever produzidos por adultos com lesões neurológicas (dislexia adquirida), classificaram tais modos como sintomas e os associaram as mesmas causas a crianças que estão no processo de apropriação da linguagem escrita (dislexia do desenvolvimento).

Com efeito, as concepções sobre a etiologia deste dito distúrbio na leitura e na escrita têm-se modificado ao longo do tempo: de uma perspectiva anterior baseada em fatores “*neuroperceptivo-motores*”, passando para uma perspectiva com base em fatores de ordem “*linguística*” (CUBEROS *et al.*, 1997, p.123).

Acompanhamos como tal conceito, inicialmente adotado para diagnosticar pessoas que por terem sido acometidas por lesões cerebrais, passou a ser disseminado para diagnosticar crianças que não atendem às expectativas da escola, especialmente, no que se refere ao aprendizado da leitura e escrita, sendo denominadas portadoras de dislexia do desenvolvimento.

Em algumas pesquisas científicas, como: Pinheiro (2003), Parente e Machado (2005), pudemos encontrar inúmeras definições e conceitos de dislexia, porém a atual e prevaiente está de acordo com a ABD (2003), segundo autores associados.

Dislexia é uma dificuldade de aprendizagem de **origem neurológica**. É caracterizada pela dificuldade **com a fluência correta na leitura e por dificuldade na habilidade de decodificação e soletração**. Essas dificuldades resultam tipicamente do déficit **no componente fonológico** da linguagem que é inesperado em relação a outras habilidades cognitivas consideradas na faixa etária . (ABD, 2003)

Essa definição é aceita pela Associação Internacional de Dislexia (IDA) e pela Associação Brasileira de Dislexia (ABD), é a mais recente de autores bastante conceituados (Susan Brady, Hugh Catts, Emerson Dickman, Guinevere Eden, Jack Fletcher, Jeffrey Gilger, Robin Moris, Harley Tomey and Thomas Viall) entre os que defendem a dislexia. Claramente eles entendem que a dislexia seria uma dificuldade ou um distúrbio de aprendizagem de origem neurológica. Com base na citação, nota-se que uma das mais recentes explicações para a dislexia está assentada na ideia de que tal quadro refere-se a um distúrbio específico de linguagem caracterizado pela dificuldade em decodificar e soletrar palavras isoladas. Nesta definição (ABD, 2003), a dislexia é ocasionada por uma difusão química no sistema cerebral, localizando, no sujeito, o problema. Ou seja, ao aprender a ler e escrever, nesta visão, o indivíduo passa por um processo de remodelação dos circuitos neuronais. Esses circuitos são constituídos de estruturas e vias, as quais participam de sistemas funcionais cerebrais previamente adquiridos (NICO E SOUZA, 2012).

Nessa direção, a partir de um viés organicista, estudos realizados por Muszkat e Rizzutti (2012), Capellini *et.al* (2013), Zorzi (2011), Capovilla e Capovilla (2011) dentre outros autores, buscam explicar o que denominam por distúrbio de leitura e escrita a partir de alterações estruturais e funcionais do sistema nervoso central, seguindo a tradição dos primeiros estudos desenvolvidos em pesquisas afasiológicas localizacionistas.

Tais autores entendem que a dislexia está vinculada a fatores neurológicos, eles explicam que é subjacente a questão da não dominância cerebral, ou seja, a não prevalência de um dos hemisférios sobre o outro, além disso, a função de lateralidade também está comprometida e associada a este dito distúrbio (TORRES

e FERNANDEZ, 2001). Por conseguinte, as crianças que não possuem um predomínio lateral definido são acometidas por transtornos na aprendizagem. E com isso, os autores do campo da neurologia, entendem que a falta de dominância cerebral compromete a leitura e escrita.

A existência de um dano no hemisfério esquerdo (hemisfério responsável pela linguagem), a ocorrência de interferências no funcionamento dos hemisférios cerebrais (lado direito e esquerdo) são os desencadeadores dos tais problemas e, ainda que as dificuldades de leitura e escrita se devam por problemas “perceptivo-motores”, associados ainda às dificuldades auditivo-linguísticas” (TORRES e FERNANDEZ, 2001, p. 9).

Diante disto, os supostos portadores de dislexia compreendem lesões neurológicas que prejudicam a aquisição das habilidades de leitura e, consequentemente, de escrita. Assim, o dislético não consegue associar a imagem com o código (letra) e representa na escrita a forma embaralhada das letras.

Segundo Zorzi (2008), o sistema alfabético de escrita parte da associação de um componente auditivo fonêmico a um componente visual gráfico. A linguagem é entendida como um código organizado em função de sons, letras, sílabas e palavras isoladas de um contexto significativo. É por isso que muitos autores do campo da neurologia, tendem a caracterizar a dislexia, como um distúrbio especificamente de desordem cerebral e apontar a dificuldade do aprendiz relacionando-a com codificação e decodificação de palavras.

O autor afirma que para a compreensão desse sistema (alfabético da escrita), são necessários três fatores: a consciência de que é possível segmentar a língua falada em unidades distintas, o conhecimento de que essas unidades repetem-se em diferentes palavras faladas e a ciência das regras de correspondência entre grafemas e fonemas.

O indivíduo que não desenvolve habilidades de leitura e escrita é tido como alguém que tem dificuldades de aprendizagem e caracterizado, na maioria das vezes, como dislético. Ou seja, o sujeito é identificado como dislético por cometer erros no seu processo de apropriação da escrita, como: trocas de fonemas e grafemas, alterações superficiais na ordem das letras e das sílabas, omissões e acréscimos na escrita e maior dificuldade com a escrita do que com a leitura.

Percebemos que, a partir deste ponto de vista, a linguagem está dissociada do sujeito e é apenas uma representação daquilo que se quer falar, um código

propriamente dito. Nessa visão, os sujeitos com dificuldades de aprendizagem são portadores da dislexia, evidenciando uma anormalidade no sujeito que ainda está em processo de apropriação da leitura e da escrita.

Além disso, a etiologia da dislexia parece-nos pouco clara, ou conclusiva, já que várias são as causas apontadas, sem que para tal haja consensos. Assim apoiamo-nos em Moysés (2010) que declara: “(...) *Dislexia Específica de Evolução virou Dislexia de Desenvolvimento. Tudo sempre sem qualquer comprovação. Aliás, pode-se supor que se houvesse um mínimo de evidência científica, os conceitos e os critérios teriam alguma racionalidade científica*” (Seminário-Câmara Municipal de São Paulo, transcrição). E diante disso, escreveremos a segunda parte deste capítulo, que vai ao desencontro da noção e existência de uma doença que compromete o sujeito no processo de leitura e escrita.

2.2 CRÍTICA À VISÃO ORGANICISTA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA

Nesta parte do capítulo, procuramos abordar a natureza e o papel social da escrita. Apoiamo-nos em uma perspectiva teórica que considera a historicidade da linguagem, o sujeito e suas ações linguísticas em situações efetivas de uso da escrita e o contexto social das interações verbais. Assim, tecemos considerações acerca do quadro teórico de enfoque sócio-histórico, bem como da concepção discursivo-enunciativa da linguagem.

Na perspectiva sócio-histórica, que discute a linguagem como atividade constitutiva do sujeito, é nas relações dialógicas que o sujeito se constitui como tal. Esse pressuposto nos leva a questionar os critérios segundo os quais a chamada dislexia vem sendo diagnosticada e definida, pois suas causas são inúmeras e os sintomas temporários, acometendo os sujeitos em seu processo de apropriação da linguagem.

Tal perspectiva está fundamentada nas ciências humanas que entendem as falhas de leitura e de escrita como previsíveis no processo de aquisição da escrita. Para isso, distanciam-se de uma noção patologizadora e aproximam-se de explicações de cunho social. De acordo com Oliveira (2013), Masini (2013) e Massi (2007), a visão social da linguagem considera os fatos linguísticos como parte do

processo de aquisição, que estaria relacionada às práticas de letramento dos sujeitos.

O fracasso escolar então é justificado pelas condições restritas de letramento, por parte da família e professores, pelos métodos de alfabetização, pelo significado que tem a escrita para ele e por aspectos socioculturais, econômicos e políticos. Esses fatores colaboram para o entendimento da noção de incapacidade do sujeito diante da escrita e, conseqüentemente, fundamentam a noção derivada de uma trajetória que se resume a um “fracasso escolar”.

Consideramos importante discutir sobre a semiologia e os diversos testes e avaliações embasados na visão organicista da linguagem. Vallet (1995), para diagnosticar crianças com dificuldades de leitura e escrita, sugere procedimentos de reconhecimento e discriminação de letras, sílabas, palavras ou frases isoladas de um contexto significativo. Para contrapormos essa ideia, vale ressaltar as considerações da Masini.

O que fragiliza ainda mais este diagnóstico é o fato de as pessoas suspeitas de apresentarem a doença serem submetidas a avaliações que se utilizam da linguagem escrita segundo os métodos tradicionais de ensino. Em outras palavras, o instrumento de ensino que se apresentou ineficiente para que determinada pessoa aprendesse a ler e a escrever é o mesmo usado para diagnosticá-la. Ora, como é que podemos fazê-lo usando como instrumento exatamente aquilo que essa pessoa já traz como sendo sua dificuldade? É óbvio que ela não se sairá bem na avaliação (MASINI, 2012 – Revista Ifono)

Segundo Massi (2007), os “erros” que a criança apresenta no processo no processo de linguagem escrita, nada mais são do que hipóteses, e previsíveis neste processo. Essa perspectiva afasta-se de uma noção de linguagem como um simples veículo de informações e resgata, no espaço da interlocução, o papel do ser humano como sujeito e autor das transformações sociais.

Nesse sentido, desconsiderando o processo de construção da escrita, as chamadas manifestações disléxicas vêm sendo, em geral, caracterizadas em função de práticas assentadas na descontextualização, descaracterização e fragmentação da linguagem.

Reafirmamos que a perspectiva sócio-histórica nos permite reconhecer que o sujeito só se constitui como tal na e por meio da linguagem, num contexto histórico de interações dialógicas, o que não permite dizer que o aluno é incapaz de

aprender, pois não é possível adquirir nenhum conhecimento, ou experiência, fora da linguagem e das interações sociais.

Ou seja, quando a criança ingressa no contexto escolar, uma vez que o aprendizado depende das relações sociais, já está perpassada por várias vozes, já interagiu com outras pessoas e já participou de muitas relações, constituindo-se.

Vale ressaltar, conforme já abordado no capítulo 1, que o processo de apropriação da linguagem é concebido como produção simbólica e material que tem lugar na relação interativa. Esse movimento interativo não está circunscrito apenas a uma relação direta sujeito e discurso, mas implica, necessariamente, uma relação sujeito perpassado por outros sujeitos, e o discurso. Isso significa dizer que é por intermédio do outro que o sujeito estabelece relações com objetos do conhecimento. Assim, a constituição de sujeito, com seus conhecimentos e formas de ação, deve ser entendida na sua relação com os outros (SMOLKA, 1996).

Nas palavras da autora:

Dada a natureza social e simbólica da atividade humana, os processos de funcionamento mental, culturalmente organizados, são mediados por signos que só podem emergir num terreno interindividual. Deste modo, na explicação do surgimento de formas mediadas de ação e da origem da ação individual, um papel fundamental é atribuído à palavra, signo por excelência. A mediação pelo outro e pelo signo caracterizam, portanto, a atividade cognitiva. Imersa num dado contexto cultural e participando de práticas sociais historicamente constituídas, a criança vai incorporando, ativamente, formas de ação já consolidadas na experiência humana. Esse processo de incorporação ativa ou internalização de práticas culturais, constitutivas do desenvolvimento da criança, adquire, na perspectiva de Vygotsky, grande relevância teórica no quadro explicativo do funcionamento mental (SMOLKA, 1996, p. 11).

A autora afirma que a elaboração cognitiva se funda na relação com o outro, a partir da qual o sujeito constitui suas formas de ação e sua consciência nas relações sociais, pois a ação do sujeito é considerada a partir da ação com outros sujeitos, em seu contexto social.

Segundo Dauden e Mori-de-Angelis (1995, p. 20), adotar uma concepção enunciativo-discursiva de linguagem significa “partilhar da perspectiva de teorias de linguagem que concebem a linguagem não como um sistema abstrato, ideologicamente neutro, nem um código, com função puramente informativa (...)”. Elas afirmam, ainda, que a linguagem é um lugar de interação humana, como pode ser verificado no seguinte trecho:

A linguagem é vista como um lugar de interação humana: através dela o sujeito que fala ou escreve pratica ações que não conseguiria praticar a não ser falando e escrevendo. Esta concepção sustenta-se numa abordagem – seja ela educacional ou clínico-terapêutica - diferenciada, uma vez que situa a linguagem como o lugar de constituição de relações sociais pelo qual aqueles que falam ou escrevem se tornam sujeitos (DAUDEN; MORI-de-ANGELIS, 1995, p. 19).

Daí porque discursos como: “ele não sabe nada”, “ele não quer saber de estudar”, “ele é uma criança hiperativa”, “ele tem dificuldade de ler e escrever”, “ele não consegue acompanhar a turma”, “ele é igual ao pai, que não conseguiu nem terminar a quarta série”, produzidos pelos pais, professores e demais participantes do universo social da criança, tornam-se significativos, e ela passa a conceber esses enunciados para a sua vida escolar e social.

Nessa direção é importante citar Moysés e Collares (2010), ao afirmarem que o cotidiano escolar é perpassado de preconceitos sobre os alunos e suas famílias. Esses preconceitos tentam evidenciar o fracasso escolar do aluno a partir de afirmações como: crianças não aprendem porque são de classe baixa, porque são negras, são da zona rural ou da periferia, preguiçosas, não aprendem porque seus pais são analfabetos, os pais são alcoólatras, trabalham fora e assim não ensinam seus filhos. Dessa forma, define-se um conjunto de características para responsabilizar o aluno, sua família e suas condições pelo insucesso escolar, que, na verdade, é do precário sistema educacional de ensino.

As autoras complementam que existe uma patologização no processo de ensino-aprendizagem.

Neste mar de preconceitos existentes no sistema educacional, vamos tratar aqui especificamente de um tipo, bastante importante e que consiste em atribuir a características inerentes à criança sua não alfabetização. Dentre essas características inatas do aluno, sobressaem-se as biológicas, recaindo a responsabilidade pelos índices de reprovação e evasão em pretensas doenças que impediriam as crianças de aprender. A escola – entendida como instituição social concreta, integrante de um sistema sociopolítico concreto – apresenta-se como vítima de uma clientela inadequada (MOYSÉS; COLLARES, 2010, p. 27).

Elas consideram que a tendência de transformar questões sociais em biológicas é algo que vem sendo constituído historicamente. Ao se biologizar as questões sociais, atingem-se objetivos complementares como, por exemplo, isentar o sistema social de responsabilidades.

Nas palavras das autoras: “Neste mar de preconceitos”, vale ressaltar algo que comumente vem sendo realizado e estigmatizado: na escola, muitas vezes, as crianças que irão fracassar são identificadas logo no início do ano letivo. A criança predeterminada ao fracasso escolar é caracterizada pelos professores como um sujeito incapaz de atender às normas do sistema educacional de ensino. Esses docentes desconsideram que a relação do professor com o sujeito aprendiz pode influenciá-lo no decorrer do tempo, ou seja, a influência do professor pode colocar o aluno num lugar de alguém capaz e com possibilidades.

Masini (2012) afirma que o conceito de dislexia (conforme apresentado na primeira parte deste capítulo) é nocivo, pois desconsidera: a multiplicidade de fatores que envolvem a aprendizagem, as histórias singulares de cada sujeito, ritmos e formas diferentes de aprender, aspectos e hipóteses inerentes à construção da escrita que necessariamente passam pelo percurso do aprendiz.

Diante do exposto, é possível criticar a noção de que a dislexia é ocasionada por danos neurológicos. Sabemos, porém, que criticar esta ideia é um desafio, pois é um assunto que está em voga e têm gerado reações diversas no âmbito político e social, conforme a assembléia acolhida pela Câmara Municipal de São Paulo, no ano de 2009, o seminário: Dislexia - Subsídios para Políticas Públicas promovida pelo CRP-06, Sindicato de Psicologia e Grupo Interinstitucional Queixa Escolar, com apoio das Secretarias Municipais de Saúde e de Educação.

Percebemos que atribuir ao sujeito a culpa e a responsabilidade do fracasso escolar é silenciar a crise de um sistema de ensino (precário) em nosso país, exemplo disso são os dados, anteriormente apresentados, do INAF, que apontam percentuais exorbitantes das condições de alfabetização e letramento de sujeitos em diferentes faixas etárias.

O capítulo a seguir, centra-se na metodologia empregada nesta pesquisa, cujo intuito é analisar as idéias recorrentes no jornal impresso sobre o tema em questão.

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

3.1 MODELO DE PESQUISA

O modelo de investigação utilizado foi o de pesquisa documental a partir da análise quanti-qualitativa de matérias dos jornais Folha de S. Paulo (SP) e Gazeta do Povo (PR).

3.2 COLETA DE DADOS

3.2.1 Corpus de análise

Para a realização da pesquisa de campo, foi delimitado o período entre janeiro de 2005 e dezembro de 2010, a partir do banco de dados dos jornais Folha de São Paulo e Gazeta do Povo, conforme quadros 1 e 2.

Quadro 1 – Distribuição de matérias organizadas por ano, data e título publicadas no jornal Folha de S. Paulo (2005 a 2010)

IDENTIFICAÇÃO DE MATÉRIAS	PERÍODO DE PUBLICAÇÃO		TÍTULO DA MATÉRIA
	ANO	DATA	Principal
MF1	2005	03/02/2005	Dislexia afeta motorista como álcool
MF2		10/03/2005	Gene pode causar dislexia
MF3		01/08/2005	Projeto dobra alfabetização na Chapada Diamantina
MF4		15/09/2005	Poucas e Boas: Dislexia
MF5		13/11/2005	Escolas Municipais terão apoio médico
MF6	2006	02/01/2006	Serra reforma escola sem melhorar o ensino
MF7		15/01/2006	Diagnóstico errado leva a excesso de remédio
MF8		22/01/2006	Consciência fonológica
MF9		18/02/2006	MEC acerta ao propor revisão da alfabetização no Brasil?
MF10		09/04/2006	Apego cultural ainda prevalece
MF11	2007	23/05/2006	Imprensa é culpada
MF12		29/06/2006	Dislexia acomete alfabetizados
MF13		11/01/2007	Magnetismo que cura
MF14		10/05/2007	Quando as letras se embaralham
MF15		13/05/2007	O massacre dos inocentes
MF16		02/08/2007	Teatro para mini espectadores
MF17		22/09/2007	Respirar pela boca não é normal
MF18		30/09/2007	Quero esquecer o politicamente correto
MF19		11/11/2007	Dislexia tem tratamento também para os adultos
MF20		11/11/2007	Era considerado um problema
MF21		29/11/2007	Comportamento X nota

IDENTIFICAÇÃO DE MATÉRIAS	PERÍODO DE PUBLICAÇÃO		TÍTULO DA MATÉRIA
	ANO	DATA	Principal
MF22	2008	31/08/2008	Especialistas em dislexia vêm ao Brasil
MF23		31/08/2008	Estudo de genes em crianças busca melhorar tratamentos
MF24		08/12/2008	Novo enfoque ao <i>déficit</i> de atenção
MF25		09/12/2008	Projeto de lei reabre debate sobre dislexia
MF26		10/12/2008	(sem título)
MF27		11/12/2008	(sem título)
MF28		12/12/2008	(sem título)
MF29		12/12/2008	(sem título)
MF30		12/12/2008	(sem título)
MF31		12/12/2008	(sem título)
MF32		12/12/2008	(sem título)
MF33		14/12/2008	(sem título)
MF34	2009	25/01/2009	Qualidade em formar especialistas
MF35		02/02/2009	Daniel Radiocliffe “fala sério”
MF36		09/02/2009	A letra de Radiocliffe
MF37		23/03/2009	Distúrbios podem ser causadores da letra feia
MF38		23/03/2009	Escrevendo torto por linhas certas
MF39		19/04/2009	Entre os muros da Usp
MF40		14/12/2009	Aprender a estudar
MF41		27/12/2009	O novo vestibular da Unicamp
MF42		27/12/2009	Painel do leitor: dislexia (sem título)
MF43		27/01/2009	Falta de vitamina D leva a falta de memória
MF44		25/01/2009	Pedagogia Uninove inova com a comunicação assistiva
MF45		27/12/2009	Painel do leitor: dislexia (sem título)
MF46	2010	10/01/2010	Psiquiatra Best-seller TDAzéssima
MF47		01/03/2010	ABD dá formação de um ano em dislexia
MF48		16/03/2010	Dislexia
MF49		10/07/2010	Escritor cria série juvenil para manter atenção do filho
MF50		02/08/2010	Crise no casamento e na escola
MF51		22/11/2010	Simpósio questiona dislexia como uma doença
MF52		22/11/2010	Painel do leitor: dislexia (sem título)
MF53		03/01/2010	Estranho no ninho
MF54		10/12/2010	Só elite dos alunos faz nota subir no país
MF55		08/12/2010	Brasileiro lê melhor, mas segue defasado
MF56		08/12/2010	Aluno passa a odiar escritor porque n entende o que ele diz
MF57		06/12/2010	Tecnologia acessível
MF58		31/10/2010	Atenção dos pais amplia desempenho
MF59		31/10/2010	Painel do leitor: dislexia (sem título)
MF60		31/10/2010	Painel do leitor: dislexia (sem título)
MF61		31/10/2010	Painel do leitor: dislexia (sem título)

Fonte: a autora.

Quadro 2– Distribuição de matérias organizadas por ano, data e título publicadas no jornal Gazeta do Povo (2005 a 2010)

IDENTIFICAÇÃO DE MATÉRIAS	PERÍODO DE PUBLICAÇÃO		TÍTULO DA MATÉRIA
	ANO	DATA	Principal
MG1	2006	23/07/06	Disciplina e libertação
MG 2		25/08/06	Professores e os desafios dentro da sala de aula
MG 3		01/09/06	Alunos com dificuldade para aprender têm apoio
MG 4		26/10/06	Como escrevem os não escritores
MG 5		17/11/06	Quando a recuperação não funciona
MG 6		23/11/06	Como ajudar o filho com os estudos sem atrapalhar
MG 7	2007	26/02/07	Hiperatividade nem sempre é a explicação
MG 8		26/02/07	Mau rendimento escolar pode indicar problema de saúde
MG 9		05/05/07	Conversa de louco
MG 10		10/06/07	Meu filho precisa usar óculos?
MG 11		28/06/07	Terrenos minados
MG 12	2008	29/04/08	Pais podem evitar que lição de casa se torne
MG 13		08/07/08	Escolas públicas vão ter política para educação
MG 14		10/07/08	É preciso atentar para as dificuldades lingüísticas
MG 15		10/07/08	Após a universalização do ensino, o desafio é a
MG 16		12/08/08	Olimpíada estimula leitura e redação
MG 17		20/08/08	Dificuldades com coesão textual
MG 18		16/09/08	Hora de pedir ajuda
MG 19		25/09/08	Cientistas explicam como o cérebro reage à leitura
MG 20		26/09/08	Ler e escrever: um desejo nacional
MG 21		23/10/08	Pelo menos 10% das crianças têm problemas de aprendizagem
MG 22		28/10/08	De quem é a culpa se o aluno não aprende?
MG 23		29/10/08	Escolas não estão preparadas para deficientes
MG 24		02/11/08	Véu sobre a mente
MG 25		02/11/08	Viver bem (sem título)
MG 26		02/11/08	A baixa escolaridade e os medicamentos
MG 27		02/11/08	Meninos e os distúrbios emocionais
MG 28		03/11/08	Disléxicos precisam de provas adaptadas
MG 29		17/11/08	Caderno G (sem título)
MG 30		17/11/08	Cartas (sem título)
MG 31		24/11/08	Atraso no desenvolvimento da fala denuncia problemas
MG 32		17/12/08	Ensinar a entender é alfabetizar melhor
MG 33		20/12/08	Alunos, pais e diretores no vale-tudo
MG 34		18/02/09	De bem com o boletim

IDENTIFICAÇÃO DE MATÉRIAS	PERÍODO DE PUBLICAÇÃO		TÍTULO DA MATÉRIA
	ANO	DATA	
			Principal
MG 35		03/03/09	Distração e indisciplina ou <i>déficit</i> de atenção
MG 36	2009	11/05/09	Programa de gestão ajuda a melhorar a qualidade de ensino
MG 37		01/06/09	Condutas típicas desafiam educadores
MG 38		16/06/09	Aprendizagem na natureza
MG 39		16/06/09	Fora da sala de aula
MG 40		17/06/09	Reforço escolar
MG 41		26/01/10	Dificuldades de aprendizagem e de ensinagem
MG 42	2010	07/02/10	A escola em foco
MG 43		09/02/10	Dislexia é tema de curso em São Paulo
	ANO	DATA	Principal
MG 44		10/02/10	Sinais de Dislexia
MG 45		16/02/10	Pai presente melhora nota do filho
MG 46		17/02/10	Sinais de dislexia
MG 47		05/06/10	Sugestão prática e elaboração de um diário
MG 48		16/06/10	Pais em dia com a tarefa de casa
MG 49		06/07/10	Estímulo à leitura funciona em cidade
MG 50		13/07/10	Tem de ter base antes de discutir
MG 51		31/07/10	Pesquisa acadêmica
MG 52		08/08/10	Cresce consumo de Ritalina
MG 53		10/08/10	Um doce olhar retrata a perda da inocência
MG 54		07/09/10	Proposta quer pagar alunos por frequentar aulas

Fonte: a autora

Para a escolha de tais jornais, o critério adotado foi o de número expressivo de tiragens. A Gazeta do Povo tem média diária de 43,5 mil exemplares (Fonte: IVC⁵- dezembro/2011): é considerado o jornal de maior tiragem jornal do Paraná. Já a Folha de S. Paulo tem sua média diária de circulação de 296 mil exemplares, o que lhe dá o primeiro lugar no *ranking* nacional (Fonte: IVC-2011).

A opção por estes jornais deve-se ao fato de acamparem grandes discussões sobre a suposta dislexia. A Folha de S. Paulo, por exemplo, divulgou sobre audiência pública na Câmara municipal de São Paulo referente ao projeto do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – Projeto N.º Lei 0086/2006 - que propunha a contratação, por parte da Prefeitura, de equipes terceirizadas por especialistas em diagnóstico e tratamento da dislexia (CRP/SP, 2010). Além disso, o

⁵O Instituto Verificar de Circulação (IVC) é uma entidade nacional e oficial, sem fins lucrativos, responsável pela auditoria de circulação dos principais jornais e revistas do Brasil, considerada a principal referência nesse segmento (fonte: <http://www.ivcbrasil.org.br/>).

estado do Paraná é a região na qual a pesquisadora está inserida, tendo em vista que agrupa um grande polo de discussão sobre os supostos distúrbios de leitura direcionados pela área da linguagem (TUIUTI, UNICENTRO, UNIOESTE), em São Paulo, as discussões partem do grupo da psicologia e da área médica (UNICAMP, USP), dentre outros.

3.2.2 Procedimento para coleta dos dados

Para o levantamento das matérias publicadas nos referidos jornais, foi necessário determinar termos em torno da nossa temática de interesse. Portanto, para o acesso ao banco de dados, utilizamos os seguintes termos: “dislexia”, “distúrbios de leitura e escrita”, “distúrbios da linguagem”, “distúrbios da comunicação”, “problemas de leitura e escrita”, “dificuldades de leitura e escrita”, “transtorno de leitura e escrita”, “*déficit* na leitura e na escrita” e “queixas escolares de leitura e escrita”.

Cabe ressaltar que, ao utilizar os termos “distúrbios da comunicação”, “distúrbios de linguagem”, “*déficit* de leitura e escrita” e “queixas de escolares de leitura e escrita”, poucas matérias foram encontradas. Porém, quando foi usado o termo “dislexia”, conseguimos localizar a apresentação de alguns dados do material correspondente à busca.

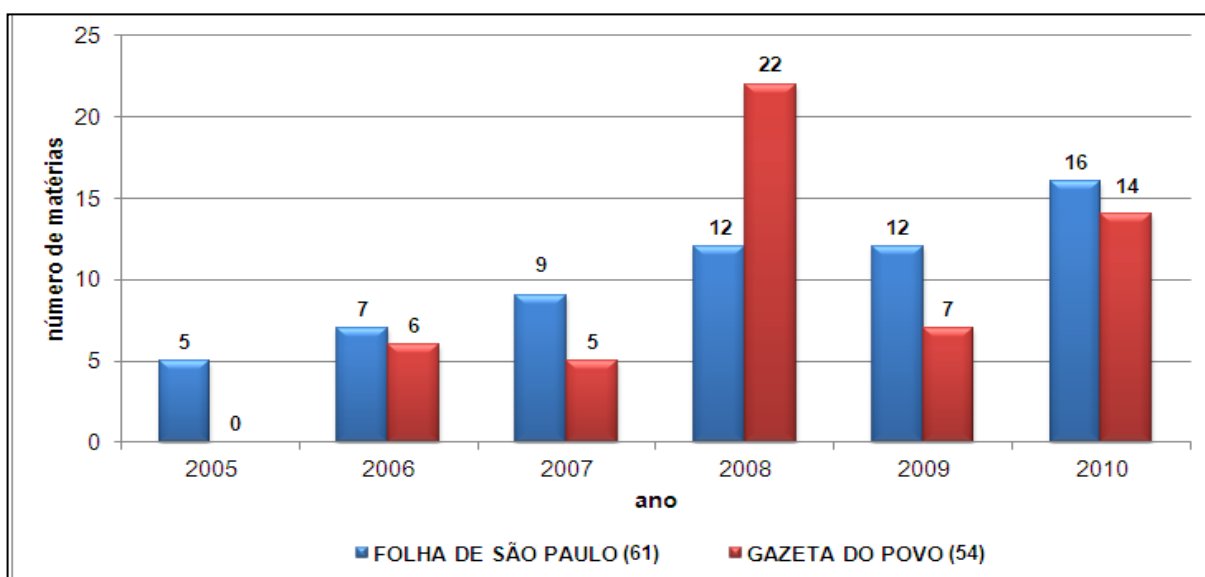
Na sequência, apresentamos a tabela 1, que mostra a distribuição de matérias publicadas nos dois jornais pelos referidos termos:

Tabela 1 - Distribuição quantitativa das matérias publicadas em ambos os jornais por termos:

TERMOS	Nº DE MATÉRIAS	%
Dislexia	83	72,2
Distúrbios de leitura e escrita	07	6,0
Distúrbios da comunicação	04	3,5
Problemas de leitura e escrita	08	7
Dificuldades de leitura e escrita	08	7
Transtornos de leitura e escrita	03	2,6
Queixas de leitura e escrita	02	1,7
Total	115	

Fonte: a autora

Durante o processo de seleção, foi feita uma leitura minuciosa e triagem do material e, ao final de 206⁶, foram escolhidas 115 matérias para análise. Deste número (115), no jornal Folha de S. Paulo, foram encontradas 61 (sessenta e uma), correspondendo a 53% do total, e, no jornal Gazeta do Povo 54 (cinquenta e quatro) matérias, sendo 47% do total (gráfico 1).

Gráfico 1 - Distribuição do número de matérias publicadas anualmente pelos jornais Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo (2005 a 2010)

Fonte: Levantamento/2011

⁶ A busca no sistema de dados dos referidos jornais totalizou 206 matérias dentre notas de rodapé, caixa de texto, índice de matéria, legendas de filmes e de livros. (Tais matérias, não foram analisadas nesta pesquisa.)

3.3 ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

Para a caracterização e análise das matérias, foi criado um protocolo, a partir da especificação dos aspectos a serem analisados. Após a confecção, esse protocolo foi transformado numa planilha do Excel. Uma vez organizadas, todas as matérias selecionadas foram submetidas a uma leitura minuciosa. Para a análise qualitativa das matérias, foram considerados os aspectos do Quadro 3.

Quadro 3 – Protocolo utilizado para organização dos dados

1. ESTADO	1. Paraná 2. São Paulo	
2. JORNAL	1. Folha de São Paulo 2. Gazeta do Povo	
3. EPOCA	1. Ano 2. Mês	
4. AUTORIA	1. Profissional externo 2. Profissional da equipe do jornal	1.1 Educadores 1.2 Fonoaudiólogos 1.3 Médicos 1.4 Outros 1.5 Pais 1.6 Psicólogos 2.1 Repórter/Jornalista
5. SESSÃO DO JORNAL	1. Saúde 2. Educação 3. Entretenimento	1.1 Equilíbrio (Folha de S. Paulo) 1.2 Saúde (Folha e Gazeta) 1.3 Vida e Cidadania (Gazeta) 1.4 Viver Bem (Gazeta) 2.2 Saber (Folha de S. Paulo) 2.3 Ensino (Gazeta do Povo) 3.1 Ilustrada (Folha de S. Paulo) 3.2 Entrevista da 2ª (Folha S. Paulo) 3.3 Cotidiano (Folha de S. Paulo) 3.4 Folhateen (Folha de S. Paulo) 3.5 Curiosidade (Gazeta do Povo)
6. TEMA DA MATÉRIA	1. Concepção de linguagem: Alfabetização e letramento 2. Intervenção nos distúrbios de aprendizagem da leitura e escrita 3. Causas e sintomas da chamada dislexia 4. Procedimento para diagnosticar a dislexia	2.1 Intervenção psicopedagógica 2.2 Intervenção Médica/clínica 2.3 Intervenção fonoaudiológica 2.4 Intervenção educacional especializada 3.1 Aspectos orgânicos/ funcionais ou psicológicos 3.2 Causas e sintomas ligados a fatores sociais 3.3 Causas e sintomas do processo de ensino aprendizagem
7. A QUEM SE DIRIGE O TEXTO	1. Profissionais da área da saúde 2. Pais 3. Educadores 4. Alunos 5. População em Geral	
8. DIMENSÕES CONTEMPLADAS	1. Multifatorial 2. Orgânica	
9. TERMOS	1. Dislexia 2. Distúrbios de leitura e escrita 3. Distúrbios da comunicação de leitura e escrita 4. Distúrbios da linguagem 5. Problemas de leitura e escrita 6. Dificuldades de leitura e escrita 7. Transtornos de leitura e escrita 8. Déficit da leitura e escrita 9. Queixas escolares de leitura e escrita	

Construímos uma tabela, organizada para delimitar cada matéria a respeito dos itens contemplados. Isso nos possibilitou o procedimento de análise quantitativa do material pesquisado.

A análise estatística foi realizada por meio do teste de diferença de proporções, ao nível de significância 5%.

Para análise qualitativa, foram extraídos fragmentos de 20 matérias (sendo 10 publicadas no jornal Folha de S. Paulo e 10 no jornal Gazeta do Povo). A escolha de tais fragmentos deve-se ao fato de serem matérias representativas de visões predominantes veiculadas nos jornais. Tais matérias estão em anexo e identificadas pelas letras MF - publicadas no jornal Folha de S. Paulo, e MG- publicadas no jornal Gazeta do Povo.

Além disso, foram adotados dois eixos para análise. No eixo 1, contemplando quais sujeitos sociais estão presentes no texto da matéria quem escreve a, para quem escreve. Para tanto, serão analisados e discutidos os itens: autoria, seção do jornal e a quem se dirige o texto.

A análise realizada no eixo 2 contempla posições valorativas dos processos e uso da leitura e escrita, abrangendo os itens: tema da matéria e dimensão explicativa que buscam dar conta das causas/questões etiológicas da dita dislexia desenvolvimento, para isso dividimos em dois grupos de interesse, o primeiro parte de um viés organicista que propiciam aos leitores e dão ênfase a uma série de prognósticos ao desenvolvimento dos sujeitos. O segundo parte de um embasamento teórico que permite compreender que os supostos distúrbios de linguagem são próprios do processo de leitura e escrita, e neste ínterim, vários fatores (social, político, econômico etc.) são pertinentes e devem ser analisados, o que estamos denominando multifatores/multifatoriais. Na seqüência apresentaremos a análise dos resultados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresentaremos a descrição e análise do *corpus*, discutindo trechos de matérias selecionadas a partir da pesquisa documental, bem como dos dados organizados quantitativamente. Tecemos esta análise em torno de dois eixos temáticos, são eles: eixo 1 – Marcas dos sujeitos presentes nos discursos jornalísticos, e eixo 2 – Posições valorativas no contexto jornalístico sobre o tema dislexia.

Antes de iniciarmos tal análise, consideramos fundamental apresentar um panorama quantitativo das matérias que compõem o *corpus* de nossa pesquisa, a partir da distribuição por ano e pelos jornais, conforme quadro 4.

Quadro 4 – Distribuição anual de matérias especificadas pelos jornais Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo (2005-2010)

ANO	Nº DE ARTIGOS POR JORNAL\ ANO			
	Jornal Folha de S. Paulo	Jornal Gazeta do Povo	TOTAL ANUAL	%
2005	5	--	5	4,3
2006	7	6	13	11,3
2007	9	5	14	12,2
2008	12	22	34	29,6
2009	12	7	19	16,5
2010	16	14	30	26,1
TOTAL	61	54	115	

Fonte: a autora.

Em relação à distribuição anual de matérias especificadas pelos jornais Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo, destacam-se os anos de 2008 e 2010 correspondendo, respectivamente, a 29,6% e 26,1% do total das matérias. Mesmo com o registro de queda das publicações sobre o assunto em 2009, nota-se uma tendência crescente do número de matérias entre 2005 e 2010, o que denota de forma quantitativa o interesse nas discussões acerca da dislexia. Isto porque os jornais apresentam porcentagens aproximadas, a Folha de S. Paulo corresponde a 53% do total, sendo que a Gazeta do Povo responde por 47%.

4.1 MARCAS DOS SUJEITOS PRESENTES NOS DISCURSOS JORNALÍSTICOS

Para analisarmos quais sujeitos sociais estão presentes nas matérias, ou seja, quem escreve e para quem escreve, abordamos os dados referentes aos seguintes itens: autoria, a quem se dirige o texto e seção do jornal (Quadro 3). Delimitamos tal eixo de análise por considerarmos que o discurso jornalístico não é neutro e que existem diversas vozes e interesses sociais compondo a construção de sentido nas matérias.

Podemos apreender nos discursos jornalísticos marcas produzidas por profissionais que ocupam diferentes lugares sociais, tais sujeitos estabelecem uma relação dialógica com o leitor.

Para compreender como esta dinâmica dialógica se estabelece, podemos analisar os dados apresentados na tabela abaixo, acerca da autoria e coautoria da matéria.

Tabela 2 – Distribuição das matérias publicadas nos Jornais Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo segundo autoria e coautoria

AUTORIA E CO-AUTORIA*	FOLHA DE S. PAULO	GAZETA DO POVO	TOTAL	%
Educadores	15	07	22	19,1
Fonoaudiólogos	4	--	4	3,5
Médicos	7	8	15	13
Pais de diagnosticados	4	4	8	6,9
Psicólogos	4	1	5	4,3
Psicopedagogos	14	12	26	22,6
Sujeitos diagnosticados com distúrbios de linguagem	---	8	8	6,9
Repórter**	13	14	27	23,4
TOTAL	61	54	115	

Fonte: a autora

Nota: *Em todas as reportagens/matérias o jornalista contou com a participação de outros autores.

**A autoria- Repórter refere-se às matérias escritas apenas pelos jornalistas da Folha de S.Paulo e da Gazeta do Povo.

A partir desta tabela podemos analisar que o repórter é o autor que mais escreve sobre a chamada dislexia nos jornais impressos pesquisados. Vale ressaltar que em algumas matérias jornalísticas o nome do autor e a formação acadêmica não estão explicitadas, é o caso da matéria (MF-14).

Além disso, o jornalista geralmente utiliza o discurso de profissionais, especialmente daqueles que atuam no campo da saúde, como um aporte para escrever sobre a temática em questão. Mostra disso são os recortes das matérias da Folha de S. Paulo.

Depois da síndrome de Down, é a vez de explicar o que é dislexia, uma dificuldade de compreensão do que se lê. Aguinaldo Silva, diz que decidiu criar um personagem dislético em “Duas Caras” após ver uma pesquisa. (MF-18)

Investigações em várias partes do mundo detectam alta incidência de presos com histórico de distúrbios neurológicos que dificultam a aprendizagem. (MF-15)

O repórter utiliza citações diretas e (ou) indiretas de profissionais da área da saúde e da educação e apoia-se em supostos dados de pesquisas para tornar seu discurso objetivo e verdadeiro. Além da forma como os discursos estão sendo veiculados, notamos nestes trechos a comparação da suposta dislexia com distúrbios neurológicos e síndrome de down. Estes aspectos serão estudados na segunda parte desta análise, a qual contempla as posições valorativas assumidas pelos autores do texto.

Retomando os dados quantitativos da tabela 2, analisamos que profissionais da saúde participam da autoria das matérias em maior número, totalizando 43,4 %. Isso significa que os jornalistas reconhecem que profissionais dessa área estão aptos, e preferencialmente capacitados, para discorrer acerca de problemas nos processos de leitura e escrita.

Se o jornalista busca profissionais da área da saúde para discursar acerca da temática, podemos acompanhar que estes reiteram tal posição, uma posição quase generalizada, que conduz ao entendimento que profissionais da saúde são os mentores para *falar* sobre a dita dislexia.

Nessa direção, verificamos na mídia discursos recorrentes que anunciam o psicopedagogo como o profissional com maior competência para abordar a chamada dislexia.

Diferente de um professor particular, psicopedagogo busca a origem de problemas no aprendizado e ensina o aluno a aproveitar melhor a aula. Alguns casos em que o psicopedagogo pode ajudar o estudante. (MG16)

Notas vermelhas e baixo rendimento escolar podem ser sinais da necessidade de um psicopedagogo. (MG18)

Nestes fragmentos e na maioria das vezes, quem escreve o texto jornalístico, assume um lugar de autoridade e propriedade para discorrer sobre o assunto, pois atribui ao profissional da saúde uma posição hierárquica em relação ao professor. Assim, a forma de comparar profissionais de áreas distintas interfere na posição valorativa que o leitor assume diante do texto.

Percebemos, ainda, que o psicopedagogo é colocado como o profissional ideal para intervir com sujeitos que apresentam problemas relativos à leitura/escrita e contribuir para a superação do fracasso escolar.

Tendo em vista tal fato, consideramos importante tecer considerações acerca de aspectos que definem a atuação desse profissional. Segundo a ABPp (Associação Brasileira de Psicopedagogia), hoje no Brasil só poderá exercer a profissão de psicopedagogo os concluintes do curso de especialização em psicopedagogia em nível de pós-graduação, expedido por instituições devidamente autorizadas ou credenciadas nos termos da lei vigente - Resolução n.º12/83, de 06/10/83 - que regulamenta a formação de especialistas, no caso, os então chamados "especialistas em psicopedagogia" ou "psicopedagogos".

Na Resolução n.º 12/83, tal especialização serve para instrumentalizar profissionais das áreas da saúde e educação, especialmente, professores e psicólogos, visando ao atendimento e à orientação de crianças que não apresentam desempenho escolar desejado nas escolas.

Estudos revelam que este profissional passou a ser solicitado a atuar clinicamente com crianças portadoras dos chamados distúrbios de aprendizagem, incluindo, aqueles relacionados à leitura e escrita. Embora atue no campo da educação, a prática psicopedagógica está, especialmente, voltada para diagnóstico, intervenção e avaliação clínica (MASINI, 2009; SERRAT, 2008).

Nessa direção, podemos notar que aos médicos também é reservado, nas matérias, um lugar significativo para descrever e conceituar a chamada dislexia. Vejamos alguns trechos que evidenciam tal fato.

Neurocientistas do Hospital Sarah, de Brasília, e do Centro Neurospin, de Paris, descobriram que o cérebro junta as regiões da linguagem e da visão para proporcionar a leitura. O neurocientista francês **Stanislas Dehaene** afirma que o lado esquerdo do cérebro é ativado durante a leitura, precisamente atrás da orelha. (MG 19)

Muitas vezes o mau rendimento é visto como passageiro, como um problema de adaptação com o professor **ou com a turma, e na verdade ele pode esconder um problema mais grave. É fundamental que qualquer dificuldade seja investigada e diagnosticada o quanto antes**, alerta a neuropediatra ...” (MG 8)

A partir desses trechos analisamos que os médicos, com especialidades em áreas denominadas como neurologia, neuropediatria e (ou) neurociência, são solicitados com frequência para discorrer sobre a dita dislexia, e na maioria das vezes distinguem como um distúrbio neurológico, resultado de problemas cerebrais, inerentes à criança. Para Araújo (2010), a neurociência permite a compreensão da base biológica da consciência e dos processos mentais pelos quais percebemos, agimos, aprendemos e lembramos.

Esses posicionamentos são partilhados entre profissionais da área da saúde e educação que supostamente entendem que a dislexia é causada por problemas no funcionamento cerebral e, portanto, alunos com problemas no processo de apropriação da linguagem devem ser submetidos a diagnósticos médicos.

Se aos discursos produzidos por profissionais da saúde é atribuído um lugar de saber, podemos acompanhar outros aspectos que objetivam reiterar um estatuto de competência e autoridade aos sujeitos que “falam” nas matérias.

Nos trechos abaixo, notamos que o autor, como figura de autoridade e competência, é identificado não só como um profissional da saúde, mas também como alguém envolvido com a ciência e com a pesquisa.

Cientistas explicam como o cérebro reage à leitura

“Com a participação de **pesquisadores brasileiros**⁷, a ciência conseguiu, pela primeira vez, fazer o mapa da leitura no cérebro humano” “Neurocientistas do hospital Sarah, de Brasília e do centro Neurospin de Paris” . (MG19)

A pesquisadora da Universidade de Wales, no País de Gales, Amanda Kirby, especialista em distúrbios do desenvolvimento, acrescenta que também há mais dificuldades em identificar problemas em meninas (...),(MG 27)

⁷ Grifo no original.

Embora sejam bastante freqüentes, **os especialistas são unânimes em ressaltar que todos esses problemas têm tratamento e devem ser diagnosticados o mais cedo possível**, de preferência antes do início da vida escolar. Para isso, é fundamental que **pais e professores fiquem atentos a qualquer sinal que indique alguma anormalidade**. “Percebemos que muitas crianças são encaminhadas pelas escolas apenas no fim do ano, quando o desempenho já está comprometido. (MG 8)

Analisando esses trechos, verificamos que as notícias que buscam assumir posições pretensamente científicas a partir de “vozes” de autores estrangeiros são matérias tendenciosas e persuasivas, pois utilizam a figura do pesquisador internacional para convencer o leitor daquilo que se quer transmitir, ou seja, a ideia de que problemas de leitura, escrita e aprendizagem são causados por limitações e (ou) distúrbios de natureza orgânica.

No fragmento MG-8, chama-nos atenção a ideia de unanimidade, utilizada como um dispositivo persuasivo, pois indica ao leitor que todos os profissionais concebem a dislexia a partir de uma visão organicista e, portanto, a ela deve ser tratada a partir de abordagens clínico-reabilitativas. Além do mais, geralmente profissionais assumem uma mesma visão sobre o conceito de dislexia (MG 8), a credibilidade e os efeitos dos discursos são postos, dentre outros aspectos, no lugar social/profissional ocupado por aquele que escreve.

Consideramos que o leitor, quando desprovido de recursos que lhes permitam analisar criticamente tal posição, está vulnerável a visões que afirmam que problemas de leitura e escrita devem ser tratados no contexto clínico. Desse modo, o leitor se aliena ao discurso jornalístico, pretensamente neutro, consensual e científico. Comumente o leitor da matéria não dispõe de recursos interpretativos para identificar as várias vozes e posições que comparecem nas matérias acerca dos determinantes envolvidos com a chamada dislexia.

Quanto aos possíveis leitores, podemos notar que, predominantemente, as matérias conduzem como interlocutores sujeitos que supostamente poderiam identificar sintomas dos ditos distúrbios de leitura e escrita e reiterar a necessidade da procura de um especialista para estabelecer um diagnóstico. Em virtude disso, apresentamos as tabelas 3 e 4.

Tabela 3 – Distribuição das matérias publicadas nos jornais da Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo referente ao público alvo

PUBLICO ALVO	FOLHA DE S. PAULO	GAZETA DO POVO	TOTAL	%
Alunos	5	8	13	11,3
Educadores	30	28	58	50,4
Pais	11	10	21	18,3
População em geral	6	7	13	11,3
Profissional da saúde	9	1	10	8,7
	61	54	115	
TOTAL				

Fonte: a autora

Percebemos que as diferentes matérias que contemplam o tema dislexia, estão especialmente voltadas a profissionais da educação e pais de alunos e(ou) disléxicos. Importante notar que estes leitores geralmente buscam informações sobre como detectar a chamada dislexia (logo mais este dado será analisado).

Tabela 4 – Distribuição das matérias publicadas nos jornais Folha de S. Paulo e Gazeta do povo por autoria e coautoria e publico alvo

PUBLICO ALVO	AUTORIA E CO-AUTORIA*								TOTAL	%
	1	2	3	4	5	6	7	8		
Alunos	1	5	-	-	1	-	2	4	13	11,3
Educadores	3	21	4	2	2	8	5	13	58	50,4
Pais	2	9	-	2	1	1	1	5	21	18,3
População em geral	-	6	-	-	-	3	-	4	13	11,3
Profissional da saúde	1	4	-	1	1	1	-	2	10	8,7
										11,3
TOTAL	8	22	4	5	26	15	8	27	115	

Fonte: a autora

*Legenda;

- 1- Pais de diagnosticados
- 2- Educadores
- 3- Fonoaudiólogos
- 4- Psicólogos
- 5- Psicopedagogos
- 6- Médicos
- 7- Sujeitos diagnosticados com distúrbios de linguagem
- 8- Repórter/jornalista

A partir dos dados obtidos nas tabelas acima, constatamos que os repórteres, psicopedagogos e educadores são autores mais recorrentes das matérias jornalísticas, uma vez que direcionam seus discursos para profissionais da educação. Esses dados mostram como são diversificadas as ideias e conceituações

sobre a dita dislexia, tanto a área da saúde quanto da educação participam desta construção.

Ressaltamos que o autor recorrente é o profissional da saúde, que intenciona seus discursos para o profissional da educação, no sentido de orientar, explicar, oferecer conhecimentos especializados para que o professor identifique problemas e encaminhe para o atendimento especializando. Isto revela que a dita dislexia é descrita como um distúrbio intrínseco ao ser humano, muitas vezes comparado e (ou) relacionado a problemas morais/comportamentais e físicos.

Pudemos analisar, no contexto das matérias, como está sendo difundida a idéia de que supostamente os professores e pais são os responsáveis pelos insucessos e (ou) fracassos em relação a leitura e escrita do aluno e, muitas vezes, são eles que devem identificar problemas e recorrer a profissionais da saúde para a efetivação do diagnóstico.

Para reiterar esse entendimento, apresentamos o fragmento abaixo:

Sinais de dislexia, esse distúrbio, considerado o de maior incidência nas salas de aula, começa a dar sinais mais evidentes a partir do primeiro ano de alfabetização (...) Mas é na idade escolar que ele começa a ser detectado, geralmente em sala de aula, segundo a psicopedagoga Maria Luiza Silva, do ambulatório de **Neuropediatria** do Hospital de Clínicas da UFPR. **"Pais bem esclarecidos conseguem perceber que há algum problema, mas os professores estão ainda mais qualificados para identificar, pois têm um padrão normal para poder comparar". Veja no quadro abaixo como pais e professores podem notar sinais da existência de dislexia.** (...) (MG44) (- grifo nosso)

Nota-se que, na maioria das vezes, os pais, quando bem esclarecidos, devem reconhecer a dislexia como uma doença (MG44), e têm possibilidades de identificar o problema, embora os professores sejam os mais qualificados. As matérias elucidam a ideia da desqualificação dos pais por não perceberem os sinais que os filhos apresentam. Nessa direção, os autores destes discursos reforçam a ideia de culpabilizar os pais, insinuando que a falta de conhecimento, de cuidado e de observação, são os determinantes para conduzir os filhos ao fracasso escolar.

Retornando aos trechos mencionados, ao fim da matéria (MG44) é apresentado um quadro elencando diversos problemas que podem ser identificados em uma criança com dislexia. Vejamos o quadro:

Como identificar

Fique alerta se a criança apresentar alguns desses sintomas:

Pais*Pré-escola*

- Atraso no desenvolvimento da fala
- Dificuldade em aprender rimas e canções
- Fraco desenvolvimento da coordenação motora

Idade escolar

- Confusão entre esquerda e direita
- Dificuldade na coordenação motora fina (desenhos, pintura) e/ou grossa (ginástica, dança)
- Dificuldade em manusear mapas, dicionários e listas telefônicas
- Frequentes perdas de materiais escolares
- Dificuldade na memória de curto prazo, como instruções e recados

Professores*Pré-escola*

- Dispersão
- Fraco desenvolvimento da atenção
- Atraso no desenvolvimento da fala e da linguagem
- Dificuldade em aprender rimas e canções

Idade escolar

- Dificuldade na aquisição e automação da leitura e escrita

* Quadro demonstrativo da matéria MG-44, ver na íntegra em anexo I.

Essas dicas e informações para identificação dos sintomas induzem o leitor a se sentir capacitado em fazer um pré-diagnóstico e, quando julgar necessário, procurar tratamento junto a profissionais de saúde.

Outro aspecto importante e evidenciado nas matérias jornalísticas é o caráter de culpa, atribuída aos pais, tidos algumas vezes como responsáveis pelo problema, ou aos professores, devido ao uso de metodologias inadequadas aplicadas em sala de aula, ou pelo fato de não saberem ensinar ou, ainda, por não encaminharem para avaliação clínica seus alunos nos primeiros anos de escolarização.

Para análise dos interlocutores e vozes presentes nas matérias selecionadas, analisamos, também, as seções dos jornais em que estão publicadas, conforme tabela 5.

Tabela 5 – Distribuição de matérias publicadas nos jornais Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo referente seção do jornal

SEÇÃO DO JORNAL	FOLHA DE S. PAULO	GAZETA DO POVO	TOTAL	%
Educação	26	25	51	44,3
Entretenimento/outro	15	9	24	20,9
Saúde	20	20	40	34,8
TOTAL	61	54	115	

Fonte: a autora

Observamos que 44,3% do total das matérias estão localizadas na seção educação, enquanto nas seções de saúde e entretenimento, 34,8% e 20,9%, respectivamente. Percebemos que este assunto abrange diversas áreas do conhecimento.

Para a próxima análise apresentamos os dados a seguir:

Quadro 5 - Organização de cadernos jornalísticos por títulos e áreas correspondentes:

Jornal caderno	EDUCAÇÃO	ENTRETENIMENTO	SAÚDE
FOLHA DE S. PAULO	- Caderno Saber	- Ilustrada - Entrevista da 2ª - Cotidiano - Folhateen	- Caderno Equilíbrio - Caderno Saúde
GAZETA DO POVO	- Caderno Ensino	- Vida e Cidadania - Curiosidade	- Caderno Saúde - Viver Bem

Fonte: a autora.

Tabela 6 - Distribuição das matérias publicadas nos jornais da Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo referente a correlação entre a seção do jornal e a público alvo

PUBLICO ALVO	SEÇÃO DO JORNAL			TOTAL	%
	Saúde	Educação	Entretenimento		
- Alunos	5	5	3	13	11,3
- Educadores	19	21	18	58	50,4
- Pais	7	12	2	21	18,3
- População em geral	3	10	-	13	11,3
- Profissional da saúde	6	3	1	10	8,7
TOTAL	40	51	24	115	

Fonte: a autora

Analisando o quadro 5 e as tabelas 5 e 6, percebemos que na seção saúde o texto é voltado para educadores, num percentual de 16,5% do total de matérias dos dois jornais. Do total de 115 (cento e quinze) matérias do jornal Gazeta do Povo, 50,4% das matérias se dirige aos educadores, considerando a divisão de seções em saúde, educação e entretenimento.

Em relação à inserção das discussões sobre a dislexia, destaca-se a veiculação de matérias no caderno *saúde* na primeira categoria e no caderno *saber* na segunda categoria, pertinente à educação. Cabe salientar também a presença de matérias sobre a dislexia em conteúdos considerados de entretenimento, mostrando que este tema não está restrito às reflexões circunscritas nos campos da saúde e educação, mas que também faz parte de uma discussão mais ampla e em diferentes esferas (política, social, médica, educacional).

Pelo exposto, evidenciamos que o jornal impresso exerce um papel fundamental na produção de conhecimento e na formação de consensos na sociedade. O espaço jornalístico abrange uma imensidão de posições valorativas segundo a temática dislexia, visto que na maioria das vezes tratam a dislexia como uma doença cruel, pautadas em visões comportamentalistas e cognitivistas. Constatamos que os autores das matérias estão inseridos na área médica e promovem seus textos para profissionais da educação. Outro dado importante são as seções que estão dispostas as matérias, geralmente alocadas nos cadernos de educação.

Consideramos nesta análise que os discursos da mídia jornalística atribuem sentidos que configuram uma opinião privada tomada e aceita como pública e confere uma dada posição e formação ideológica do seu leitor, moldando e

delimitando os pontos de vista e também os interesses de seu público. Nessa direção os leitores são guiados pela interpretação ideológica do texto levando a adquirir um possível pré-diagnóstico com algumas dicas e informações dadas, sugerindo de forma subliminar a eles que procurem um tratamento médico.

A força de tais discursos faz com que uma grande parcela da sociedade brasileira ainda se encontre alheia às diferentes dimensões teóricas sobre a chamada dislexia e os supostos distúrbios de leitura e escrita, considerada por muitos como um problema de ordem cerebral.

4.2 POSIÇÕES VALORATIVAS NO CONTEXTO JORNALÍSTICO SOBRE O TEMA DISLEXIA

Pretendemos discutir como o espaço jornalístico abrange diferentes dimensões explicativas acerca da temática dislexia. Para tanto priorizamos analisar dados referentes a e essas dimensões explicativas, ao tema e à seção da matéria.

De início, é importante ressaltar que em 28% das matérias analisadas são apresentados dados estatísticos para quantificar casos de dislexia, geralmente veiculando a ideia de que a dislexia é uma doença recorrente, que acomete crianças em fase escolar. Tais discursos se respaldam na Associação Brasileira de Dislexia para obter um discurso competente, ou seja, discurso aceito como verdadeiro e autorizado, sem, contudo explicitar a fonte de tais achados.

Estima-se que **15%** da população mundial seja disléxica. Crianças com esse tipo de alteração geralmente apresentam dificuldades de leitura e para soletrar e identificar letras. (MG 8)

Dislexia atinge entre 5% e 17% da população

Conforme a Associação Brasileira de Dislexia (ABD), a dislexia é o distúrbio que mais incide nas salas de aula e hoje atinge entre 5% e 17% da população mundial.(MG 13)

Segundo ABD **5% a 17 %** da população mundial é disléxica. (MF 25)

Se seu filho ou aluno é esperto, mas têm muita dificuldade de aprender, preste atenção a estas estatísticas de associações psiquiátricas: entre **5% e 17%** dos brasileiros sofrem de dislexia perturbação na aprendizagem de leitura e escrita que leva a pessoa a embaralhar letras e números, pelo menos **7 %** têm, em algum nível, distúrbio de atenção e hiperatividade. (MF 15)

Ademais as matérias não oferecem, em geral, elementos que permitam ao leitor um posicionamento crítico, pois trazem como se estes fossem por si só explicativos e conclusivos. Cabe indagar o que representa o percentual de 15%, comumente apresentado, para quantificar o número de disléxicos no Brasil e no mundo? Hoje o montante da população mundial é de aproximadamente 7 bilhões de pessoas, segundo dados do IBGE(2012)⁸, assim os 15 % referidos representam 1 bilhão e 50 mil pessoas com dislexia. Tais números podem ser representativos de uma problemática social de amplo espectro, já que se aproximam dos valores característicos de uma epidemia.

Quanto às dimensões abordadas nas matérias, pudemos notar duas grandes explicações que permeiam os discursos jornalísticos e difundem conhecimentos sobre a chamada dislexia. Denominamos estas duas dimensões explicativas como: multifatorial e orgânica. A primeira considera que os supostos problemas de leitura e escrita são próprios do processo de apropriação da leitura e da escrita, do mesmo modo que fatores sociais, políticos e econômicos também têm uma participação significativa no fracasso escolar. A segunda dimensão, que denominamos orgânica, tende a localizar no sujeito o problema, o dano neurológico e os aspectos que causam a dita dislexia.

Na tabela a seguir apresentaremos dados quantitativos relativos às dimensões contempladas nas matérias dos jornais:

Tabela 7 – Distribuição das matérias publicadas nos jornais da Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo referente às dimensões contempladas

DIMENSÃO CONTEMPLADA	FOLHA DE S. PAULO	GAZETA DO POVO	TOTAL	%
Multifatorial	20	11	31	27
Orgânica	41	43	84	73
Total	61	54	115	

Fonte: a autora

Em relação às dimensões contempladas nas matérias analisadas, predomina a orgânica, com 84 matérias, dentre as quais 41% são da Folha de S. Paulo e 43%

⁸ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> (2012).

do jornal Gazeta do Povo. A dimensão multifatorial abrange 27% do total, dimensão predominante no jornal Folha de S. Paulo.

A partir da visão organicista os ditos disléticos têm sido definidos como crianças que apresentam alterações e falhas nas conexões cerebrais e na difusão do processo químico, por esse motivo elas apresentam dificuldade na decodificação e soletração de palavras. É o que constatamos neste trecho:

A dislexia é outro problema bastante freqüente nas salas de aula. Estima-se que 15% da população mundial seja dislética. Crianças com **esse tipo de alteração** geralmente apresentam dificuldades de leitura e para soletrar e identificar letras. Isso ocorre porque o **cérebro dos disléticos funciona de maneira diferente das outras pessoas**. No processo de leitura, eles recorrem somente à **área cerebral que processa fonemas**. Por consequência, surge a **dificuldade em diferenciar fonemas de sílabas, já que a região cerebral responsável pela análise de palavras permanece inativa**. (grifo nosso) (MG8)

Nessa direção a utilização de nomenclaturas e categorias patológicas (distúrbio, síndrome, transtorno) tem sido recorrente em âmbitos educacionais para distinguir crianças que cometem hipóteses no processo da leitura e da escrita.

Notamos, também, a utilização de metáforas e de comparações com outras patologias, o que pode ser evidenciado no trecho abaixo:

Dislexia afeta motorista como álcool

A dislexia, um distúrbio de escrita e leitura, **pode afetar os reflexos de um motorista tanto quanto o consumo de álcool**, diz estudo da Universidade de Ciência e Tecnologia em **Trondheim, Noruega**. Quando **pesquisadores** compararam quanto tempo os motoristas demoram para reagir a placas na estrada, eles descobriram que os disléticos eram cerca de **30% mais lentos** do que outros voluntários. "Motoristas acima do limite permitido de consumo de álcool no Reino Unido, que pode ser superado pelo consumo de dois copos de cerveja, são tipicamente 10% mais lentos do que o normal para reagir", disse **a revista "New Scientist"**, que divulgou o estudo. (MF 2)

Nesse trecho o autor utiliza a comparação do motorista alcoolizado para caracterizar o dislético. Cabe ressaltar que o alcoolismo é uma doença com uma série de implicações que deve ser tratada. Tal relação pressupõe que a dislexia, como doença, gera uma série de alterações nos sujeitos, devendo ser tratada e curada. Além disso, em toda a matéria, o autor defende a ideia de que os disléticos

(entendidos como aqueles que não têm capacidade intelectual para ler e escrever) têm mais preponderância a ser criminosos.

Importante destacar que a comparação de sujeitos com comportamentos deturpados, que fogem de um padrão socialmente estabelecido, com aqueles que têm dificuldade no processo de apropriação da leitura e da escrita, é uma comparação que condena, descaracteriza e culpabiliza o sujeito de suas possibilidades. Segundo Moysés (2013, p. 11), “As questões coletivas, de ordem política, social, econômica, cultural, afetiva, que afligem milhões de pessoas, são transformadas em individuais e reapresentadas como *doenças, transtornos, distúrbios*. Problemas políticos são tornados biológicos, inatos à pessoa”. Para a autora, a diversidade de pessoas e as suas singularidades são tomadas muitas vezes como transtornos, assim como as desigualdades são encobertas e transformadas em doenças.

Além disso, outro aspecto importante evidenciado nas matérias jornalísticas são as exemplificações com personalidades famosas, cujo o testemunho de vida sublinha o enfrentamento de problemas com a leitura e a escrita e a chamada dislexia do desenvolvimento. As matérias apontam que, mesmo portadores do dito distúrbio, tais personalidades tornaram-se ilustres pelo seu potencial em diversas áreas. Vejamos tais comparações:

Muitos especialistas sugerem inclusive, que pessoas disléxicas por serem forçadas a pensar e aprender de maneira diferente, se tornam mais criativas e tem idéias inovadoras que superam as de não-disléxicos. Pode não ser determinante, mas vale lembrar que algumas personalidades que se tornaram célebres também eram portadoras desse distúrbio, entre elas o desenhista Walt Disney, a escritora Agatha Christie, o inventor Thomas Edison e o ator Tom Cruise (que diz ter sofrido muito no início da carreira para memorizar seus roteiros). (MF -14)

Obviamente, não. Se fosse assim, homens como Walt Disney, Eisnten, Thomas Edison, Steven Spielberg, Louis Pasteur, apresentados em livros e congressos médicos como portadores de distúrbios de atenção, teriam sido improdutivos (MF-15)

Em contrapartida, algumas matérias, objeto da pesquisa, partem do pressuposto que a dislexia do desenvolvimento é uma patologia inventada, que é utilizada para mascarar um sistema de ensino precário. Nessas matérias, os autores

são opostos a noção de que a dislexia é decorrente de limitações intrínsecas ao sujeito. Para eles, esta é uma noção fragilizada e contraditória.

Cabe apresentarmos fragmentos extraídos de um texto, publicado no caderno “Painel do leitor”, o qual desconstrói o conceito de dislexia. O texto está alocado no espaço destinado à apresentação de posições opinativas de pessoas que atuam em diversas áreas, que escrevem para criticar e (ou) opinar sobre as matérias que já foram publicadas. Interessa-nos, em especial, reproduzir o trecho a seguir:

Profissionais da área da educação e da saúde, pesquisadores e estudiosos da linguagem, sabem que a dislexia é, **na grande maioria das vezes, uma patologia inventada** por aqueles que desconsideram a complexidade e a dinâmica dos processos de letramento, que envolvem aspectos subjetivos, além de contextos socioeconômicos (...) **É uma pena que tantos familiares se deixem seduzir pelo discurso da objetividade e passem a acreditar que uma criança de apenas 6 anos de idade possa ser classificada como disléxica.** Com isso vencem a indústria dos diagnósticos apressados e aqueles que se dizem terapeutas, mas na verdade, vêm nesta cultura da patologização de questões sociais uma oportunidade de ganhar clientes, lotando suas associações e consultórios particulares.- Claudia Perrota Fonoaudióloga (MF26/28)

A fonoaudióloga, autora do trecho da matéria acima apresentada, parte de uma dimensão multifatorial, uma vez que afirma que a dislexia é uma patologia inventada.

Esta afirmação é contrária ao que vem sendo disseminada pelas mais diferentes matérias jornalísticas analisadas neste trabalho. A crítica da fonoaudióloga está pautada na noção de que existem interesses políticos/econômicos fomentando a patologização do ensino, como, por exemplo, criar demandas para consultórios e aumentar a produção de medicamentos das indústrias farmacêuticas. Perrota utiliza o termo “sedução” como estratégia linguística para atribuir um espaço de autoridade no texto, afirmando que pessoas, se deixam levar pelo discurso da objetividade. No entanto às vezes, estas matérias acabam por suscitar polêmicas e possibilitam a colocação de outros pontos de vista.

Cabe salientar o fragmento de um texto, a resposta de outro profissional.

É inadmissível que em pleno século 21 uma fonoaudióloga afirme que a dislexia é, na grande maioria das vezes, uma patologia inventada. O trabalho sério e consistente feito pela ABD (Associação Brasileira de dislexia) revela o profundo desconhecimento dessa profissional sobre a existência, as formas de diagnóstico e o tratamento do distúrbio. O site

www.dislexia.org.br é excelente fonte de consulta para profissionais interessados no assunto (MF26/28)

Nesse fragmento, a posição do autor contraria à explicitada por Perrota. Para tanto, o autor desqualifica a competência da profissional, dita como ultrapassada. De forma acusativa o posicionamento da fonoaudióloga é classificado como retrógrado e infundado. O autor afirma que a dislexia é uma patologia e, para respaldar tal posição, se apoia em referências da Associação Brasileira de Dislexia. Ou seja, para garantir um lugar de poder, para abordar o assunto a partir de um viés clínico-curativo, como se não houvesse divergência teórica, conceitual e de procedimentos, indica o site de tal associação como excelente canal de informações sobre a dita dislexia.

Dentre as dimensões explicativas para a dita dislexia, também analisamos o tema central de cada matéria, conforme tabela 8. A partir disso pretendemos apreender as contradições e inconsistências em torno da problemática.

Tabela 8 - Distribuição das matérias publicadas nos jornais da Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo referente ao tema da matéria

TEMA DA MATÉRIA	FOLHA DE S. PAULO	GAZETA DO POVO	TOTAL	%
Causas e sintomas da Dislexia	23	23	46	40
Concepção de linguagem: alfabetização e letramento	14	11	25	21,8
Intervenção dos distúrbios de linguagem oral e escrita	16	13	29	25,2
Procedimentos para diagnosticar a dislexia	8	7	15	13
TOTAL	61	54	115	

Fonte: a autora

A partir dos dados acima expostos, podemos verificar que o tema “Causas e sintomas disléxicos” aparece com maior recorrência nos jornais pesquisados.

As expressões/títulos “Sinais de alerta”, “Para detectar a dislexia é preciso observar” e “os sintomas da dislexia” pretendem anunciar ao leitor as manifestações, os sintomas e as características da dita doença, como explicitado nos trechos a seguir:

Elas muitas vezes são o tormento dos professores. Algumas não param quietas, não se concentram, não prestam atenção na aula; outras parecem viver no mundo da lua, não fazem as lições de casa ou não acompanham o conteúdo como os demais colegas. Crianças que muitas vezes acabam reduzidas a rótulos como “preguiçosas”, “bagunceiras” e “desobedientes”, na verdade, podem esconder algo mais complexo do que isso: um problema de saúde. Embora muitas vezes passem despercebidas por pais e professores, são inúmeras as doenças e transtornos que podem influenciar na aprendizagem e no rendimento escolar.

De acordo com a psicopedagoga Laura Monte Serrat, da Síntese – Centro de Estudos, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento da Aprendizagem, é importante que os pais observem o comportamento da criança desde cedo. Em muitos casos, alguns sinais e sintomas são a pista de que algo está errado. As consequências de um problema não diagnosticado – e, portanto, não tratado adequadamente – podem interferir no desenvolvimento da criança e prejudicar seriamente seu rendimento na escola. (MG - 8)

Os sintomas mais comuns são:

- hiperatividade e desatenção (8,7% das crianças);
- dificuldade com leitura, escrita e contas(7,8%);
- desafio às ordens dos pais (6,7%);
- ansiedade (5,9%);
- tristeza e choro excessivo (4,2%).

“O que a gente utiliza para diferenciar se está dentro da normalidade ou se é algo patológico é o quanto isso atrapalha a vida da criança na escola, na interação com amigos e na família”, explica Tatyana.

Esse tipo de comportamento também pode ser sintoma de depressão. “Não é só o isolamento social, retirada da vida social da criança; é choro, desânimo, queda do rendimento escolar, perda do prazer com as coisas ... Quando isso acontece, é hora de procurar ajuda médica e também de reforçar os cuidados em casa. (...) MG – 21)

Observamos que os leitores são guiados a identificar sintomas e a realizar um pré-diagnóstico e quando necessário procurar um tratamento médico.

Alinhadas à perspectiva organicista, as posições acima apresentadas remetem à ideia de que o processo de leitura e escrita pode ser descrito de forma objetiva a partir de comportamentos observáveis. Ou seja, que tais comportamentos são reveladores do processo e de possíveis distúrbios.

Contrariando a definição de sintoma e causas, podemos recorrer às colocações de Massi (2007), ao afirmar que os sintomas associados à dislexia, em geral, são manifestações ortográficas que não atendem à norma, contudo fazem parte do processo de apropriação da linguagem. Sinais, predominantemente, apresentados na literatura como sintomas de dislexia - pausas, trocas, omissões, hesitações, reorganizações -, invariavelmente, perpassam a apropriação e o uso da linguagem escrita.

Diante disso, entendemos que toda pessoa que não se apropriou da linguagem escrita irá apresentar os ditos erros da escrita. No entanto, verificamos alguns trechos de matérias que procuram caracterizar crianças ditas disléxicas, que esse aspecto não é contemplado:

Elas muitas vezes são o tormento dos professores. **Algumas não param quietas, não se concentram, não prestam atenção na aula; outras parecem viver no mundo da lua, não fazem as lições de casa ou não acompanham o conteúdo como os demais colegas.** Crianças que muitas vezes acabam reduzidas a rótulos como “preguiçosas”, “bagunceiras” e “desobedientes”, na verdade, podem **esconder algo mais complexo** do que isso: um problema de saúde. Embora muitas vezes passem despercebidas por pais e professores, são inúmeras **as doenças e transtornos** que podem influenciar na aprendizagem e no rendimento escolar. (...)(grifo nosso) **(MG8)**

Nessa matéria, a jornalista introduz suas posições caracterizando alunos como “um tormento para os professores”. Sugere que as crianças que apresentam distúrbios sensoriais, físicos e (ou) emocionais, podem ter, além destes, outros ditos distúrbios que não são evidentes, e que tais problemas (o que ela chama de doenças e transtornos) podem influenciar na aprendizagem do aluno.

Em grande parte das matérias o tema abordado são causas e sintomas disléxicos. Tais discursos pretendem instrumentalizar a família e professores a detectar a dislexia, sendo que, muitas vezes, quem discute este tema atribui aos pais, familiares e professores os supostos problemas educacionais.

Há até mesmo matéria que considera a uma doença hereditária.

Descoberta

Muitos pais hoje descobrem que são disléxicos após o problema ser detectado no filho, já que o distúrbio é genético. (MF- 19)

Sobre a intervenção, dentre as 115 matérias analisadas, 48% apresentam noções e informações sobre como tratar a dislexia, assim é divulgada a ideia de que é possível obter um prognóstico para servir como base para a procura por profissionais da área médica. Se por um lado, existe a posição de que a dislexia é um problema orgânico configurada como uma patologia, por outro as matérias são enfáticas em afirmações de que existe tratamento. Um tratamento que deve estimular as funções cerebrais.

Nessa direção, é oportuno apresentar os trechos da matéria intitulada *Dislexia tem tratamento também para adultos*:

Nunca **é tarde para aprender**. Esta frase resume a idéia de especialistas de que jovens e adultos com dislexia, que não **detectaram ou não trataram** esse distúrbio de aprendizagem **ainda nos primeiros anos de escola**, podem buscar tratamento em qualquer momento da vida e minimizar as dificuldades como a leitura, escrita ou a fala. (MF 19).

A **possibilidade de melhora começa** pelo fato de a **dislexia não ser uma doença, mas um transtorno de aprendizagem**. O disléxico utiliza cerca de **quatro vezes a mais áreas do cérebro** em atividades como a leitura. **Por isso as informações às vezes se “embaralham” e ele cansa mais rápido**. Não se trata de um problema de inteligência. (MF 19)

Nas passagens da mesma matéria “(...) pelo fato de a dislexia não ser uma doença, mas um transtorno de aprendizagem” e “a dislexia é genética e hereditária”, além de se observar uma posição reducionista da linguagem, percebe-se que tais trechos abordam um discurso contraditório, visto que mesmo não tendo um dano focal, existe sim um problema situado no sujeito.

Verificamos outra matéria intitulada: *Nova Novela esclarecerá o que é dislexia*:

Aguinaldo Silva diz que decidiu criar um personagem disléxico em “Duas Caras” **após ver uma pesquisa**. **“É uma doença muito comum, uma das grandes causas da evasão escolar, mas é desconhecida. Quando um garoto começa a ter dificuldade na escola, atribuem a preguiça. Mas pode ser dislexia”** (MF18).

Esse trecho é parte da matéria sobre uma nova novela “Duas Caras”, exibida pela Rede Globo em 2008, a rede de telecomunicações com a maior audiência nacional.⁹ Nesse trecho verificamos que o autor irá tratar a dislexia como uma doença comum. Interessante notar como as causas comportamentais estão intimamente ligadas a estes supostos distúrbios. O autor desse texto compara a dislexia com um comportamento de preguiça, todavia, sabemos que os comportamentos são expressões de problemas e não exatamente o problema em si.

Sobre os diagnósticos de dislexia, principalmente em crianças que estão em processo de alfabetização, o que nos preocupa e nos chama a atenção é a naturalidade com que as dificuldades dessas crianças são tratadas como problemas

⁹ Disponível em: www.ibope.com.br.

de saúde, quando, na verdade, essas mesmas dificuldades são resultado de diferentes fatores sociais e políticos.

Ao analisarmos tais matérias, verificamos que elas buscam patologizar diferenças de um sujeito singular e, ainda, desnaturalizar e descapacitar o sujeito em sua totalidade. A próxima tabela apresenta dados quantitativos de temáticas abordadas nas matérias dos referidos jornais, a partir de visões diferentes:

Tabela 9 - Distribuição das matérias publicadas nos jornais da Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo referente à correlação entre as dimensões explicativas e o tema das matérias

TEMA DA MATÉRIA	DIMENSÕES EXPLICATIVAS		TOTAL	%
	Multifatorial	Orgânica		
-Causas e sintomas da Dislexia	14	32	46	40
-Concepção de Linguagem: alfabetização e letramento	6	19	25	21,8
-Intervenção dos distúrbios de linguagem oral e escrita	5	24	29	25,2
-Procedimentos para diagnosticar a Dislexia	6	9	15	13
TOTAL	31	84	115	

Fonte: a autora

Considerando a correlação entre as dimensões explicativas e o tema das matérias, observa-se a predominância de 40% de “Causas e sintomas da Dislexia”, seguidos pelos temas “Intervenção para os distúrbios de linguagem oral e escrita”, “Concepção de Linguagem” e “Procedimentos para diagnosticar a Dislexia”. Esses diferentes temas evidenciam as formas de tratamento e discussão do assunto, o que aponta para uma busca maior sobre as causas da Dislexia e seus sintomas.

Analisando a tabela 09, verifica-se que, em relação à dimensão contemplada e o tema da matéria, a visão organicista predomina no total das matérias selecionadas, correspondendo a 84%, destacando-se o tema “causas e sintomas da dislexia”.

Para a análise quantitativa sobre a dimensão contemplada e a seção da matéria, apresentamos a seguinte tabela:

Tabela 10 - Distribuição das matérias publicadas nos jornais da Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo referente à correlação entre a dimensão explicativa e seção das matérias

SEÇÃO	Dimensão explicativa		TOTAL	%
	Multifatorial	Orgânica		
Educação	14	37	51	44,3
Entretenimento	7	17	24	20,9
Saúde	10	30	40	34,8
	31	84	115	
TOTAL				

Fonte: a autora

As matérias jornalísticas, com conteúdos que tratam da saúde, estimulam o autodiagnóstico e disseminam uma visão simplista do que é o processo de aprendizagem e a apropriação da linguagem oral e escrita.

Apresentamos alguns trechos da matéria – *Quando as letras se embaralham*, da seção Saúde Folha de S. Paulo.

A chegada das crianças à idade escolar é sempre uma comemoração em família. **Mas um distúrbio que chega a atingir 15 % da população mundial pode complicar a nova fase. A dislexia infelizmente, costuma ser detectada apenas com o início da alfabetização.** Por muito tempo, inclusive essa deficiência foi **confundida com desmotivação ou inteligência baixa.** Tratavam-se crianças **como “burros” quando na verdade eles apenas processavam as informações de maneiras diferentes do cérebro – a causa da dislexia** (MF 14)

O cérebro de uma pessoa disléxica é idêntico ao de outra pessoa sem o distúrbio. A diferença está nas conexões. A dislexia, que já se sabe surgiu por forma hereditária mesmo que vinda de um parente distante, “embaralhar” as ligações cerebrais principalmente nas regiões responsáveis por controlar a leitura, a escrita e o poder de soletrar. Com essa área “desorganizada”, a criança começa a demonstrar dificuldades já na pré-escola. (MF 14)

A argumentação utilizada para comprovar a existência de um distúrbio que acomete crianças com dificuldades de leitura e escrita no processo de apropriação da linguagem escrita é frágil.

Uma forte tendência também é vista em matérias que caracterizam os sintomas de dislexia como um embaralhamento e desordem de letras.

No campo da educação, é notável o aumento de argumentos medicalizantes e patologizantes para explicar as dificuldades vividas no processo de escolarização, tanto no âmbito da aprendizagem quanto do comportamento. Tais explicações

enfraquecem a luta pela melhoria da qualidade da educação oferecida, já que o fracasso escolar é reduzido a doenças individuais, devendo, portanto, ser tratado fora dos muros da escola.

A seguir apresentaremos a correlação das dimensões contempladas e autoria e coautoria das matérias.

Tabela 11 – Distribuição das matérias publicadas nos jornais da Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo referente à correlação entre dimensões contempladas e autoria e coautoria

AUTORIA E COAUTORIA	DIMENSÃO CONTEMPLADA		TOTAL	%
	Multifatorial	orgânica		
Educadores	4	18	22	19,1
Fonoaudiólogos	1	3	4	3,5
Médicos	2	13	15	13
Pais de diagnosticados	3	4	8	7
Psicólogos	1	4	5	4,3
Psicopedagogos	2	22	26	22,6
Repórter/jornalista	4	23	27	23,5
Sujeito diagnosticado com distúrbio de linguagem	2	6	8	7
TOTAL	24	89		115

Fonte: a autora

Analisando a tabela 11, verifica-se que, na correlação entre dimensões contempladas (multifatorial e orgânica) e autoria e coautoria das matérias publicadas na Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo, predominam os educadores e psicopedagogos, que juntos representam mais de 40% das autorias e coautorias.

Esse resultado demonstra a importância do assunto na perspectiva educacional. Porém, é relevante considerar que, dentre as dimensões contempladas, a orgânica aparece com destaque em relação à multifatorial, o que denota de certa forma a linha de pensamento e desenvolvimento da matéria exposta ao público leitor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É perceptível que a dita dislexia é temática cada vez mais relevante na mídia impressa, mas, dada a sua complexidade e por entender essa mídia como uma das esferas que influenciam na formação da opinião pública, é também evidente o necessário aprofundamento teórico da discussão acerca do assunto. Daí porque este trabalho se propôs a analisar como a dislexia é constituída e abordada na mídia impressa.

Em específico, o objetivo desta pesquisa consistiu em analisar, quantitativa e qualitativamente, matérias publicadas nos jornais Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo (Paraná), acerca da dislexia e dos chamados distúrbios de leitura e escrita, entre os anos de 2005 e 2010.

Para tanto, apoiamo-nos na análise do discurso como um recurso/dispositivo de leitura que possibilita ler o que é veiculado pelo jornal de outra posição e entrever no discurso jornalístico “as vozes” e seus determinantes ideológicos, sociopolíticos. Como um dos procedimentos metodológicos, os dados foram organizados a partir da elaboração de um protocolo de análise, o que possibilitou uma melhor identificação das características e objetivos das matérias.

Em termos quantitativos, esta pesquisa evidenciou que, do total de matérias selecionadas e analisadas, 72,1% delas apresentam o termo dislexia como termo principal para denominar os supostos distúrbios de linguagem escrita.

Vale ressaltar que a partir de 2008 observa-se um aumento do número de matérias publicadas anualmente pelos jornais, o que demonstra inicialmente uma relevância do assunto no âmbito regional e nacional. Destacam-se os anos de 2008 e 2010 correspondendo, respectivamente, a 29,6% e 26,1% do total das matérias selecionadas.

Em relação à seção do jornal em que a dislexia é assunto, as matérias em sua maioria fazem parte da seção educação (44,3%), mas cerca de 34,8% das matérias estão presentes na seção saúde e 20,9%, em entretenimento e outros.

Das dimensões contempladas, 73% das matérias têm dimensão orgânica e 27% se enquadram na multifatorial. Estes dados constituem indicadores de destaque, haja vista que denotam a forma de abordar a dislexia e, o quanto esse veículo de comunicação pode influenciar no modo de pensar e agir das pessoas.

A autoria e coautoria das matérias são representadas principalmente por educadores e psicopedagogos, porém nota-se uma participação cada vez mais presente, e importante para a diversidade da discussão, de fonoaudiólogos, médicos, pais, psicólogos e sujeitos diagnosticados.

Os educadores também representam o principal público-alvo, considerando o total de matérias analisadas. Este resultado, no entanto, pode variar em função dos encaminhamentos da discussão ao longo do tempo ou se outros jornais forem pesquisados.

De outro ângulo, ao observarmos as características dos discursos produzidos sobre a temática nesses jornais, é possível dizer que os autores dos textos lançam mão de dados estatísticos ou mesmo estratégias linguísticas com o intuito de revestir o conteúdo de seu discurso de certa cientificidade, pautada em visões comportamentalistas e cognitivistas. Para tanto, trazem como suporte associações de classes profissionais ou mesmo recortam a fala de especialistas que vão reforçar noções que defendem a dislexia como uma suposta doença.

Nesse sentido, a imprensa acaba por refletir em seu discurso a ideologia dominante, baseando-se no senso comum da sociedade. Ainda que não possamos afirmar que o discurso jornalístico está a serviço dos segmentos sociais dominantes, as matérias analisadas reproduzem conhecimentos consensuais. Com efeito, o que lemos no jornal nem sempre é a quebra de estigmas.

Parece, então, que nesse discurso não há lugar para o outro e suas posições valorativas sobre o assunto, que as informações se destinam a um leitor alienado e não crítico. Os sujeitos são guiados pela interpretação subjetiva do texto levando a adquirir um possível pré-diagnóstico com algumas dicas e informações dadas aos leitores sugerindo-lhes que procurem um tratamento médico.

Mesmo quando acolhe o discurso que se opõe ao comumente produzido, isso é feito em seção específica, em que o leitor pode manifestar-se, mas sem provocar os efeitos do necessário redimensionamento do seu ponto de vista, a ponto de concretizar a condição de existência de todo o discurso, a relação dialógica.

Entendemos que esta pesquisa, com todas as suas limitações, tem sua relevância por tratar e discutir um assunto que abrange tanto o senso comum como as discussões no âmbito acadêmico e científico. Os dados aqui estudados representam uma determinada escala temporal (2005-2010) que futuramente podem servir como base para outros trabalhos sobre o assunto, utilizando outras

temporalidades e também diferentes espaços. Para, além disso, esperamos ter demonstrado a importância de discutir, de colocar em cena o que pode passar despercebido aos olhos dos leitores leigos, como o discurso jornalístico, ao veicular esta ou aquela visão sobre a chamada dislexia, pode suscitar muitos efeitos no discurso social acerca dessa problemática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAUJO, M. C. **A teoria das representações sociais e a pesquisa antropológica**. Disponível em: < www.revistas.univerciencia.org/turismo/index.php/.../article/.../180>. Acesso em: 7 maio 2011.
- AUTHIER-REVUZ, J. **Heterogeneidade(s) enunciativa(s)**. In: Cadernos de estudos lingüísticos, Campinas, UNICAMP – IEL, n. 19, jul./dez., 1990.
- _____. **Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva**: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- BENETTI, M. **Jornalismo e perspectivas de enunciação: Uma abordagem metodológica**. 2006a.
- BENETTI, M. **Análise de Discurso: Estudo de vozes e sentidos**. 2006b.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Martins Fontes, 2.^a ed. São Paulo, 2001.
- _____. O discurso em Dostoiévski. In: **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p.181-275.
- _____. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. Martins Fontes, 4.ed, São Paulo, 2003, p. 261-306.
- BRANDÃO, H. N. **Introdução à Análise do discurso**. Editora da UNICAMP, Campinas, 1994.
- BORGES, A.G.S.; ASSAGRA, A.A.; ALDA, C.L. **Leitura: o mundo além das palavras**. Instituto RPC: Curitiba, 2010
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- CAPELLINI, Simone Aparecida et al. Desempenho em consciência fonológica, memória operacional, leitura e escrita na dislexia familiar. **Pró-Fono Revista de Atualização Científica**, São Paulo, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pfono/v19n4/a09v19n4.pdf>>. Acesso em: 11mar. 2013.
- CAPOVILLA, A.G.S. Dislexia do desenvolvimento: definição, intervenção e prevenção. Disponível em <http://www.abpp.com.br/artigos/59.htm>>acesso em: novembro de 2011.
- CAPOVILLA, G. S. e CAPOVILLA, F. C. **Alfabetização: Método Fônico**. Memnon Edições Científicas, São Paulo, 2002.
- CASTRO, M. L. (org.) **Mídias e Processos de significação**. Universidade do vale do Rio dos sinos, São Leopoldo-RS, 2000.
- CASTRO, S.T.R. Prefácio. For in: Galvão Junior: **Ações teóricas e práticas de linguística aplicada e de comunicação social**. Taubaté: papel Brasil, 2003.
- COLLARES, C. A. L. (Org.) ; MOYSES, M.A. A. (Org.) ; CINTRA, M. (Org.) . **Novas capturas, antigos diagnósticos na Era dos Transtornos**. 2. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2013. v. 1. 435p .
- CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. Tradução: Fabiana Komesu. Editora Contexto, 2^a ed., 3 reimpressão, São Paulo, 2008
- CRP- Conselho Regional de psicologia de São Paulo- Grupo Interinstitucional “ Queixa escolar”. **Medicalização de Crianças e adolescentes: Conflitos silenciados pela redução de questões sociais e doenças de indivíduos**. Casa do psicólogo, 2011.

Cuberos, M.; Garrido, A., & Rivas, A. (1997). **Necessidades Educativas Especiais**. Dinalivro.

DAUDEN, A. T.; MORI-DE-ANGELIS, C. **Linguagem Escrita: tendências e reflexões sobre o trabalho fonoaudiológico**. Pancast editora. São Paulo, 1995.

DE LUCA, M. I. **Dislexia e atenção**. São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo- dissertação de mestrado (2009).

FAGALI, E. Q. **Psicopedagogia institucional aplicada: a aprendizagem escolar dinâmica e construção na sala de aula**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1994

FARRACO, C. A.; TEZZA C.; CASTRO, G. (orgs.); BRAIT B. et al. **Diálogos com Bakhtin**. Paraná: Editora da UFPR, 1996

FELIX, T. E. R. **Dislexia: Inconsistências e incongruências sob o olhar da literatura específica**. Dissertação de Mestrado PUCSP, 2011.

FERREIRO, Emilia &TEBEROSKY, Ana. **A psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

FREIRE, P. (1997). **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2002.

FONSECA, V.D. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. Artes médicas, Porto Alegre, 1995.

FRANCHI, C. **Criatividade e Gramática**. Trabalhos em lingüística aplicada, Campinas, 1987.

GERALDI, J. W. **Alteridades: espaços e tempos de instabilidades**. In: L. Negri e R.P de Oliveira (Orgs.) sentido e significação em torno da obra de Radolfo Ilari. Ed. Contexto, São Paulo, 2004.

_____. In: XAVIER, A.C e CORTEZ, S. **Conversas com lingüistas**. Virtudes e controvérsias. Parábola Editorial, Rio de Janeiro, 2005, p. 78-79

HALL, S. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo**. Educação e Realidade. v.22, n.2. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, jul./dez. 1997.

HOUT, A. V; ESTIENNE, F. **Dislexias: descrição, explicação e tratamento**. Artmed editora, Porto Alegre, 2ª edição, 2001.

IANHEZ. M. E. e NICO, M. A. **Nem sempre é o que parece como enfrentar a dislexia e os fracassos escolares**. Editora alegre, São Paulo, 2002

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/>>

IBOPE: disponível em: <http://www.ibope.com.br/>

INAF: Indicador de alfabetismo funcional. Disponível em: <<http://www.ipm.org.br>> acesso em: 23/10/2012

IVC: Instituto Verificado de circulação. Disponível em: < <http://www.ivcbrasil.org.br>> Acesso em: 15/04/2012

LISPECTOR, C. **Perto do Coração Selvagem**. José Olympo , Rio de Janeiro, 1977

LUSTOSA, E. **O texto e a notícia**. Editora UnB, Brasília, 1996.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. Editora Cortez, São Paulo, 2ª edição, 2002.

MASINI, E.F.S. **Formação profissional em psicopedagogia: embates e desafios**. Revista Psicopedagogia 2006, 23 (72): 248-59.

MASINI, L. ; PERROTTA, C. M. . **DISLEXIA: visões ético-políticas**. IFONO - Fonoaudiologia em ação.

MASSI, G. **A dislexia em questão**. Plexus Editora, São Paulo, 2007.

MASSI, G.A.; BERBERIAN, A.P. **Dislexia: uma discussão conceitual**. Revista Ciência e Cultura, Curitiba, n. 20, 2000.

MASSI, G.A; SANTANA, A. O. **A desconstrução do conceito de dislexia: conflito entre verdades**. Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba-PR, Paidéia set.-dez. 2011, Vol. 21, No. 50, 403-411 Artigo <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v21n50/13.pdf>

MEDEIROS, C.M. **O sujeito Bakhtiniano: um ser de resposta**. Revista da Faculdade do Seridó, v.1, 2006.

MEDINA, C. de A. **Notícia, um produto a venda: Jornalismo na Sociedade urbana e industrial**. Alfa-Omega, São Paulo, 2007.

_____. **Jornalismo e Signo da relação - a magia do cinema na roda do tempo**. Líbero (FACASPER), v. 10, p. 17-25, 2007.

MELLO, S. L. (2010). Prefácio. In M. H. S. Patto (Ed.), **A produção do fracasso escolar: Histórias de submissão e rebeldia** (pp. 9-13). Itatiba, SP: Casa do Psicólogo.

MOYSÉS, M. A. **A institucionalização invisível: crianças que não aprendem na escola**. Editora mercado das letras, São Paulo, 2001.

MOYSÉS, M.A; COLLARES, C. **Preconceitos no cotidiano escolar ensino e medicalização**. Editora Cortez, São Paulo, 1996

MOYSÉS, M.A; COLLARES, C. **A, Medicalização: elemento de desconstrução dos direitos humanos**. Disponível em: < <http://www.crprj.org.br/documentos/2006-palestra-aparecida-moyeses.pdf>> Acesso em: 16/07/2011.

MOYSÉS, M.A. ; COLLARES, Cecília Azevedo Lima . **O lado escuro da dislexia e do TDAH**. In: Marisa E.M. Meira; Silvana Tleski; Marilda Facci. (Org.). A exclusão dos incluídos : Contribuições da Psicologia da Educação para uma crítica à Patologização e à Medicalização. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, v. , p. -

MOYSÉS, M.A. Seminário Internacional: **A Educação Medicalizada**. Conferência a Ideologia da opacidade- UNIP/2013

MUSZKAT, Mauro; RIZZUTTI, Sueli. **O Professor e a Dislexia**. São Paulo: Cortez, 2011.

NICO, M.A.N.; SOUZA, J.C.F. Nova definição da dislexia. Tradução do Annals of Dyslexia.disponível em: <<http://www.dislexia.org.br/>>. Acesso em: 22 maio 2012.

NOBLAT, R. **A arte de fazer um jornal diário**. Ed. Contexto, São Paulo, 2002.

ORLANDI, E. P. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Ed. Pontes, Campinas, 7º ed., 2007.

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Ed. Pontes, Campinas, 4ª ed., 1996.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar. Histórias de submissão e rebeldia**. Casa do Psicólogo, São Paulo, 2. ed., 2000, 454 p.

PECHÊUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni P. Orlandi [et al.]. UNICAMP, Campinas, 1997.

PINHEIRO, S. M. L. S. R. (2009). **Dificuldades Específicas de Aprendizagem: A Dislexia**. Tese de Mestrado em Educação Especial. Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, 129 pp.

PINTO, M. J. **Comunicação e discurso: introdução à análise do discurso**. Hacker Editores, São Paulo, 2002.

REIS, B.P. **Indicadores Preliminares para a Constituição do sujeito leitor/escritor**. Dissertação – programa de estudos pós-graduados em fonoaudiologia da PUCSP, 2011.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos: escola e inclusão social**. Ed. Parábola, 1 ed. 2009.

SALLES, J. F., Parente, M. A. M. P., & Machado, S. S. (2004). **As dislexias de desenvolvimento: aspectos neuropsicológicos e cognitivos**. Interações, 9(17), 109-132.

SANTOS, M. T. M. & NAVAS, A. L. G. P. (2002). **Distúrbios de leitura e escrita: teoria e prática**. São Paulo: Manole.

SELIKOWITZ, Mark. **Dislexia e Outras Dificuldades de Aprendizagem**. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2001.

SMOLKA, A. L. B. **A criança na fase inicial da escrita: alfabetização como processo discursivo**. Cortez/Universidade da UNICAMP, 3 ed., São Paulo, 1991.

SMOLKA, A. L. B. & GÓES, M. C. R. de. et.al. **A linguagem e outro no espaço escolar: Vygotsky e a construção do conhecimento**. Papirus, Campinas, 5 ed., 1996.

STRELOW, A. **Análise Global de Processos Jornalísticos**. (AGPJ), PUC-RS, 2012.

TORRES, Rosa M.R. e FERNÁNDEZ Pilar (2001). **Dislexia, disortografia e disgrafia**. Universidade do Minho. McGraw-Hill. ISBN:972-773-121-X.

VALLET, R. **Dislexia: uma abordagem neuropsicológica para crianças com graves desordens de leitura**. Trad. Martha Rosemberg. Manole, São Paulo, 1995.

VYGOTSKY, L.S. **Formação Social da Mente**. Martins Fontes, São Paulo, 1994.

_____. **Construção do Pensamento e da Linguagem [1934]**. Martins Fontes, São Paulo, 2001.

ZONTA, Márcio. ABD – Associação Brasileira de Dislexia. São Paulo. Revisado em 7 de fev. 2008. Disponível em <http://www.dislexia.org.br>. Acesso em: 14 mar. 2008.

ZORZI, J.L. **A linguagem e o desenvolvimento cognitivo: A evolução do simbolismo na criança**. Pancast Editora, São Paulo, 1994.

_____. **A intervenção Fonoaudiológica nas alterações da linguagem infantil**. Editora Revinter, Rio de Janeiro, 2ª Ed., 2008.

ANEXO A - MATÉRIAS PUBLICADAS NO JORNAL FOLHA DE SÃO

PAULO

O Massacre dos inocentes (MF-15)

Gilberto Dimenstein

Folha de S. Paulo

Domingo, 13 de Maio de 2007

SE SEU filho ou aluno é esperto, mas tem muita dificuldade de aprender, preste atenção a estas estatísticas de associações psiquiátricas: entre 5% e 17% dos brasileiros sofrem de dislexia, perturbação na aprendizagem da leitura que leva a pessoa a embaralhar letras e números; pelo menos 7% têm, em algum nível, distúrbio de atenção e hiperatividade.

Essas porcentagens se traduzem em crianças e adolescentes abatidos em sua auto-estima, marginalizados, chamados de “burros” por pais e professores. Ou, pior, transformados em assassinos, traficantes ou assaltantes.

Investigações em várias partes do mundo detectam alta incidência de presos com histórico de distúrbios neurológicos que dificultam a aprendizagem. Em Londres, estima-se que 50% da população carcerária sofra ou tenha sofrido desses distúrbios. O psiquiatra Arnaldo de Castro Palma entrevistou detentos de Curitiba e concluiu que 65% deles apresentavam doenças associadas à dificuldade de aprender. Neste momento, o Instituto de Psiquiatria da USP está avaliando 5.000 internos da Fundação da Casa (antiga Fepam). A julgar pelas informações preliminares, os pesquisadores encontrarão resultados preocupantes.

Isso significa que essas doenças levam ao crime?

★

Obviamente, não. Se fosse assim, homens como Walt Disney, Einstein, Thomas Edison, Steven Spielberg, Louis Pasteur, apresentados em livros e congressos médicos como portadores de distúrbio de atenção, teriam sido improdutivos.

Já que o país está cada vez mais preocupado com os estereótipos indicadores de violência e de educação, deveríamos olhar com mais atenção para doenças que podem produzir marginais e alunos incapazes de aprender.

Suponhamos que os problemas psicológicos, incluindo não só os distúrbios de atenção, a hiperatividade e a dislexia mas também a depressão e a ansiedade, atinjam 20% dos estudantes. Qualquer psiquiatra diria que eu estou sendo demasiadamente otimista, mas deixemos assim.

Suponhamos também que, como indicam muitas pesquisas científicas, 30% deles tenham verminoses, asma crônica, rinite alérgica, anemia por falta de ferro, deficiências visuais e olfativas. Mais uma vez, estou sendo otimista na porcentagem. Só os problemas respiratórios, como a asma, atingem mais de 15% dessa população.

Na melhor das hipóteses, temos o seguinte: para cada dez estudantes, três terão dificuldades de aprender por causa não do professor ou da qualidade de ensino, mas de uma deficiência física ou psicológica.

★

Os filhos de famílias mais ricas, quando apresentam problemas de aprendizado, recebem tratamento médico e psicológico, além de aulas de reforço com professores particulares. Em geral, os colégios de elite são compreensivos e os ajudam a prosperar, entendendo o seu ritmo; os estudantes que, ainda assim, não conseguem acompanhar o ritmo das aulas mudam de escola antes da repetência. Em sua maioria, eles amadurecem, descobrem um talento e, graças a todo esse apoio, aprendem a se virar sozinhos.

Já os mais pobres vão se degradando nas suas doenças e entram num círculo vicioso: não conseguem reter a informação, são desprezados, perdem a autoconfiança e passam a acreditar que são mesmo “burros”. Estudam em salas superlotadas, com professores desmotivados, que

desenvolvem um currículo sem a menor conexão com o cotidiano. São poucas horas de aula, sem direito a reforço. A terapia encontrada para ajudá-los é fazê-los repetir o ano; pais e professores das crianças se unem para dar uma “lição” aos vagabundos.

Maria Mônica Bianchini, uma das pesquisadoras do Instituto de Psiquiatria da USP na Fundação Casa, afirma: “A baixa auto-estima pode significar abuso de drogas e álcool”. Gera-se mais um círculo vicioso — muita droga, pouca atenção. Isso não quer dizer que eles entrem necessariamente no crime, mas o fato é que recebem poucos estímulos para serem produtivos. Dependendo do lugar em que vivam e da família que tenham, o risco de delinquência é gigantesco.

★

É, em poucas palavras, um massacre de inocentes. Prepara-se, assim, o campo para o surgimento dos analfabetos funcionais ou dos criminosos — ou das duas coisas juntas. A pesquisa do psiquiatra Arnaldo de Castro Palma mostra que, em Curitiba, 80% dos presos são analfabetos funcionais, uma quantidade igual à dos que apresentam distúrbios de aprendizagem como dislexia, déficit de atenção e hiperatividade.

★

Não é possível, assim, confiar na consistência de nenhum, rigorosamente nenhum, projeto de melhoria de ensino e de segurança que não leve em conta as questões da saúde psicológica e física no aprendizado.

★

PS - Coloquei em meu site (www.dimenstein.com.br) uma pesquisa sobre distúrbios de aprendizagem, com testes que ajudam a detectar alguns sintomas de doenças neurológicas. É mais simples do que se imagina.

Painel do Leitor (MF-26/28)

Folha de S. Paulo

Dislexia

"Profissionais da área da educação e da saúde, pesquisadores e estudiosos da linguagem, sabem que a dislexia é, na grande maioria das vezes, uma patologia inventada por aqueles que desconsideram a complexidade e a dinâmica dos processos de letramento, que envolvem aspectos subjetivos, além de contextos socioeconômicos ('Projeto de lei reabre debate sobre dislexia', **Saúde**, ontem).

É uma pena que tantos familiares se deixem seduzir pelo discurso da objetividade e passem a acreditar que uma criança de apenas 6 anos de idade possa ser classificada como disléxica.

Com isso, vencem a indústria dos diagnósticos apressados e aqueles que se dizem terapeutas, mas, na verdade, vêem nessa cultura da patologização de questões sociais uma oportunidade de ganhar clientes, lotando suas associações e consultórios particulares."

CLAUDIA PERROTTA, fonoaudióloga
(São Paulo, SP)

Dislexia

"É inadmissível que em pleno século 21 uma fonoaudióloga ('Painel do Leitor' 10/12/08) afirme que 'a dislexia é, na grande maioria das vezes, uma patologia inventada'.

O trabalho sério e consistente feito pela Associação Brasileira de Dislexia revela o profundo desconhecimento dessa profissional sobre a existência, as formas de diagnóstico e o tratamento do distúrbio.

O site www.dislexia.org.br é excelente fonte de consulta para profissionais interessados no assunto."

IVO CHICUTA (São Paulo, SP)

Dislexia

"Faço minha ressalva à colocação da fonoaudióloga Claudia Perrotta ('Painel do Leitor', ontem).

A dislexia é considerada uma dificuldade na escrita, na leitura e na soletração, algo que é fundamental para a alfabetização. Assim, nada melhor do que encaminhar o aluno com dificuldade ao profissional especializado em ajudá-lo, no intuito não só de 'lotar consultório', mas de ajudar essa criança a desenvolver as suas potencialidades.

Sobre o projeto de lei para diagnosticar crianças com dislexia na rede municipal, sou totalmente contrária, pois, se for aprovado, a criança que apresenta essa dificuldade passará a ser ainda mais estigmatizada, o que não contribuirá em nada para o seu desenvolvimento."

SÔNIA REGINA VALENTIM TAVEROS, psicóloga e
orientadora (São Paulo, SP)

Quero esquecer o politicamente correto (MF-18)

Folha de S. Paulo

Domingo, 30 de Setembro de 2007

Nova novela esclarecerá o que é dislexia

DA ENVIADA ESPECIAL AO RIO

Depois da síndrome de Down, é a vez de explicar o que é a dislexia, uma dificuldade de compreensão do que se lê. Aguinaldo Silva diz que decidiu criar um personagem disléxico em "Duas Caras" após ver uma pesquisa. "É uma doença muito comum, uma das grandes causas da evasão escolar, mas é desconhecida. Quando um garoto começa a ter dificuldades na escola, atribuem à preguiça, mas pode ser dislexia."

A personagem será Clarissa, interpretada por Bárbara Borges, uma das lésbicas de "Senhora do Destino". Estudiosa, ela sonha ser juíza mas sempre teve dificuldade na escola. Com o incentivo da mãe, acaba passando no vestibular e se torna a queridinha da universidade.

Já o gay de "Duas Caras" terá caso também com mulher. "É para mudar um pouco essa história de toda novela ter um casal gay. Sempre brinco que os gays de "Paraíso Tropical" parecem um casal hétero americano do partido Republicano", diz Silva, bem humorado. (LM)

Dislexia tem tratamento também para os adultos (MF-19)

Folha de S. Paulo

Domingo, 11 de Novembro de 2007

Nunca é tarde para aprender. Essa frase resume a idéia de especialistas de que jovens e adultos com dislexia, que não detectaram ou não trataram esse distúrbio de aprendizagem ainda nos primeiros anos de escola, podem buscar tratamento em qualquer momento da vida e minimizar as dificuldades com a leitura, a escrita ou a fala.

Isso significa que quem achou durante anos que a escola era muito difícil ou que não tinha vocação para estudar ainda tem chance de aprimorar suas habilidades. Muitos estão buscando tratamentos para resolver dificuldades no trabalho ou para voltar à sala de aula.

A possibilidade de melhora começa pelo fato de a dislexia não ser uma doença, mas um transtorno de aprendizagem. O dislético utiliza cerca de quatro vezes mais áreas do cérebro em atividades como a leitura. Por isso, as informações às vezes se “embaralham” e ele cansa mais rápido. Não se trata de um problema de inteligência.

Segundo Birgit Mobus, fonoaudióloga e psicopedagoga da Escola Suíço-Brasileira, o tratamento nos adultos é muito parecido ao aplicado em crianças e inclui exercícios como a identificação de sons e sílabas, jogos, rimas, leituras etc.

Ela diz que o tratamento em crianças é muito indicado “para evitar que fiquem com baixa auto-estima e desistam dos estudos”. Nessa fase, o cérebro facilita o aprendizado porque cria conexões mais facilmente.

Contudo, ela diz que “os resultados também são bons após a infância, mas com recursos diferentes. O cérebro desenvolve áreas de compensação.”

Um estudo feito recentemente pela Universidade de Padova, na Itália, sugere que “não há idade” para recuperar o tempo perdido. Os pesquisadores mostraram que alunos disléxicos de 6ª, 7ª e 8ª séries tiveram a mesma melhora que os de 3ª e 4ª séries— momento em que geralmente é indicado o início do tratamento— após exercícios para a fluência e precisão na leitura oral de textos.

Após frequentarem uma clínica por período de três a quatro meses, os alunos “mais velhos”, de um grupo de 55 crianças, tiveram resultados semelhantes aos mais novos na qualidade e na rapidez da leitura.

Descoberta

Muitos pais hoje descobrem que são disléxicos após o problema ser detectado no filho, já que o distúrbio é genético.

Segundo Raquel Caruso, psicopedagoga da clínica Edac, a dislexia pode ser detectada dois anos após o início da alfabetização, geralmente entre a 2ª e a 3ª séries, mas muitos profissionais ainda não estão preparados para identificar o distúrbio.

“Dei uma palestra para um público de cerca de 80 professores da rede pública. Nenhum disse ter pelo menos um aluno dislético, o que é muito difícil”, afirma Raquel.

Birgit Mobus diz que tratar a dislexia é positivo, mas que é comum que pessoas que não procuram um especialista desenvolvam sozinhas formas de compensar as dificuldades.

Segundo a Associação Brasileira de Dislexia, pesquisas em vários países mostraram que entre 5% e 17% da população mundial é dislética.

Projeto de lei reabre debate sobre dislexia (MF-25)

Folha de S. Paulo

Terça-feira, 9 de Dezembro de 2008

FLÁVIA MANTOVANI
DA REPORTAGEM LOCAL

Um projeto de lei que tramita na Câmara Municipal de São Paulo reacendeu uma discussão que divide médicos, psicólogos e fonoaudiólogos. Proposto pelo vereador Juscelino Gadelha (PSDB), o texto cria um programa para diagnosticar crianças com dislexia na rede municipal de ensino.

Aprovado em primeira instância, o projeto foi feito em parceria com entidades como a ABD (Associação Brasileira de Dislexia). Como reação, especialistas de instituições como o CRP (Conselho Regional de Psicologia), a USP (Universidade de São Paulo) e a Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) criaram um manifesto contrário, que, até ontem, tinha 1.785 assinaturas.

Eles defendem que o conceito de dislexia é polêmico e que o que costuma ser diagnosticado como distúrbio neurológico genético, na verdade, não o é. "O que está confirmado é a perda do domínio da linguagem escrita após uma lesão. Mas a dislexia como um problema neurológico da criança com dificuldade para ler e escrever nunca foi comprovada", diz a pediatra Maria Aparecida Affonso Moysés, professora da Unicamp.

Segundo ela, o problema tem a ver com fatores externos. "Pode ser uma educação inadequada, uma criança muito pressionada ou sem limites. E a escola brasileira tem muitos problemas, é cômodo pôr a culpa no aluno e estigmatizá-lo."

Moysés cita ainda diferenças no ritmo do aprendizado de cada um. "Quem destoa do padrão é colocado como doente."

Ela critica o fato de muitas crianças disléxicas tomarem remédios, não para dislexia — não existem —, mas para TDAH (transtorno de déficit de atenção e hiperatividade), que

muitas vezes acompanha o diagnóstico. Segundo Abram Topczewski, neuropediatra do hospital Albert Einstein e vice-presidente da ABD, 75% dos disléxicos têm déficit de atenção e 35%, hiperatividade.

Para quem defende o projeto, não há dúvidas da existência da dislexia. Foi criado outro manifesto, com 1.163 assinaturas até ontem, a favor do texto.

Pesquisas

Segundo Topczewski, estudos provam que se trata de um distúrbio neurológico, ligado a alterações anatômicas no cérebro. "Exames de ressonância magnética também encontram alterações localizadas, e estudos genéticos mostram cromossomos envolvidos." Segundo a ABD, de 5% a 17% da população mundial é disléxica.

Topczewski diz que as pessoas com dislexia já nascem com o problema e que, quando um dos pais é disléxico, a probabilidade de o filho ter o problema é de 40%.

A explicação de Carla Angelucci, membro da diretoria do CRP, que assina o manifesto contra o projeto, é outra. "A dislexia é mais comum entre meninos pobres. Muitas vezes, os pais também tiveram pior escolarização e não conseguem ajudar os filhos nas dificuldades escolares", diz ela, que considera o projeto parte da "medicalização" de questões sociais.

Rosemari Marchetti, presidente da ABD, afirma que o contexto escolar e social é levado em conta — para descartar a dislexia. Ela defende a necessidade de diagnosticar precocemente o distúrbio. "São crianças com inteligência normal, mas chamadas de burras. Muitas são derrotadas pela auto-estima", diz ela, que descobriu ter dislexia já adulta, ao receber o diagnóstico do filho.

O diagnóstico de Celso Barbosa, 11, veio cedo: aos seis anos. "Ele não conseguia decorar o alfabeto, juntar as palavras, mas era esperto, eu sabia que não era déficit intelectual", diz a mãe, Clarice Barbosa.

Após tratamento com fonoaudióloga e psicóloga, Clarice vê melhora. "Ele percebia que era diferente, ficava encolhido. Hoje, tira boas notas."

Antes da segunda votação do projeto de lei, os dois grupos organizarão um seminário na Câmara para discutir o tema.

Quando as letras se embaralham (MF-14)

Folha de S. Paulo

Quinta-feira, 10 de Maio de 2007

FLÁVIA PEGORIN
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

A chegada das crianças à idade escolar é sempre uma comemoração em família. Mas um distúrbio que chega a atingir 15% da população mundial pode complicar a nova fase. A dislexia, infelizmente, costuma ser detectada apenas com o início da alfabetização. Por muito tempo, inclusive, essa deficiência foi confundida com desmotivação ou inteligência baixa. Tratavam-se crianças e jovens como burros, quando na verdade eles apenas processavam as informações de maneira diferente no cérebro – a causa da dislexia.

O cérebro de uma pessoa disléxica é idêntico ao de outra sem o distúrbio. A diferença está nas conexões. A dislexia, que já se sabe surgir por forma hereditária, mesmo que vinda de um parente distante, “embaralha” as ligações cerebrais principalmente nas regiões responsáveis por controlar a leitura, a escrita e o poder de soletrar. Com essa área “desorganizada”, a criança começa a demonstrar dificuldades já na pré-escola.

A primeira característica comum a ser notada é a dispersão. Meninos e meninas

não conseguem manter o foco em um jogo e demoram mais a falar e a organizar a linguagem de modo geral. Aprender as rimas das musiquinhas do jardim-da-infância é incrivelmente difícil, assim como montar um simples quebra-cabeça. “Se não for observada rapidamente, logo a dislexia causa um desinteresse da criança por livros e mesmo por estudar, já que se torna extremamente trabalhoso para ela acompanhar os colegas”, diz Maria Ângela Nogueira Nico, fonoaudióloga e psicopedagoga que trabalha junto à Associação Brasileira de Dislexia.

O melhor é que uma equipe multidisciplinar identifique a dislexia. A avaliação abrangente (que inclusive deveria ser estendida a todos os estudantes do Brasil, o que não acontece) conjuga professores, fonoaudiólogos, psicólogos e médicos e abre condições para um acompanhamento mais eficiente das dificuldades após o diagnóstico, fazendo um direcionamento, então, às particularidades de cada indivíduo.

A Associação Brasileira de Dislexia recebe, a cada ano, cerca de 900 contatos em busca de mais informações e orientações sobre o transtorno. Em geral, as visitas se intensificam nos meses de outubro e novembro, quando muitos pais se dão conta de que o filho está com dificuldades e prestes a perder o ano. Então atentam para a possibilidade de o problema ser a dislexia.

Mas ensinar disléxicos a ler e a processar informações com mais eficiência é um processo de longo prazo e que exige paciência. Diferente da fala, que a criança acaba adquirindo pela convivência com outros, a leitura precisa ser ensinada – e aí aparece o problema. Utilizando métodos adequados de tratamento, muita atenção e carinho (pois crianças tendem a se sentir menosprezadas por portar o transtorno), a dislexia pode ser vencida.

Crianças disléxicas que receberam tratamento desde cedo superam o distúrbio e passam a se assemelhar àquelas que nunca tiveram problemas de aprendizado. Além disso, apresentam menor dificuldade ao aprender a ler, o que evita atrasos na escola, repetição de séries e até mesmo o desgosto pelo conhecimento.

Equilíbrio (MF-14)

Folha de S. Paulo

Quinta-feira, 10 de maio de 2007

Giovana Alvarez Morales, 13, só foi diagnosticada disléxica aos 11 anos. Até lá, sofria por ter notas baixas e pelos rótulos de ter um aprendizado “lerdo”. A mãe, Maria de Lurdes, foi quem juntou todos os fatos e reconheceu os sintomas da garota. “A escola não detectou a dislexia. Hoje, a Giovana vai à psicóloga para aceitar que tem o transtorno e conviver com isso e também à fonoaudióloga, para criar seus próprios dispositivos de reter a ‘memória curta’”, diz Maria de Lurdes.

A memória recente é mesmo um problema para os disléxicos. Giovana, por exemplo, se esquecia de avisos comuns da sexta série, como uma prova oral para o dia seguinte. Assim, deixava de estudar e tirava notas ruins. “Conheci pais que se mortificavam por terem chegado a bater nos filhos achando que eles tinham falta de aplicação, sendo que se tratava de dislexia”, conta Maria Ângela Nogueira Nico. Ela acredita que os testes para detectar dislexia deveriam ser obrigatórios nas escolas, já que a taxa de pessoas afetadas pelo distúrbio é grande.

A maioria dos tratamentos para dislexia enfatiza a assi-

milção de fonemas, o desenvolvimento do vocabulário, a melhoria da compreensão e a fluência na leitura. Esses métodos ajudam o disléxico a reconhecer sons, sílabas, palavras e frases – pois, para eles, cada termo lido acaba se parecendo com uma “nova palavra”. É aconselhável que a criança disléxica leia bastante em voz alta para que possa ser corrigida no ato.

Alguns estudos sugerem que um tratamento adequado e ministrado bem cedo pode corrigir as falhas nas conexões cerebrais a ponto de elas se tornarem mínimas – isso no caso de dislexia leve, mas, mesmo para portadores de grau médio ou severo, um tratamento direcionado pode diminuir os sintomas. Como os disléxicos costumam ser muito inteligentes, tendem a ativar outras áreas do cérebro para compensar suas perdas de memória e concentração.

Muitos especialistas sugerem, inclusive, que pessoas disléxicas, por serem forçadas a pensar e aprender de forma diferente, se tornam mais criativas e têm idéias inovadoras que superam as de não-disléxicos. Pode não ser determinante, mas vale lembrar que algumas personalidades que se tornaram célebres também eram portadoras desse distúrbio, entre elas o desenhista Walt Disney, a escritora Agatha Christie, o inventor Thomas Edison e o ator Tom Cruise (que diz ter sofrido muito no início da carreira para memorizar seus roteiros).

Mesmo que a dislexia não seja curada, conviver com ela é necessário. Os portadores têm, inclusive, direitos assegurados por lei. Crianças com dislexia podem, por exemplo, pedir para refazer provas orais, ter uma hora a mais nas provas escritas e usar livremente uma calculadora. Giovana, muito discreta, prefere usar um lápis com a tabuada impressa. Ela teme ser tachada pejorativamente, como se tivesse uma doença contagiosa. Apenas quando conhece melhor a pessoa ela vence o cuidado de disfarçar a dislexia, o transtorno tão comum e tão desconhecido.

Aprender a Estudar (MF-40)

FOLHA DE S. PAULO

Segunda-feira, 14 de dezembro de 2009

FABIANA REWALD
DA REPORTAGEM LOCAL

Fim de ano, para muitos alunos, é a hora de recuperar o tempo perdido para passar de ano. É quando o professor particular entra em cena, ensinando o conteúdo que não foi absorvido em sala. Mas nem sempre a ajuda é suficiente, já que alguns estudantes, mais do que aprender a matéria, precisam aprender a estudar.

Nesse caso, a ajuda pode vir de um psicopedagogo, especialista que trabalha com problemas na aprendizagem. Para evitar que os seus alunos percam o ano ou fiquem para trás na comparação com os colegas, cada vez mais escolas orientam os pais a procurar esse profissional ainda no primeiro semestre letivo —prevenindo apertos no fim do ano.

Além de ajudar crianças, o psicopedagogo também pode melhorar o rendimento de universitários e profissionais. “Trabalhamos como o indivíduo resolve problemas e como dá conta da rotina”, afirma Quêzia Bombonato, presidente da Associação Brasileira de Psicopedagogia.

Rótulos

Para o pedagogo e consultor do grupo Positivo Luca Rischbieter, o trabalho do psicopedagogo é “fundamental”, mas ele critica o excesso de rótulos colocados em crianças atendidas. Segundo ele, os alunos são taxados de hiperativos e disléxicos de maneira exagerada. Ainda mais grave, diz ele, é quando esse diagnóstico está ligado a uma medicação desnecessária.

Segundo Telma Scott, uma das coordenadoras do colégio Sidarta, o educador deve saber lidar com alunos agitados, que são cada vez mais comuns nas escolas. “Não se pode achar que todo mundo tem que tomar remédio para ficar parado.”

Com diagnóstico de dislexia leve, Giovanna Magri Lasalvia, 17, é um exemplo de quem conseguiu melhorar o seu rendimento escolar sem remédios, mas com muitos exercícios propostos por psicopedagogas.

Antes de ter a dislexia diagnosticada, a primeira profissional que atendeu Giovanna sugeriu, com o aval de um neurologista, um tratamento com remédios. Mas a mãe, Renata Magri Lasalvia, 55, foi contra e recebeu o apoio da Associação Brasileira de Dislexia —que orientou Renata a levar a filha a outra psicopedagoga.

Segundo Neide Noffs, coordenadora do curso de psicopedagogia da PUC-SP, não cabe a esse profissional receitar remédios. A sua função é avaliar o que pode estar causando o problema na aprendizagem e contornar a dificuldade. Se necessário, ele pode ainda encaminhar o aluno para um fonoaudiólogo, um neurologista ou um psiquiatra, por exemplo.

Neide também alerta para casos em que a escola transfere a sua responsabilidade de educar para o psicopedagogo —que pode cobrar caro por esse serviço (o valor por consulta varia, mas gira em torno de R\$ 120).

Para evitar essa “terceirização”, ela defende que psicopedagogos façam parte da equipe pedagógica das escolas. Algumas redes públicas de ensino já contratam os especialistas para preparar docentes.

Entre as escolas que costumam encaminhar os seus alunos para psicopedagogos, muitas dizem que, antes disso, são esgotadas todas as possibilidades de ajudar o estudante. A unidade Tamboré do Mackenzie lança mão de aulas de apoio e orientação familiar, por exemplo. Se não há resultado, os pais são orientados a procurar um profissional fora da escola.

Escolas municipais terão apoio médico

(MF-5)

Folha de S. Paulo

Domingo, 13 de novembro de 2005

DANIELA TÓFOLI

DA REPORTAGEM LOCAL

A partir do ano que vem, toda escola municipal de São Paulo terá o apoio de uma unidade básica de saúde (UBS) ou de uma universidade para cuidar de seus estudantes. A ação, que faz parte do programa "Escola Promotora de Saúde", da Secretaria Municipal de Educação, vai tentar melhorar a saúde dos alunos da rede.

Uma pesquisa divulgada em maio pela prefeitura detectou que 70% dos estudantes têm cáries, 20% sofrem de verminoses, 10% apresentam algum problema oftalmológico, 57% dos alunos do ensino infantil estão anêmicos e 30% dos que cursam o fundamental têm algum tipo de dificuldade auditiva. Além disso, 16% deles estão com a vacinação incompleta.

Para colocar a nova ação em prática, a secretaria está acabando de mapear a cidade e identificar que UBS fica mais perto de qual escola. O levantamento deverá estar concluído até a semana que vem e será fechado com a Secretaria Municipal de Saúde.

Doze universidades parceiras (USP, Unifesp, Unisa, Uninove, FMU, São Judas, São Marcos, São Camilo, Fisp, Unib, Anhembi Morumbi e Unicid) também ajudarão a resolver os problemas e, no início de 2006, cada colégio saberá quem deverá procurar.

Prevenção

"Queremos cuidar da saúde dos nossos estudantes e fazer a prevenção destes problemas", afirma o secretário de Educação, José Aristodemo Pinotti. "A maioria deles pode ser prevenido com medidas simples, mas temos de identificar qual a prioridade de cada escola." Com o apoio de uma unidade-referência, o colégio poderá selecionar as doenças com maior incidência entre seus alunos e programar ações específicas para combatê-las.

Cada aluno também terá uma ficha de saúde para acompanhamento dos professores. Assim que a escola identificar algum problema, o estudante será imediatamente encaminhado para a unidade-referência, que fará o tratamento. Doenças que afetam diretamente o processo de ensino-aprendizagem, como dislexia ou hiperatividade, também serão cuidadas nesta unidade.

Demanda alta

Presidente do sindicato dos servidores municipais de São Paulo, Leandro de Oliveira, diz que a proposta é boa e necessária, mas lembra que ela só será bem aplicada se a prefeitura contratar mais médicos e enfermeiros.

"A demanda nas UBS já é grande. Com a ação, serão necessários mais profissionais da saúde para evitar filas ainda maiores", afirma. "E temos de lembrar que será preciso, especificamente, mais pediatras."

A Secretaria Municipal de Saúde foi procurada anteontem, mas informou apenas que o responsável pelo projeto passou a tarde em reunião e, por isso, não poderia dar informações.

Enquanto a ação não tem início, a Secretaria de Educação vem desenvolvendo uma série de programas nas escolas com a ajuda das universidades. Para combater as cáries, por exemplo, algumas escolas de ensino infantil já receberam manequins para ensinar às crianças como escovar os dentes corretamente e estão implantando a escovação supervisionada pelos professores.

"Os problemas bucais são os mais difíceis de resolver porque a rede pública não tem como atender toda a demanda", diz Pinotti. "Então, temos de investir pesado na prevenção. Estamos pensando em incluir escova de dente no kit escolar, por exemplo."

Já os problemas oftalmológicos estão sendo detectados nas próprias escolas e encaminhados para tratamento. "Se a criança precisar usar óculos, a gente compra. Até o fim do ano, teremos entregue dez mil unidades e continuaremos expandindo o projeto."

Neste ano, os alunos da 1.ª série tiveram prioridade porque é nesta etapa da educação que eles são alfabetizados.

Sob Tutela (MF-47)

Folha de S. Paulo

Segunda-feira, 1 de março de 2010

TALITA BEDINELLI
DA REPORTAGEM LOCAL

Estabelecer os horários em que a criança fará a lição ou ensiná-la a organizar a agenda e a mochila são atribuições dos pais, certo? Nem sempre. Escolas particulares de São Paulo estão criando uma disciplina para ensinar essas tarefas e aumentar o compromisso de crianças e jovens com o estudo.

Em aulas que acontecem uma ou duas vezes por semana, tutores entram na sala para mostrar aos alunos como se organizar e estabelecer horários rígidos para os estudos em casa.

A mudança é estimulada por uma nova concepção de ensino. Antes, ele era mais focado na transmissão de informação e na “decoreba”. Hoje, é mais centrado na interdisciplinaridade. “Os alunos precisam saber estabelecer relações [entre os conteúdos]”, diz Elaine Marquezini, coordenadora do fundamental 1 do colégio Santo Américo (zona oeste), que criou no ano passado a disciplina “aulas de estudo semanal”.

Ana Paula Braga Kienast, 39, mãe de Felipe, 10, aprovou a iniciativa. “A gente não precisa ficar cobrando, porque ele já vem com a matéria estudada.”

Como esse novo tipo de aprendizado — exigido em vestibulares e provas como o Enem — é mais complexo, as escolas têm de fazer com que os alunos se dediquem mais.

Por isso, a disciplina, chamada na maioria dos colégios de tutoria, tem adquirido um papel tão importante quanto as aulas de português ou matemática. A ideia é que os pupilos “aprendam a aprender”, na definição de Iberê Lopes, um dos tutores da Suíço-Brasileira.

Em geral funciona assim: quando entram no 6º ano (antiga 5ª série) e passam a ter mais professores, matérias e tarefas, os alunos são ensinados a se organizar — anotando a lição de casa na agenda, por exemplo. Conforme vão avançando de série e ganhando maturidade, aprendem as maneiras de estudar (com resumos, esquemas ou fichamentos).

Em alguns colégios, como o Stockler, o aluno tem até uma planilha que define qual disciplina deve ser estudada no dia e por quanto tempo. No Albert Sabin, o tutor é também uma espécie de terapeuta: conversa individualmente com todos os alunos sobre as suas vidas pessoais, tudo para saber a origem de eventuais dificuldades.

Já no I.L. Peretz, os tutores realizam com o aluno autoavaliações. “Vemos com eles quantas vezes o estudo é interrompido pela ida à geladeira”, exemplifica Evelina Holender, assessora pedagógica da escola.

Nilson José Machado, chefe do departamento de metodologia do ensino da Faculdade de Educação da USP, considera positiva a introdução da tutoria nas escolas. “Na universidade, a tutoria é um trabalho de orientação. Um aluno da educação básica precisa de mais orientação ainda. Na conversa com os professores se estimula, se cria o interesse [pelo estudo].”

Mas ele não concorda com a transformação desse tipo de orientação em uma disciplina. “Há alunos que precisam estudar duas horas, outros, seis. É importante que a escola respeite essa diversidade.”

O pedagogo Ulisses de Araújo, professor da USP-Leste, concorda. “Na educação tudo o que se tenta homogeneizar é um equívoco. Esse conceito [de tutoria] vem do modelo de empresas, quer deixar o aluno organizado, treinado. Para a criança que já tem autonomia, isso pode ser catastrófico.”

As escolas dizem que, apesar de a aula ser comum a todos os alunos, aqueles com dificuldades recebem atenção individualizada. No Stockler, por exemplo, a tabela de estudos é definida com cada um dos jovens e seu uso não é obrigatório. “Ela me ajudou bastante. Aprendi a me organizar, e as notas melhoraram”, conta Rogério Pereira, 16, aluno do 2º ano do ensino médio.

ANEXO B - MATÉRIAS PUBLICADAS NO JORNAL GAZETA DO POVO

MG8

DEFICIÊNCIAS DE VISÃO E AUDIÇÃO SÃO RESPONSÁVEIS POR DIFICULDADES NA APRENDIZAGEM

SAÚDE

Mau rendimento escolar pode indicar problema de saúde

Publicado em 26/02/2007 | CECILIA VALENZA

Elas muitas vezes são o tormento dos professores. Algumas não param quietas, não se concentram, não prestam atenção na aula; outras parecem viver no mundo da lua, não fazem as lições de casa ou não acompanham o conteúdo como os demais colegas. Crianças que muitas vezes acabam reduzidas a rótulos como “preguiçosas”, “bagunceiras” e “desobedientes”, na verdade, podem esconder algo mais complexo do que isso: um problema de saúde. Embora muitas vezes passem despercebidas por pais e professores, são inúmeras as doenças e transtornos que podem influenciar na aprendizagem e no rendimento escolar.

De acordo com a psicopedagoga Laura Monte Serrat, da Síntese – Centro de Estudos, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento da Aprendizagem, é importante que os pais observem o comportamento da criança desde cedo. Em muitos casos, alguns sinais e sintomas são a pista de que algo está errado. As consequências de um problema não diagnosticado – e, portanto, não tratado adequadamente – podem interferir no desenvolvimento da criança e prejudicar seriamente seu rendimento na escola.

Visão

Um dos problemas mais comuns encontrados nas salas de aula são as alterações na visão. Embora sejam, em muitos casos, diagnosticadas apenas em idade escolar, a

maioria delas pode ser identificada logo após o nascimento. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que cerca de 16,5 milhões de brasileiros, ou quase 10% da população, sofrem de algum tipo de deficiência visual. Estima-se que, desse total, 20% a 30% sejam crianças.

Quando não enxerga direito, o aluno se desinteressa e pode ser confundido como hiperativo, desatento ou simplesmente indisciplinado. Segundo o oftalmologista Otávio Bisneto, do Hospital de Olhos, é importante reparar se a criança franze os olhos e a testa com frequência; se coça os olhos; se fica cansada ao ler ou escrever; ou se tem dores de cabeça.

A estudante Mariana Moscalewsky, 11 anos, começou a usar óculos aos 3 para corrigir astigmatismo e hipermetropia. O problema foi percebido pelos pais devido às constantes queixas da garota sobre dores de cabeça. A mãe da menina, Beatriz Teixeira de Freitas, conta que a adaptação foi fácil. “Ela percebeu rápido que a vida dela era melhor com os óculos”, diz. Hoje, na 6.ª série, a menina já pensa em começar a usar lentes de contato. “Não há problemas no uso de lentes em crianças, até mesmo bebês podem usar. O importante é a identificação precoce do problema”, esclarece Bisneto.

Audição

Além dos problemas de visão, as alterações na audição também são bastante freqüentes. Entretanto, não são apenas as crianças com alguma perda auditiva que podem apresentar dificuldades. Os irmãos Diego, 12 anos, e Hygor, 9 anos, levaram anos e passaram por quatro especialistas diferentes até descobrir que a causa das dificuldades na escola era um problema chamado processamento auditivo. A mãe dos garotos, Marilei Oliveira, lembra que Diego só começou a falar com três anos. “Eu o levei a uma fonoaudióloga, mas ela me disse que não era nada, que a audição dele era normal e que ele era apenas envergonhado”, lembra. Entretanto, com o início da vida escolar, os problemas continuaram. Marilei conta que os professores reclamavam da falta de atenção e concentração do garoto. “Os dois eram assim, mesmo em casa eu chamava e eles nem respondiam. O Diego chegou a ser separado dos outros colegas na escola por conta da dificuldade”, conta.

De acordo com a fonoaudióloga Beatrice Doff Sotta, do Instituto Paranaense de Otorrinolaringologia, a criança que sofre com o processamento auditivo tem a audição normal; o problema está na maneira como ela lida e compreende os sons. A deficiência ocorre na chamada audição central. Toda a captação do som pelo ouvido é normal, mas há uma falha na conexão com o cérebro. Além de pedir a repetição do que foi dito, a criança geralmente confunde palavras parecidas, tem dificuldades de memória e atenção, fica incomodada em ambientes ruidosos, não consegue soletrar palavras e freqüentemente não responde quando questionada. “Em alguns casos ela não consegue perceber a entonação de pergunta”, exemplifica a fonoaudióloga. O problema costuma afetar crianças prematuras ou que

sofreram constantemente com otites quando pequenas.

Dislexia

A dislexia é outro problema bastante freqüente nas salas de aula. Estima-se que 15% da população mundial seja disléxica. Crianças com esse tipo de alteração geralmente apresentam dificuldades de leitura e para soletrar e identificar letras. Isso ocorre porque o cérebro dos disléxicos funciona de maneira diferente das outras pessoas. No processo de leitura, eles recorrem somente à área cerebral que processa fonemas. Por consequência, surge a dificuldade em diferenciar fonemas de sílabas, já que a região cerebral responsável pela análise de palavras permanece inativa.

Tratamento

Embora sejam bastante freqüentes, os especialistas são unânimes em ressaltar que todos esses problemas têm tratamento e devem ser diagnosticados o mais cedo possível, de preferência antes do início da vida escolar. Para isso, é fundamental que pais e professores fiquem atentos a qualquer sinal que indique alguma anormalidade. “Percebemos que muitas crianças são encaminhadas pelas escolas apenas no fim do ano, quando o desempenho já está comprometido. Muitas vezes o mau rendimento é visto como passageiro, como um problema de adaptação com o professor ou com a turma, e na verdade ele pode esconder um problema mais grave. É fundamental que qualquer dificuldade seja investigada e diagnosticada o quanto antes”, alerta a neuropediatra do Hospital das Clínicas da UFPR Ana Chrystina Cripa.

MG24

Arthur, 12 anos, e sua mãe, Andrea, aprenderam a conviver com a dislexia do garoto.

FILHOTES

Véu sobre a mente

A dificuldade em ler e escrever, muitas vezes confundida com déficit de atenção, pode ser dislexia

Publicado em 02/11/2008 | DANIELA NEVES

Arthur, de 12 anos, sempre foi uma criança alegre e inteligente, mas demorou para começar a falar e durante muito tempo manteve a dificuldade com a fala. Dos 2 aos 8 anos, passou por diversas escolas porque os pais não encontravam um lugar que soubesse lidar com a diferença do garoto. A dificuldade de comunicação criava uma barreira também para ele conseguir interagir com as outras crianças.

Em uma avaliação neurológica foi detectado um déficit de atenção e ele passou a ser tratado com medicamentos fortes. Não adiantaram. Acreditando que Arthur tinha outro problema, a mãe, Andrea Camboin, procurou pedagogos, psicólogos e outros especialistas, que em conjunto detectaram que, além do déficit de atenção, ele tinha dislexia.

Sinais

Como perceber quando a dificuldade de seu filho é dislexia

Haverá sempre

- dificuldades com a linguagem e a escrita
- dificuldades em escrever
- dificuldades com a ortografia
- lentidão na aprendizagem da leitura

Haverá muitas vezes

- disgrafia (letra feia)
- discalculia, dificuldade com a matemática, sobretudo na assimilação de símbolos e para decorar tabuada
- dificuldades com a memória de curto prazo e com a organização

- dificuldades em seguir indicações de caminhos e em executar seqüências de tarefas complexas
- dificuldades para compreender textos escritos
- dificuldades em aprender uma segunda língua.

Haverá às vezes

- dificuldades com a linguagem falada
- dificuldade com a percepção espacial
- confusão entre direita e esquerda

Fonte: Associação Brasileira de Dislexia, site: www.dislexia.org.br

Foi um longo caminho mas, há dois anos, com o problema diagnosticado e o acompanhamento do caso, Arthur está conseguindo se desenvolver bem na escola, tendo o domínio da linguagem falada e escrita. “Além da questão educacional, o psicólogo trabalha a auto-estima dele. Com a dificuldade de interagir, a criança acaba sendo rotulada e precisa saber superar isso”, diz Andrea.

Alfabetização

A dificuldade para ler e escrever é a principal característica dos disléxicos. Por isso, o problema costuma vir à tona quando a criança entra no primeiro ano do ensino fundamental. A disfunção pode ser em diversos níveis. Para alguns é praticamente impossível ler e escrever. Eles chegam na adolescência sem conseguir ser alfabetizados e ainda sofrem com dificuldades de memória. Mas há outros casos mais leves que aparecem com troca de letras e uma pequena dificuldade na leitura.

Os pesquisadores da área divergem sobre as causas da disfunção. Uma linha defende que o problema é genético e hereditário, causado pela falha de uma região do lado direito do cérebro que trabalha a leitura e a escrita. Para outros, a dificuldade maior na alfabetização não é causada por patologia, mas está ligada a questões sociais. A pressão para uma alfabetização rápida causaria fobia da leitura e da escrita.

O fato é que os pais ficam sem saber como agir quando o filho têm dificuldades de alfabetização. E, no caso da dislexia, nem sempre a disfunção é facilmente detectável. A tendência é associá-la à desatenção, desmotivação, condição sócio-econômica e baixa inteligência. As crianças com essa dificuldade por muitas vezes são agitadas e ainda podem ser confundidas com hiperativas. “Imagine colocar um brasileiro em uma sala de aula no Japão e pedir para que copie o que está no quadro, sem entender nada do que está escrito. Ele provavelmente vai ficar incomodado e começar a se mexer. É isso que acontece com uma criança disléxica”, diz Mônica Luczynski, psicopedagoga e pesquisadora voluntária do centro de Neuropediatria do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Mônica e sua família pesquisam a disfunção há quase 30 anos porque vivenciaram esse problema. Ela tem dois irmãos e uma filha disléxicos. “Um dos meus irmãos é um ano mais novo do que eu, tem 46 anos. Estudamos na mesma escola, mas ele sofreu um processo diferente, não conseguiu desenvolver a escrita e a leitura. Nós, na época, em 1980, não sabíamos o que fazer. Os dois (irmãos) foram para os Estados Unidos e lá veio a palavra dislexia”, conta.

Para Mônica, a dislexia é uma doença que pode ser contornada. Deve ser diagnosticada e tratada de forma multidisciplinar por psicólogos, fonoaudiólogos e psicopedagogos. Depois de cem horas de exercícios com o cérebro, segundo a psicopedagoga, na maior parte dos casos a pessoa começa a responder da maneira convencional, a ler fluentemente e a compreender o texto.

Para Giselle Massi, doutora em Lingüística pela UFPR, a dificuldade não deve ser tratada como doença. “Não creio que seja um problema individual e sim um conjunto de problemas sociais que causa a dificuldade de alfabetização. Todas as crianças precisam ser inseridas no mundo da leitura e da escrita como algo prazeroso e não com a pressão para que aprendam de maneira rápida”, diz. Para Giselle, a leitura e a escrita nunca devem ser passadas como tarefas obrigatórias.

Apesar das divergências, as duas especialistas dizem que os professores do ensino fundamental não estão preparados para trabalhar com crianças que têm dificuldade de aprendizado e, por isso, a ajuda de especialistas é importante para desenvolver as potencialidades da criança e tirar dela o medo e os demais problemas relacionados com a escrita.

Serviço

Mônica Luczynski (psicopedagoga clínica), fone (41) 3242-8589. Livro: Facilitando a Alfabetização – Multissensorial, Fônica e Articulatória, de Maria Angela Nogueira Nico e Áurea Maria Stavale; Ed. ABD (Associação Brasileira de Dislexia). R\$ 120 e R\$ 102 (associados ABD) + frete. Informações, fone (11) 3258-7568.

danielan@gazetadopovo.com.br

MG5**ESPECIAL****Quando a recuperação não funciona**

Publicado em 17/11/2010

Todos os anos cerca de 9% dos estudantes de ensino fundamental do Paraná reprovam, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Destes, 8% são da rede pública e menos de 1% da particular. Em ambos os casos, para chegar nesse estágio é preciso que a recuperação não funcione como deveria.

Mas, repetir um ano ou ficar retido, como os educadores preferem chamar, não significa fracasso. “Alguma coisa aconteceu no caminho do aluno, seja dificuldade de aprendizado ou falta de vontade e participação”, diz a pedagoga e professora da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) Margareth Maria Schroeder. No primeiro caso o problema pode estar ligado a um fator físico, como dislexia, que é dificuldade de aprendizado, ou deficiência visual e auditiva. Nessas situações a escola orienta que os pais procurem um médico. No caso da falta de vontade do aluno, existem alguns fatores que indicam que ele poderá reprovar e dicas para evitar que isso ocorra.

Diagnóstico**Reforço que deu certo**

As notas baixas no começo do ano deixaram os pais dos alunos Leonardo, 11 anos, e Beatriz, 9, bastante preocupados. As mães, Daniele Arantes Faria e Vanessa Pinheiro, respectivamente, foram chamadas à escola e aconselhadas a buscar reforço fora do horário normal de aula e auxílio pedagógico.

O garoto arrastava suas dificuldades desde a alfabetização. “Chegou na 3ª série e tudo piorou. Levamos à psicopedagoga, fonoaudióloga e psicóloga. Descobrimos dislexia e outras dificuldades”, conta Daniele. Foi aí que a luta começou. Além dos tratamentos recomendados pelos profissionais, a mãe passou a controlar mais de perto todas as tarefas escolares, assim como ficou de olho nas dificuldades pontuais de casa disciplina. “Ele estava a ponto de reprovar, mas melhorou mais de 90%. Ele é hoje outro aluno, mas continuo fiscalizando tudo.”

Beatriz apresentava dificuldade em português e matemática. As notas baixas levaram Vanessa a buscar apoio no contraturno do colégio. “Além disso controlo a hora dela estudar. Claro que é difícil fazer criança estudar quando não tem prova, mas eu vou negociando”. Quando o resultado não é o esperado, a mãe corta algumas coisas que a filha gosta, como desenho animado, bonecas ou passeios na casa de amigas, mas conta que faz com moderação para que não vire uma punição severa.

Metodologia**Punição não gera aprendizagem**

Quando o aluno reprova existe uma tendência natural da família de cortar presentes de Natal, viagens e até objetos que possam ter desviado a concentração do estudo, como o videogame. Mas os psicólogos alertam : os castigos podem gerar trauma e não são efetivos para a aprendizagem.

O psicólogo e pesquisador do Instituto de Medicina do Comportamento da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) Ricardo Monezi

explica que uma reprovação gera normalmente ansiedade e expectativa e pode provocar estresse. “A autoconfiança do estudante fica afetada e é comum alguns reflexos físicos como falta de apetite – ou ganho excessivo de peso – e redução da criatividade e interatividade com os colegas”, diz.

Monezi conta que muitos pais procuram achar a causa da reprovação em atividades que os filhos gostam muito e que podem tê-lo dispersado. Nesse caso, a primeira atitude é afastar o filho do brinquedo. “Se tiver de punir, que seja com justiça. Não adianta tirar o objeto da criança de vez. É preciso negociar e dizer que conforme ela for melhorando na escola, voltará a fazer o que gosta”. Para ele as punições severas não educam, mas agredem. E não são elas que vão fazer com que o estudante aprenda, pelo contrário, podem diminuir ainda mais o estímulo para aprender.

Se o aluno repete e precisa cursar a mesma série novamente, é comum que tanto família quanto escola deem mais atenção a ele e se preocupem com as atitudes necessárias para que o novo ano seja proveitoso e haja progresso. Segundo Margareth, o ideal é que ele permaneça no mesmo colégio. “Mudar não resolve o problema. A criança precisa encará-lo e enfrentar para evoluir.

Se o grupo de amigos é diferente, os professores podem ou não ser os mesmos. Na escola Atuação há um rodízio de docentes, para evitar que o estudante tenha que encarar novamente um professor com o qual talvez não tenha se dado bem.

Preconceito

“A reprovação mexe com os valores da sociedade e ainda existe preconceito, seja na própria escola ou no ambiente familiar”, diz a pedagoga e professora da Pontifícia

Universidade Católica do Paraná (PUCPR) Ermelina Generosa Bontorin Thomascheski. Por isso é comum que nas festas de fim de ano os parentes cobrem da criança ou do jovem que ele tenha passado de ano.

Já no dia a dia escolar, existe uma tendência de que alguns colegas estigmatizem quem reprovou, mas em todas as escolas os professores e coordenadores são orientados a evitar isso e repreender quem provoca, pois caracteriza bullying – violência psicológica praticada por um indivíduo ou grupo de pessoas.

Ermelina lembra que os pais devem ficar atentos ao comportamento do filho, pois a reprovação mexe com o lado emocional e ele pode se sentir desmotivado e envergonhado diante dos colegas da escola. “Pode acontecer uma perda de identidade, já que os amigos da mesma idade passaram adiante e ele se vê cercado de crianças mais novas. Por isso as escolas contam com o apoio pedagógico. Se for necessário, ela pode até mudar de sala para se sentir enquadrada.”

Resultados

A expectativa dos pais quando o filho repete o ano é que ele se saia melhor e consiga a aprovação. Mas Margareth diz que o sucesso não é garantido. “Minha experiência em escolas mostra que 50% superam os problemas e se saem muito bem, mas os outros 50% permanecem com dificuldades e desmotivados. Nesse caso é preciso muito cuidado para que o jovem não desista de vez do estudo.”

Outras fontes: Nádia Artigas, técnica pedagógica de Secretaria Estadual de Educação (Seed) e Rocimar Santos Rodbard, psicóloga e orientadora educacional do Colégio Santa Terezinha do Menino Jesus.

MG27**INFÂNCIA****Meninos e os distúrbios emocionais**

Pesquisa mostra que eles têm até quatro vezes mais chances de desenvolver problemas

Publicado em 02/11/2008 | LONDRES - AGÊNCIA ESTADO

Meninos têm até quatro vezes mais risco do que meninas de desenvolver problemas emocionais, de aprendizagem na escola, de comportamento, além de distúrbios mentais. A constatação foi apresentada neste mês em Londres, em evento sobre educação para crianças com necessidades especiais. Segundo revisão da literatura científica, parte da culpa pelos problemas dos meninos vem da cultura e da sociedade modernas.

“Estamos empurrando nossos meninos para doenças como Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) ou para dificuldades na alfabetização”, diz a educadora inglesa Sue Palmer, que há anos pesquisa o desenvolvimento infantil. Autora de dois livros (ainda sem tradução no Brasil) que caracterizam a infância atual de “intoxicada”, Sue lança em maio o terceiro, 21st Century Boys (Meninos do Século 21) com os resultados de suas pesquisas sobre diferenças de gênero (veja box com as causas).

Causas

A educadora Sue Palmer acredita que a maior prevalência das doenças em meninos deve-se a:

Aspectos evolutivos - O homem, responsável desde os primórdios pela caça e pelas estratégias, é um ser mais inclinado a uma personalidade sistemática, o que acarreta em maiores dificuldades para se relacionar com as pessoas e expor suas emoções.

Testosterona - Um estudo da Universidade de Cambridge, publicado em 2003, indica que as

diferenças de personalidade estão também ligadas ao nível de testosterona. A pesquisa conclui que o autismo, doença que faz com que a pessoa se isole do mundo exterior, poderia ser caracterizado como “o cérebro masculino ao extremo”.

Mídia - As propagandas e o marketing trazem problemas para as crianças – e especialmente meninos –, já que valorizam o individualismo e o consumismo.

Computadores, videogames e televisão - Eles exercem mais fascínio sobre meninos. Para a pesquisadora, “as recompensas rápidas oferecidas pelos jogos de computador trabalham contra a concentração focada e uma gratificação mais demorada. O que torna mais difícil para os meninos desenvolver as habilidades necessárias para a leitura, por exemplo”.

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) – caracterizado pela desatenção, impulsividade e hiperatividade – aparece quatro vezes mais em meninos, segundo a literatura científica. Outras pesquisas indicam que eles têm três vezes mais problemas em leitura e duas vezes mais transtornos emocionais.

Segundo estatísticas do governo do Reino Unido, 10% das crianças do país têm algum tipo de doença mental, 6% têm distúrbios de conduta, que incluem praticar o bullying na infância (atos de violência física ou psicológica contra colegas). Outras 4% têm distúrbios emocionais, como fobias, ansiedade e

depressão. Entre as meninas, 8% têm distúrbios mentais, proporção que sobe para 11% entre os meninos. No Brasil, não há índices oficiais, mas pesquisas acadêmicas têm mostrado que a prevalência dessas doenças atinge 12% das crianças.

A pesquisadora da Universidade de Wales, no País de Gales, Amanda Kirby, especialista em distúrbios do desenvolvimento, acrescenta que também há mais dificuldades em identificar problemas em meninas. “Ela, muitas vezes, não age com hiperatividade, mas tem dificuldade de concentração, e isso é visto como algo comum, como uma ‘menina sonhadora’”, diz.

Os distúrbios mentais são causados por mutações genéticas, mas podem ou não ser desenvolvidos ao longo da vida. Fatores associados à gravidez – como fumo ou má nutrição – e ao ambiente em que as crianças vivem são cruciais para o aparecimento ou não da doença.

Para Sue, computadores, videogames e televisão desde cedo têm grande influência nisso. Ela acha que a educação nos primeiros anos de vida deve ser focada em músicas, histórias e brincadeiras – principalmente em ambientes abertos e com outras crianças.

MG44**APRENDIZADO****Sinais da dislexia**

Esse distúrbio, considerado o de maior incidência nas salas de aula, começa a dar sinais mais evidentes a partir do primeiro ano de alfabetização

Publicado em 17/02/2010 | ANA CAROLINA NERY

Crianças com pais ou outros parentes que sofrem de dislexia, um tipo de transtorno de aprendizagem caracterizado pela dificuldade para ler e escrever, têm grandes chances de desenvolver o distúrbio, já que é genético e hereditário. São diversos os sinais que permitem identificar o problema desde os primeiros anos de vida. Mas é na idade escolar que ele começa a ser detectado, geralmente em sala de aula, segundo a psicopedagoga Maria Luiza Silva, do Ambulatório de Neuropediatria do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná (HC/UFPR). “Pais bem esclarecidos conseguem perceber que há algum problema, mas os professores estão ainda mais qualificados para identificar, pois têm um padrão normal para poder comparar.” Veja no quadro abaixo como pais e professores podem notar sinais da existência de dislexia.

* * * * *

*Como identificar***Fique alerta se a criança apresentar alguns desses sintomas:****Pais***Pré-escola*

- Atraso no desenvolvimento da fala
- Dificuldade em aprender rimas e canções
- Fraco desenvolvimento da coordenação motora
- Dificuldade com quebra-cabeça
- Falta de interesse por livros impressos

Idade escolar

- Confusão entre esquerda e direita
- Dificuldade na coordenação motora fina (desenhos, pintura) e/ou grossa (ginástica, dança)
- Dificuldade em manusear mapas, dicionários e listas telefônicas
- Frequentes perdas de materiais escolares
- Dificuldade na memória de curto prazo, como instruções e recados
- Dificuldade em decorar sequências, como meses do ano, alfabeto e tabuada
- Dificuldade em nomear objetos e pessoas (disnomias)
- Troca de letras na escrita
- Dificuldade na aprendizagem de uma segunda língua
- Problemas de conduta, como depressão e timidez excessiva

Professores*Pré-escola*

- Dispersão
- Fraco desenvolvimento da atenção
- Atraso no desenvolvimento da fala e da linguagem
- Dificuldade em aprender rimas e canções
- Fraco desenvolvimento da coordenação motora
- Dificuldade com quebra-cabeça
- Falta de interesse por livros impressos

Idade escolar

- Dificuldade na aquisição e automação da leitura e escrita

- Pobre conhecimento de rima (sons iguais no final das palavras) e aliteração (sons iguais no início das palavras)
 - Desatenção e dispersão
 - Dificuldade em copiar de livros e da lousa
 - Dificuldade na coordenação motora fina (desenhos, pintura) e/ou grossa (ginástica, dança)
 - Constantes atrasos na entrega de trabalhos escolares
 - Confusão entre esquerda e direita
 - Dificuldade com dicionários
 - Vocabulário pobre, com sentenças curtas e imaturas ou sentenças longas e vagas
 - Dificuldade na memória de curto prazo
 - Dificuldades em decorar sequências, como meses do ano, alfabeto e tabuada
 - Dificuldade na matemática e desenho geométrico
-

- Dificuldade em nomear objetos e pessoas (disnomias)

- Troca de letras na escrita

- Dificuldade na aprendizagem de uma segunda língua

- Problemas de conduta, como depressão, timidez ou extroversão exageradas

O fato de apresentar alguns desses sintomas não indica necessariamente que seja disléxica, pois há outros fatores a serem observados. Porém, representam um quadro que pede maior atenção e/ou estimulação.

Se a criança não for acompanhada adequadamente, os sintomas persistirão e continuarão até a fase adulta, com possíveis prejuízos emocionais e, conseqüentemente, sociais e profissionais.

MG19

Nosso velho conhecido pode aceitar memórias falsas.

MAPA

Cientistas explicam como o cérebro reage à leitura

O cérebro junta as regiões da linguagem e da visão para a atividade. Lado esquerdo, atrás da orelha, é ativado

25/09/2008 | 20:42 | G1/GLOBO.COM

O **prazer** de ler, todo mundo compreende. O que ninguém nunca soube explicar é de que forma isso acontece na cabeça das pessoas. Com a participação de **pesquisadores brasileiros**, a ciência conseguiu, pela primeira vez, fazer o mapa da leitura no cérebro humano. Cientistas afirmam que, para cada sentido, para cada função, o cérebro reservou uma área. A região da audição, por exemplo, é acima da orelha. A da visão, atrás da cabeça. Mas, para a leitura, o cérebro ainda não teve tempo de desenvolver uma região específica. “A escrita tem cinco mil anos. Considerando o desenvolvimento da espécie humana, é muito recente”, explica a neurocientista do Hospital Sarah, **Lúcia Braga**.

Neurocientistas do Hospital Sarah, de Brasília, e do Centro Neurospin, de Paris, descobriram que o cérebro junta as regiões da linguagem e da visão para proporcionar a leitura. O neurocientista francês **Stanislas Dehaene**

afirma que o lado esquerdo do cérebro é ativado durante a leitura, precisamente atrás da orelha. A descoberta foi feita ao se submeter estímulos visuais dois grupos de pessoas examinadas pela máquina de ressonância magnética: alfabetizados e analfabetos.

“As pessoas alfabetizadas, ao lerem, elas ativam esse circuito. E as pessoas analfabetas, ao serem expostas a letras, não ativam esse circuito”, relata a neurocientista.

Ela afirma que saber exatamente como o cérebro aciona a leitura abre novas possibilidades para a medicina. “Por exemplo, no diagnóstico da **dislexia**, no tratamento de pessoas que tiveram traumatismo craniano. O descobrir, desvendar os mistérios do cérebro é uma coisa fantástica e é um passo para o desenvolvimento”.

MG21**Ensino**

Quarta-feira, 20/03/2013

TRANSTORNOS**Pelo menos 10% das crianças têm problemas de aprendizagem**

5 milhões de crianças brasileiras podem ter esse tipo de dificuldade. Conclusão é de pesquisa que entrevistou 2 mil pais de estudantes

23/10/2008 | 18:08 | G1/GLOBO.COM

De cada dez crianças e adolescentes brasileiros, pelo menos um tem sintomas de transtornos mentais. Muitas vezes são problemas simples, mas que se não forem tratados, podem comprometer seu futuro.

A costureira **Luciana Alkmin** tem filhos gêmeos e sempre era chamada na escola. “Diziam que eles não tinham concentração nenhuma”, ela conta.

É o mesmo comportamento do filho do contador **Wendell Oliveira**. “Eu pressionava muito meu filho, brigava muito com ele porque achava que erra preguiça, que ele realmente não estava querendo estudar”, lembra.

O diagnóstico para os três casos foi **hiperatividade** e déficit de atenção. Depois de iniciar o tratamento, Luciana diz que tudo mudou: “As professoras já estão toda hora com elogio para cima deles”.

Transtornos mentais em crianças e adolescentes são mais comuns do que se imagina. A psiquiatra **Tatyana Moya** coordenou uma pesquisa com 2 mil pais de jovens de 6 a 17 anos e constatou que 12,6% dos entrevistados já tinham procurado ajuda médica porque seus filhos apresentavam sintomas de distúrbios mentais. Isso significa que cinco milhões de crianças e adolescentes brasileiros podem ter problemas desse tipo.

Os sintomas mais comuns são:

- hiperatividade e desatenção (8,7% das crianças);
- dificuldade com leitura, escrita e contas (7,8%);
- desafio às ordens dos pais (6,7%);
- ansiedade (5,9%);
- tristeza e choro excessivo (4,2%).

“O que a gente utiliza para diferenciar se está dentro da normalidade ou se é algo patológico é o quanto isso atrapalha a vida da criança na escola, na interação com amigos e na família”, explica Tatyana.

Esse tipo de comportamento também pode ser sintoma de depressão. “Não é só o isolamento social, retirada da vida social da criança; é choro, desânimo, queda do rendimento escolar, perda do prazer com as coisas”, diz Tatyana. “Já tive um paciente que falou para mim: ‘nem fico mais alegre quando eu ganho um brinquedo, a verdade é que eu não sinto nada’”. Quando isso acontece, é hora de procurar ajuda médica e também de reforçar os cuidados em casa. Foi assim que Wendell venceu a dificuldade que tinha com o filho: “Os filhos são o maior bem que a gente tem, e às vezes a gente fica naquela correria do trabalho e não vê sua importância. Dar atenção à família faz parte da construção do caráter dos filhos”.

MG32**Ensino**

Quarta-feira, 20/03/2013

Daniel Derevecki/Gazeta do Povo

A professora Beatriz orienta a leitura e a produção de textos de seus alunos

ESPECIAL**Ensinar a entender é alfabetizar melhor**

Já não é suficiente ver a alfabetização como a capacidade de ler e criar frases. Ensinar a compreender os textos em toda a sua complexidade é passo fundamental no desenvolvimento do indivíduo

Publicado em 17/12/2008 | KAMILA MENDES MARTINS

Se você entende o que está escrito aqui, sinta-se (UFPR) e da Pontifícia Universidade Católica do um privilegiado, pois isso significa que está entre Paraná (PUCPR), Marta Moraes da Costa. a diminuta parcela de 25% da população Segundo ela, esse é o “uso social da escrita”, brasileira que consegue compreender plenamente que faz com que a criança se interesse pelo um texto e relacionar essas informações a outros texto porque tem relevância para a sua vida.

dados. Isso em um país que considera apenas

7% da população analfabeta, segundo o Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF), de 2007. Ou seja, as crianças vão à

escola, aprendem as letras e seus sons, mas não conseguem atribuir significados àquele aglomerado de palavras.

Para minimizar o problema, educadores têm diferentes recomendações, mas é consenso entre eles que é preciso ensinar a ler e a escrever dando um sentido para essa tarefa e não mais utilizar o método mecanicista da cartilha do bê-á-bá, em que crianças aprendem a relacionar as letras a sons, com frases, no mínimo, sem sentido. “O ideal é colocar a criança em contato de aprendizagem com o texto da realidade (placas, embalagens e jornais) com o que está aparecendo na vida cotidiana dela, para que identifique as palavras em contextos reais. Essa é a grande diferença da cartilha do passado”, explica a professora de Educação na Universidade Federal do Paraná

Métodos

Veja algumas maneiras de alfabetizar que vigoram nas salas de aula:

Fônico

Segundo este método, a aquisição da linguagem é um processo mecânico, ou seja, a criança será sempre estimulada a repetir os sons que absorve do ambiente. Dá-se importância à forma e não ao significado. Para a aquisição da linguagem escrita, o intuito é fazer com que a criança internalize padrões regulares de correspondência entre som e soletração. Utiliza-se a cartilha com frases como “Eva viu a uva” para que a criança associe o som à letra ‘v’.

Global

Opõe-se ao fônico e questiona dois argumentos: a maneira como o sentido é deixado de lado e a idéia de que a criança não reconheceria uma palavra sem antes reconhecer sua unidade mínima, o fonema. A principal característica que diferencia os dois métodos é o ponto de partida. Enquanto o fônico parte do menor componente

para o maior, o global parte de um dado maior para unidades menores.

Método Paulo Freire

Consiste em uma proposta para a alfabetização de adultos desenvolvida pelo educador, que critica o sistema fônico que tem a cartilha como ferramenta central. Por meio de conversas informais, o professor observa os vocábulos mais usados pelos alunos e assim seleciona as palavras que servirão de base para as lições. A silabação passa a ser estudada por meio da divisão silábica, semelhantemente ao método fônico, mas a partir das palavras mais utilizadas pelos alunos e não por frases prontas.

Fontes: A Educação na Cidade, de Paulo Freire e Ministério da Educação (MEC).

Mas só isso não basta. O Brasil é um país de proporções enormes e sempre que se fala em educação, precisam ser levadas em conta as diferenças regionais. E isso, infelizmente, ainda não acontece por aqui. “O caminho é abrir mão das perspectivas que tentam uniformizar e fazer com que o Brasil faça a mesma coisa em todas as escolas de Norte a Sul. Dou curso no interior do Amazonas e do Paraná, e o discurso dos professores de locais tão distintos é igual porque eles são obrigados a repetir o que se fala nas grandes universidades. O caminho é aprender a realidade local e trabalhar em cima disso”, comenta o professor de Metodologia do Ensino de Português na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), Valdir Heitor Barzotto.

O despertar do interesse

O professor, antes de trabalhar com as crianças em sala de aula, precisa conhecer a experiência de vida delas, qual o grau de envolvimento dos pais no processo de contato com os livros e ter uma biblioteca pessoal que fique à disposição dos alunos. “Ele tem de ter o livro na sala em

número suficiente para que todas as crianças possam manuseá-los. Claro que a escola tem de ajudar, mas o professor precisa ter livros próprios para utilizá-los em aula. O ideal seria indicar, pelo menos, três títulos distintos por aluno”, ressalta a professora de alfabetização do curso de Pedagogia da UFPR, Veronica Branco. “As crianças precisam de atividades em que possam escolher o que querem ler, respeitando suas diferenças e preferências, para que encarem a leitura com maior naturalidade.”

É o caso de Eva Beatriz Marcel Gonçalves Ribeiro, professora do primeiro ano do ensino fundamental de nove anos da Escola Municipal Dom Bosco, de Curitiba. Além de ter uma caixa com dezenas de livros para seus alunos que estão entre 5 anos e meio e 6 anos e meio, trabalha o ensino de ler e escrever de uma maneira bem diferente. Ela não usa a cartilha com seus alunos e utiliza outras disciplinas para apresentar a eles as letras. “Outro dia trabalhávamos a questão dos seres vivos e não vivos. Saí com eles da sala e procuramos minhocas, tatu-bolas, pedrinhas e fui explicando a eles quais tinham vida e quais seres não tinham. No final, voltamos e fizemos um relato, em grupo, por escrito, do que aprendemos naquele dia”, conta a professora.

Outra experiência da turma, que acontece praticamente todos os dias, é observar o formato das nuvens. A professora, sempre que o tempo permite, instiga as crianças a usarem a imaginação e a relatarem o que enxergam nelas. “No início, eles desenhavam o que viam. Agora, escrevem”, diz ela que, ao falar de seus alunos e sobre como os ensina, demonstra a paixão que sente pelo magistério, um dos requisitos fundamentais para quem trabalha com essa faixa etária.

A idade certa

As diferenças entre as crianças não são apenas sociais ou regionais, são também neurológicas. Apesar de haver um certo padrão para o desenvolvimento do cérebro, as pessoas não se desenvolvem de maneira tão uniforme quanto se imagina, principalmente na faixa etária em que se inicia o processo de alfabetização hoje, entre os 5 anos e meio e 7.

“Para aprender a ler, geralmente há alguns estágios. Crianças de 2 e 3 anos conseguem distinguir uma marca de um produto, porque já têm memória visual. Depois, elas entram em uma fase fonológica, em que associam o som ao símbolo e vão tendo mais consciência de que cada letra tem um som. A leitura ortográfica será a última fase”, explica Antônio Carlos de Farias, neurologista infantil e pesquisador na área de distúrbio de desenvolvimento infantil do Instituto de Pesquisa Pelé, do Hospital Pequeno Príncipe. De acordo com ele, a etapa fonológica acontece entre os 5 e 6 anos, e a ortográfica dos 6 aos 8 ou 9. “O fato de a criança não ter ainda uma leitura fluida por volta de 7, 8 anos, não significa necessariamente que ela tenha um distúrbio. Ela pode estar simplesmente num período de amadurecimento”, avisa o médico.

Alfabetização X letramento

O processo de letramento, em que a criança é inserida no mundo das letras, pode ter início antes da alfabetização e não tem fim. Ele depende dos pais que, se começarem a ler histórias já para os bebês, despertam neles a curiosidade. A escola também tem papel

fundamental nesse processo, pois é ela quem pode mostrar para a criança os diferentes gêneros textuais. “A pessoa é mais letrada quanto mais gêneros textuais ela domina”, diz Sônia Madi, coordenadora da Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro, uma parceria do Ministério da Educação (MEC) com a Fundação Itaú Social e o Centro de Estudos e Pesquisas, Educação e Ação Comunitária (Cenpec). E ser mais letrada significa ser capaz de ler não apenas as palavras, mas sim o seu significado e o que está em suas entrelinhas.

Já a alfabetização é um processo com início, meio e fim, mas é condição essencial para haver o letramento. “O trabalho é desenvolvido no sentido de levar a criança a compreender o sistema alfabético de escrita”, comenta a diretora do departamento de ensino fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, Nara Luz Salamunes. “A alfabetização termina quando a criança internaliza e domina o funcionamento do sistema alfabético. Quando a criança está começando a ler, ela usa estratégias para decifrar o que está escrito. Quando supera essa fase, o processo só avança se o mundo da escrita for se expandindo para ela. Diferentes leituras, gêneros textuais devem ser usados. Não depende só da escola, mas também da qualidade de bibliotecas, da televisão e dos jornais.”

MG28**SAÚDE****Disléticos precisam de provas adaptadas**

Um estudante com dislexia não consegue ler e escrever com precisão e fluência, habilidades altamente exigidas em exames como o Enem e o vestibular

Publicado em 03/11/2008 | MARCELA CAMPOS

Mundialmente famoso por ter formulado a teoria da relatividade, Albert Einstein apresentava sérios problemas de aprendizado. O alemão tinha dislexia, um distúrbio que o impedia de ler e escrever com a mesma facilidade dos demais estudantes. Mesmo assim, tornou-se um dos maiores gênios de todos os tempos, graças à ajuda de um professor que percebeu nele um grande potencial para a Física e a Matemática. Se vivesse hoje, porém, e participasse de um exame como o vestibular ou o Enem, Einstein provavelmente apareceria entre os últimos colocados, segundo a psicóloga Mônica Luczynski, especialista em educação especial e criadora de um programa de alfabetização específico para disléticos.

“Que adaptações os disléticos tiveram para fazer a prova do Enem? Deveria ter sido dado mais tempo para que eles lessem a prova e a respondessem. Além disso, o estudante dislético que não teve acesso a medidas remediativas muitas vezes precisa de alguém que leia as questões para ele”, afirma Mônica. A psicóloga diz ainda que não basta oferecer apoio no momento do Enem ou do vestibular. Segundo ela, o acompanhamento pedagógico deve se estender ao período da faculdade. “Algo que pode ajudar esses alunos é a aplicação de provas orais, em vez de escritas,

além do uso de programas de computador que lêem o que está na tela”, exemplifica.

Dislético confunde letras

A dislexia é uma alteração genética e neurológica que provoca dificuldades de aprendizagem nas áreas de leitura e escrita. “O dislético não consegue estabelecer uma relação entre os símbolos e o som. Ele confunde letras com sons parecidos, como ‘d’ e ‘t’, e não consegue escrever as palavras com esses símbolos de forma correta. Também pode acontecer que ele queira falar uma palavra, mas venha outra”, explica a psicóloga Mônica Luczynski. Segundo Maria Ângela Nogueira Nico, coordenadora científica da Associação Brasileira de Dislexia (ABD), os disléticos também podem apresentar a memória imediata prejudicada, falta de concentração e dificuldades em decorar tabuadas e aprender outro idioma. (MC)

Vestibular da Tuiuti tem banca especial

No vestibular da Universidade Tuiuti do Paraná, o candidato com dislexia pode solicitar a presença de uma banca especial. “Um professor lê a prova para o vestibulando, em uma sala especial, onde ficam apenas os dois”, explica Ana Luíza Bender Moreira, presidente da Comissão de Educação Inclusiva da instituição. A psicóloga Tamara Simons estudou na Tuiuti, mas conta que não precisou de adaptações para fazer a prova. “Não precisei disso, pois fui diagnosticada cedo e

consegui trabalhar as minhas dificuldades”, afirma. Na Universidade Federal do Paraná (UFPR) ainda não existe a prerrogativa de prova especial para candidatos disléxicos. (MC)

Serviço

Mais informações sobre a dislexia estão no site www.dislexia.org.br e no livro *Dislexia, você sabe o que é?* – inteligente, mas aprende diferente, de Zeneida Bittencourt. O livro pode ser adquirido pelo telefone (41) 3242-8589.

Prova oral

A história do professor Marcelo Rossini da Cunha, que dá aulas de Biologia no Curso Unificado, mostra como pequenas atitudes podem estimular o aluno disléxico a seguir em frente nos estudos e conquistar um diploma universitário. Ele conta que só descobriu que era disléxico quando estava na faculdade. “Um professor desconfiou de que a turma inteira havia colado em uma prova e resolveu aplicar um exame oral para confirmar se os alunos sabiam a matéria. Eu me saí muito melhor na segunda prova e o professor, depois de me perguntar, entre outras coisas, se eu confundia as letras na hora de escrever, disse que eu poderia ter dislexia”, recorda.

Marcelo procurou, então, uma psicopedagoga. Confirmado o diagnóstico, buscou formas de superar seus problemas com a linguagem. “Durante a faculdade, foi marcada uma prova para verificar se os alunos sabiam a

nomenclatura de algas. Todas elas começavam com ‘c’ e terminavam com ‘fita’, e com certeza eu iria escrever os nomes de forma errada. Por isso, pedi para fazer uma prova oral”, conta.

Desinformação

Marcelo teve o apoio dos docentes com quem conviveu, mas muitos disléxicos sofrem com a desinformação daqueles que deveriam incentivá-los. A psicóloga e psicopedagoga Tamara Simons, 30 anos, lembra que ouviu comentários desrespeitosos de um professor de Inglês quando pediu para não participar de um jogo de “stop”, em que teria de escrever palavras no quadro, diante de toda a sala. “Ele me disse que aquela era uma excelente oportunidade para que eu parasse de me esconder atrás da dislexia”, diz. Noa Brykczynski, 26 anos, também passou por situações constrangedoras. “Comecei a fazer o ensino médio em um colégio de Santa Catarina, mas os professores não entenderam as minhas dificuldades e, depois de quatro meses, fui convidada a me retirar”, conta ela, que fez um curso supletivo em Curitiba e agora planeja prestar vestibular para Turismo.

MG22**DESEMPENHO****De quem é a culpa se o aluno não aprende?**

Entrevista com Maria do Pilar Lacerda, secretária de Educação Básica do Ministério da Educação
28/10/2008 | 03:02 | TATIANA DUARTE

O número de brasileiros – 1,1 milhão – que freqüentam a escola e, mesmo assim, não sabem ler e escrever já inclui crianças de 7 e 8 anos. Para a secretária de Educação Básica do Ministério da Educação, Maria do Pilar Lacerda, esse dado deve ser analisado com cautela. “Tem de se considerar que, com 8 anos de idade, o indivíduo está no fim do seu ciclo de alfabetização”, comenta a secretária, que esteve em Curitiba na semana passada, quando participou da cerimônia de premiação aos semifinalistas da Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro.

O dado alarmante foi revelado pela Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios, divulgada recentemente, e que considerou o desempenho de crianças e adolescentes com idade entre 7 e 14 anos. A secretária não culpa os professores pelas falhas na aprendizagem desses estudantes, mas ressalta que eles também têm responsabilidade. “O professor tem de entender que não é culpa dele se um aluno não aprende. Mas é sua responsabilidade profissional, assim como tratar de um doente é responsabilidade de um médico”, resume. Acompanhe os principais trechos da entrevista concedida à Gazeta do Povo:

A última Pnad, divulgada recentemente pelo IBGE, mostra que 1,1 milhão de crianças entre 7 e 14 anos estão na escola e não sabem ler e escrever. Onde está a falha?

Tem de se tomar cuidado com essa pesquisa. Parece ser normal ter crianças na escola que não saibam ler e nem escrever. Não é verdade.

Quando as faixas etárias são repartidas dá para perceber que esses números caem. Por outro lado, é bom que a gente saiba que há 1,1 milhão de crianças com dificuldades de aprendizagem dentro das escolas brasileiras. Há 20 anos elas estariam todas fora da escola. Com base nesse levantamento, podemos fazer políticas mais focadas.

Quais seriam essas políticas?

Temos o plano de desenvolvimento da educação, em que a meta número um é a aprendizagem e a meta dois é garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até os 8 anos. Nós estamos falando de todos. Sabemos – e várias pesquisas mostram isso – que todas as crianças podem ler e escrever, e a maioria esmagadora até os 8 anos.

Quais as principais dificuldades para alcançar essas metas?

Na escola brasileira dos anos 70, quase 50% das crianças estavam fora da escola, e, entre as que estavam na escola, boa parte estava fora da faixa. Então a escola brasileira se acostumou a trabalhar para poucos. Logo existia dificuldade de aprendizagem, mas a escola não via, porque nos próprios estatutos regimentais não era admitida a repetência por duas vezes. As políticas do MEC estão com o foco na aprendizagem da criança, mas sabemos que não vamos conseguir fazer isso se o professor não tiver uma formação sólida.

Como chegar até essa formação?

O professor tem de entender que não é culpa dele se um aluno não aprende. Mas é sua

responsabilidade profissional, assim como tratar de um doente é responsabilidade de um médico, ou relatar notícias verdadeiras é dever do jornalista.

Como ter consciência dessa responsabilidade?

A responsabilidade profissional não vem do nada, vem de um processo sólido de formação que não encontramos ainda na faculdade. Por

isso é importante políticas e projetos como a Olimpíada da Língua Portuguesa, que não é só disputa. Tem um processo inteiro de formação, todos se envolvem. O professor percebe que a escrita não é um dom, mas um processo de aprendizagem. Na minha época, o professor riscava e dizia que estava ruim. Hoje ele diz que pode melhorar. Com essa provocação a criança escreve melhor

MG18**COMPORTAMENTO****Hora de pedir ajuda**

Notas vermelhas e baixo rendimento escolar podem ser sinais da necessidade de um psicopedagogo

16/09/2008 | 03:01 | TATIANA DUARTE

Notas vermelhas no boletim, baixo rendimento escolar e dificuldades de acompanhar o ritmo da turma podem ser sintomas da necessidade de recorrer ao auxílio de um psicopedagogo. A figura desse profissional passou a ser obrigatória nas escolas e em clínicas infantis em tempos em que os problemas de aprendizagem têm sido cada vez mais diagnosticados.

Há 16 anos atuando como professora e psicopedagoga, Maria Anita de Castro ressalta que, quando há dificuldades de acompanhamento do desenvolvimento da turma, os pais devem consultar um profissional dessa área antes de recorrer às aulas de reforço escolar, com professores particulares. “Não é só uma nota baixa que evidencia o problema. Sinais de dificuldade de aprendizagem devem ser avaliados por psicopedagogos, que têm mais condições de fazer um diagnóstico correto e tratar o problema, seja ele qual for”, diz. Maria Anita ressalta que os pais precisam estar atentos não só para as dificuldades de aprendizagem. “O contrário também é preocupante. Se a criança não acompanha a turma, acha tudo fácil, temos um problema também”, diz.

Deputada quer regulamentar a profissão

O exercício da psicopedagogia pode ser regulamentado pelo Projeto de Lei 3.512/08 da deputada federal professora Raquel Teixeira (PSDB-GO), em tramitação na Câmara dos Deputados. A formação do psicopedagogo, no

Brasil, ocorre em caráter regular e oficial, desde a década de 70 em instituições universitárias. A maioria dos psicopedagogos obtém o título após especialização na área, que pode ser feita por graduandos de várias profissões. Entre as atribuições do psicopedagogo estão a intervenção para a solução dos problemas de aprendizagem; a utilização de métodos, técnicas e instrumentos que tenham por finalidade a pesquisa, a prevenção, a avaliação e a intervenção relacionadas com a aprendizagem; e o apoio psicopedagógico aos trabalhos realizados nos espaços institucionais. (TD)

Um simples questionamento de que algo não anda bem já pode ser um alerta para a necessidade de auxílio profissional. Essa é a opinião da psicopedagoga Sabrina Jany Gelhorn, do Centro Psicopedagógico Parceria. “A família tem de seguir o coração e apostar na sensibilidade. Quando achar que tem algo errado deve procurar um psicopedagogo, nem que seja para bater um papo. É melhor tirar a dúvida para não cair em exagero”, esclarece.

Após o diagnóstico, o psicopedagogo irá tratar as causas das dificuldades de aprendizagem e não a dificuldade em si, como ocorre no caso das aulas particulares de reforço. O tratamento pode demandar a intervenção de outros profissionais, como psicólogos e neurologistas, além de ser necessária a integração com a escola e família.

Foi só com o auxílio de um psicopedagogo que a professora de inglês Gabriela*, 42 anos,

conseguiu diagnosticar déficit de atenção e hiperatividade em seu filho Júlio*, 15. “Percebia que ele era diferente. Com o diagnóstico feito pela psicopedagoga, o Júlio foi encaminhado ao neurologista também. O desenvolvimento dele desde o início do ano, quando começamos o tratamento, foi muito bom”, diz.

A professora diz acreditar que um dos fatores que influenciaram no sucesso da recuperação do seu filho partiu dela mesma. “Nunca achei que ele não tinha potencial, achava que ele tinha limitações. O rendimento escolar dele

ficou sempre no limite, e isso acabou refletindo em baixa auto-estima. Por causa do medo da frustração, ele simplesmente não tentava”, diz. A psicopedagoga Sabrina ressalta a importância de trabalhar a autonomia nas crianças e adolescentes com dificuldade de aprendizagem. “Ninguém conseguiu me convencer que um indivíduo é incapaz de aprender. Todos são capazes, cada um no seu ritmo e no seu limite”, afirma.

*nomes trocados a pedido dos entrevistados

MG28

Tânia Stoltz: “Escolas públicas praticam a exclusão dentro da inclusão”

ENSINO**Só estar na escola não é suficiente**

O Brasil tem 1,1 milhão de crianças e adolescentes que estão matriculados no ensino fundamental, mas não sabem ler e escrever

| ANNA SIMAS

Um total de 1,3 milhão de crianças e adolescentes brasileiros com idade entre 7 e 14 anos não sabe ler e escrever. O número corresponde a 5,4% da população nessa faixa etária. E, embora a taxa não seja expressiva, o que impressiona é que 85% dessas crianças e adolescentes – 1,1 milhão – freqüentam a escola e, mesmo assim, não estão conseguindo aprender.

A situação foi revelada na semana passada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para pedagogos e educadores, a falta de acompanhamento escolar dos pais e a baixa capacitação dos professores estão entre os fatores responsáveis por esse quadro.

Síndrome da privação cultural tem impacto no processo

Déficit de atenção, metodologia de ensino e relações interpessoais estão entre os fatores que podem contribuir para que o estudante tenha dificuldades na aprendizagem. “Esse problema é multifatorial. A ele está aliada a síndrome da privação cultural, ou seja, a falta de acesso à cultura, que atinge muitas crianças”, diz a coordenadora do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Maria Sílvia Bacilla Winkler.

Leia a matéria completa

Tânia Stoltz, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, ressalta que o

estudo sugere deficiências que precisam ser urgentemente corrigidas. “A capacitação e atualização dos professores é fundamental no processo, assim como ter pais, escola e comunidade como parceiros na educação”, diz.

A professora realizou um estudo sobre a eficiência da alfabetização nas redes pública e particular. Constatou que nas escolas públicas os alunos são alfabetizados mais tarde e apresentam piores resultados. No Paraná, 89,5% dos alunos do ensino fundamental estão em instituições públicas.

Para Tânia, o fato de as escolas públicas terem uma política de não-retenção de alunos e a busca da aprovação como mecanismo para diminuir o índice de desistência acabam criando uma exclusão dentro da inclusão. “Não adianta a criança não largar a escola, mas não aprender efetivamente. Isso é algo para ser reestruturado”, diz.

De acordo com o superintendente de gestão de educação da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, Jorge Eduardo Wekerlin, esse problema não chega a ser uma preocupação na capital. “Aqui, não é tão grave como em outros estados. Não é a realidade da cidade”, diz. No Sul, o percentual de crianças e adolescentes que não sabem ler nem escrever é menor do que a média nacional – 3,6%.

Ele explica que, todos os anos, os alunos da rede municipal passam por provas de Português e Matemática para avaliar o

desempenho. “Eles são acompanhados anualmente. Nós queremos detectar o problema no início para que tomemos as medidas necessárias”, explica Wekerlin.

Para ele, não cabe só à escola a escolarização da criança. “Fatores sociais e econômicos têm um peso variando entre 30% e 50% nesse processo. A participação da comunidade e da família é fundamental na aprendizagem. Por isso é importante o Comunidade Escola, que faz com que as famílias dêem mais importância à educação”, diz o superintendente. Curitiba

tem 70 escolas municipais que participam do programa. Ele diz que isso também incentiva os adultos a voltarem a estudar e aumenta o número de matrículas na Educação para Jovens e Adultos (EJA). No Sul, o número de analfabetos funcionais acima de 15 anos é de 16,7%.

A Secretaria Estadual de Educação informou, por meio da assessoria de imprensa, que não se manifestaria, neste momento, sobre os dados do Pnad.

MG30**ENSINO****Síndrome da privação cultural tem impacto no processo**

Déficit de atenção, metodologia de ensino e relações interpessoais estão entre os fatores que podem contribuir para que o estudante tenha dificuldades na aprendizagem. “Esse problema é multifatorial. A ele está aliada a síndrome da privação cultural, ou seja, a falta de acesso à cultura, que atinge muitas crianças”, diz a coordenadora do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Maria Sílvia Bacilla Winkler.

Dentro desse contexto, a família tem um papel relevante. “O ideal é que ela cerque a criança de livros, leve-a ao teatro e ao cinema e faça perguntas sobre o que ela percebe do que lê e vê. Já o jovem tem de ter disciplina de leitura e, para isso, é fundamental a ação dos pais”, comenta a professora.

O idealizador da Cidade do Livro – primeiro parque temático de São Paulo voltado à leitura –, Cláudio Amadio, fez o projeto porque acreditava no resultado do incentivo ao ato de ler. “Existe uma acomodação dos pais em achar que basta o filho estar na escola. Falta acompanhamento”, diz.

Tanto ele quanto as pedagogas acreditam que o hábito de leitura da família é fundamental para formar o da criança. “É difícil transformar um adulto em leitor. Por isso acredito que construir esse costume nos jovens vai diminuir o número de analfabetos funcionais”, comenta Amadio.

A idéia do empresário foi construir um local em que as crianças pudessem interagir e perceber que a leitura pode ser divertida. “Queremos desmistificar o pensamento de que o livro é chato. Geralmente, quando os pais querem

penalizar os filhos, colocam-no num local isolado e dão um livro para ler. Isso contribui para que ele crie essa impressão errada”, diz. (AS)

MG13**quarta-feira, julho 09, 2008****Escolas públicas vão ter política para transtornos de aprendizagem**

Grupo de trabalho tem até outubro para apresentar propostas de como lidar com crianças com dislexia, hiperatividade e outros distúrbios

08/07/2008 | 03:02 | *Denise Paro, da Sucursal*

Foz do Iguaçu - O governo federal montou um grupo de trabalho, instituído pela Portaria nº 6, de 5 de junho, para elaborar políticas a fim de aperfeiçoar o atendimento aos portadores de transtornos de aprendizagem em colégios públicos. A intenção é assegurar o direito de todas as crianças de aprender e desmistificar os transtornos. A equipe é formada por especialistas do Ministério da Educação (MEC), universidades e entidades especializadas nos distúrbios.

A diretora de Políticas de Educação Especial da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (MEC), Cláudia Maffini, diz que a proposta também passa pela discussão de como estão sendo tratados os transtornos nas escolas e pelo estabelecimento de diretrizes para o sistema se organizar para melhor atender os alunos com o problema. “A escola deve buscar os meios”, diz. A comissão tem um prazo de até 120 dias para apresentar a proposta que poderá ser replicada em escolas públicas brasileiras.

Como ainda não há uma política governamental definida nessa área, cada estado trata da questão com os próprios meios. No Paraná, os colégios públicos dispõem de salas especializadas para atender os alunos. Atualmente, há mil salas em todo o estado, destinadas não só ao atendimento de crianças com transtornos de aprendizagem, mas também a portadores de deficiência

mental e superdotação. No último levantamento, realizado em dezembro 2007, havia 16,3 mil alunos cadastrados em todas as escolas do Paraná que participavam das diversas atividades oferecidas nas salas.

Os atendimentos, feitos por professores especializados, são agendados com antecedência e realizados no contraturno escolar. Como as salas são utilizadas para atender alunos com diferentes demandas, há necessidade de se estabelecer horários fixos para receber cada grupo. Assim, crianças com distúrbios de aprendizagem têm atividades em horários distintos de outros.

Em Foz do Iguaçu, o Colégio Estadual Castelo Branco recebe os próprios alunos e os de outras escolas. No espaço, chamado de Sala de Recurso, são realizadas tarefas sob supervisão de uma professora especializada em Educação Especial. Os alunos freqüentam a sala pelo menos duas vezes por semana, conforme a necessidade, durante uma ou duas horas. São feitos exercícios de escrita, leitura, interpretação e atividades para estimular a memória e a concentração, conforme o caso.

A professora Mônica Dluhosch é uma das especialistas. Ela diz que o trabalho é importante e vem trazendo resultados promissores para as crianças. Um dos estudantes é Jéferson Legnaghi da Silva, 15 anos, com diagnóstico de hiperatividade. Ele diz que gosta das atividades e sentiu avanço

desde o início do trabalho. “Agora estou com mais ânimo para estudar”, resume.

Apesar disso, a equipe enfrenta uma dificuldade, que é a falta de um psicólogo, responsável por avaliar os alunos antes do encaminhamento. Atualmente, o trabalho é feito por psicólogos voluntários.

A professora e coordenadora pedagógica do Departamento de Educação Especial e Inclusão Educação da Secretaria de Estado da Educação (Seed), Nanci Furtado de Menezes, diz que há uma solicitação de escolas para contratação de psicólogos, mas como não há concursos para esse profissional na área da educação, estão sendo feitas parcerias com universidades e prefeituras para solucionar a questão. Dessa forma, os psicólogos de outras instituições emitem o laudo sobre os alunos.

Potencial

Na avaliação da psicóloga escolar e psicopedagoga de Foz do Iguaçu, Marta Lopes, as crianças portadoras dos transtornos têm a tendência de desencadear a baixa auto-estima por se diferenciarem da maioria e sentirem-se cobradas para terem uma “pseudonormalidade”. Para ela, tanto as crianças com transtornos quanto o meio social (família e o colégio) precisam saber lidar com essas diferenças. “É preciso tirar proveito para o bem de todos e não reconhecer a condição como um problema”. Por outro lado, segundo a psicóloga, essas crianças apresentam potencialidades, por exemplo, no caso de hiperativos: raciocínio rápido, facilidade com esportes e tendência para desenvolver um conhecimento além do esperado em determinadas áreas.

Dificuldades

Veja o que são os principais distúrbios de aprendizagem:

Dislexia

Distúrbio ou transtorno de aprendizagem na área da leitura, escrita e soletração. Dificuldade na recordação, evocação e seqüência de letras e palavras impressas.

Disortografia

Confusões com as sílabas. Troca de letras que se parecem sonoramente.

Disgrafia

Problemas para escrever letras e números.

Discalculia

Dificuldade do aluno com operações matemáticas.

Transtorno de déficit de atenção (TDA)

Desatenção, inquietude e impulsividade.

Hiperatividade (TDAH)

Pessoa muito ativa e agitada, além do comum. Quando o portador tem déficit de atenção, há tendência de ter problemas de aprendizagem.

Dislexia atinge entre 5% e 17% da população

Crianças com transtornos de aprendizagem têm tanto potencial quanto aquelas com facilidade para ler, interpretar ou entender a tabuada escolar. Prova disso é que gente conhecida em todo o mundo, como o ator norte-americano Tom Cruise e o inventor da lâmpada, Thomas Edison, estão na lista de disléxicos famosos, mas nem por isso deixaram de superar obstáculos de leitura e escrita ao longo da vida e ter uma carreira promissora.

Conforme a Associação Brasileira de Dislexia (ABD), a dislexia é o distúrbio que mais incide nas salas de aula e hoje atinge entre 5% e 17% da população mundial. Outros transtornos que preocupam são a disortografia, discalculia, disgrafia, transtorno de déficit de atenção (THD) e hiperatividade. Os dois últimos são comuns e podem contribuir significativamente

para um quadro de desorganização, esquecimento na entrega de trabalhos escolares e problemas de disciplina que

podem resultar na expulsão da criança do colégio.